

**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



UFPI

UFC

UFRN

UFPB

UFPE

UFS

UESC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**

ELISÂNGELA GUIMARÃES MOURA FÉ

**ENTRE BABAÇUAIS E CARNAUBAIS: ESPACIALIDADES E
TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA VEREDA DOS
ANACLETOS – ESPERANTINA (PI)**

TERESINA/PI

2020

ELISÂNGELA GUIMARÃES MOURA FÉ

**ENTRE BABAÇUAIS E CARNAUBAIS: ESPACIALIDADES E
TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA VEREDA DOS
ANACLETOS – ESPERANTINA (PI)**

Tese de Doutorado do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN). Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes

TERESINA/PI

2020

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Serviço de Processamento Técnico
Biblioteca Setorial de Ciências da Natureza - CCN

F288e Fé, Elisângela Guimarães Moura.
Entre babaçuais e camaubais: espacialidades e territorialidades na Comunidade Quilombola Vereda dos Anacleto – Esperantina (PI) / Elisângela Guimarães Moura Fé. – Teresina: 2020.

175 f. il: color.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2020.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jaíra Maria Alcobaça Gomes.

1. Territorialidade. 2. Sociodiversidade. 3. Mapeamento Participativo. 4. Território. I. Título.

CDD 306.9

Bibliotecária: Caryne Maria da Silva Gomes – CRB3/1461

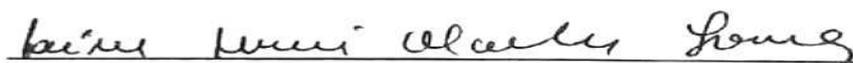
ELISÂNGELA GUIMARÃES MOURA FÉ

**ENTRE BABAÇUAIS E CARNAUBAIS: ESPACIALIDADES E
TERRITORIALIDADES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA VEREDA DOS
ANACLETOS – ESPERANTINA (PI)**

Tese apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como requisito a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão de Zonas Semiáridas e Ecossistemas Limítrofes.

Aprovada em: 30 / 10 / 2019

Banca examinadora



Profa. Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes
(Orientadora)



Prof. Dr. Luciano Silva Figueiredo
(Membro Externo – UESPI)



Profa. Dra. Gicélia Mendes da Silva
(Membro Externo – UFS)



Profa. Dra. Roseli Farias de Melo Barros
(Membro Interno – PRODEMA/UFPI)



Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho
(Membro Interno à UFPI)

Dedicatória

A Deus, força maior na caminhada.

A toda minha família, em especial.

À Maria Zilda, minha mãe.

À minha filha Alana, inspiração para seguir em frente!!

A todos que acompanharam a minha trajetória acadêmica e se mostraram confiantes do princípio ao fim, compreendendo minhas constantes ausências.

In memoriam,

A meu pai Odaly Moura Fé, meu maior incentivador, que não viveu o tempo suficiente para assistir à conclusão deste trabalho.

A meu irmão Edivaldo Guimarães Moura Fé, amor fraterno.

À professora Dra. Maria do Socorro Monteiro Lima, que muito contribuiu para pesquisas no PRODEMA-UFPI.

À Regina Matarrazzo, colega de turma DDMA (2015-2019).

"Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize."

Boaventura Souza Santos

AGRADECIMENTOS

Esta tese é resultado de significativas contribuições que recebi durante minha trajetória profissional e acadêmica de pessoas e instituições que foram fundamentais a essa construção.

Agradeço em especial à minha orientadora, prof.^a Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, a quem eu tenho um profundo respeito e admiração como pessoa e como pesquisadora. Registro aqui sua competência em suas precisas e incisivas pontuações, agindo sempre com ética e rigor nas questões acadêmicas. Ademais ressalto sobretudo sua compreensão nos momentos menos fáceis da minha caminhada.

À prof.^a Dra. Lídia Noronha, que abriu neste estudo um leque de discussões antropológicas. Obrigada pela amizade e incentivo!

Ao professor Luciano Figueredo (Universidade Estadual do Piauí), que me ajudou a descolonizar meu pensamento em relação às comunidades tradicionais e às políticas de desenvolvimento.

Aos professores do Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA - da Universidade Federal do Piauí - pela contribuição à minha formação acadêmica. Ressalto aqui as professoras Dra. Elaine Aparecida e a Dra. Roseli Barros, comprometidas em zelar pela qualidade e continuidade dos Programas de Doutorado e Mestrado.

À turma de doutorado PRODEMA/TROPEN 2015-2018, pelas trocas de experiência e as amizades inesquecíveis. Destaco, em especial, José Edilson do Nascimento, um irmão nesta jornada na qual construímos uma sólida amizade. O meu carinho e gratidão a Tarso Caselli, sempre disponível, companheiro nas etapas dos trabalhos de pesquisa de campo.

Ao Laboratório de Socioeconomia (LASE), lugar de minha territorialidade acadêmica. Jamais esquecerei os momentos de aprendizagem e amizade construídos neste espaço. Meu agradecimento à Emiliana Cerqueira, José Natanael, Evelyn, João Soares e Anaítes. Estendo minha gratidão a todas e todos que lá realizaram suas pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado, com quem construí laços fraternais.

Aos funcionários do PRODEMA/UFPI, José Santana da Rocha e Maria Adália de Sousa Rocha (Secretários), disponíveis nas nossas pendências

administrativas. Ao Sr. Raimundo, que sempre providenciou café para os momentos de cansaço e para as rodas de conversas.

Não poderia deixar de mencionar aqui os pesquisadores e amigos Antônio Joaquim, grande geógrafo e um ser humano formidável, e as minhas amigas etnobiólogas Ethyenne e Adriana Sousa.

Aos Projetos Roda de Cultura e Roda de Fogueira, uma experiência interdisciplinar inesquecível que permeou meu universo de pesquisa.

Entre as instituições com as quais me relacionei e muito aprendi, destaco a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí, que na medida do possível contribuiu com o transporte para a pesquisa de campo e ao INCRA que disponibilizou de dados desta pesquisa.

À Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí pelo apoio financeiro.

Ao Centro de Ensino Odolfo Medeiros – Caxias (MA) - estendo meus sinceros agradecimentos a meus colegas de trabalho que torceram, oraram e me ajudaram. Aqui um agradecimento especial aos alunos, que viram na realização deste doutorado uma inspiração para sonhar com um futuro melhor.

Às Comunidades Quilombolas do Território dos Cocais (PI) pela confiança em todas as etapas de realização da pesquisa. Mais que sujeitos da pesquisa, ensinaram-me muito sobre a sociedade, o meio ambiente e a empatia, em especial as comunidades Olho D'Água dos Negros, Currálinhos e Vereda dos Anacleto, que, além de permitir a realização da pesquisa, ofereceram-me hospitalidade e lições de vida que não cabem no espaço de uma tese.

Neste estudo há um pouco dos lugares que andei, das mãos que apertei e dos autores que analisei. Gratidão a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para conclusão desta pesquisa!

RESUMO

A tese versa sobre a territorialidade historicamente construída pelas comunidades quilombolas no Território dos Cocais, norte do Estado do Piauí. São 08 comunidades distribuídas nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina, inseridas numa paisagem vegetal de transição entre a caatinga e o cerrado, com feições marcadas pelas palmeiras de babaçuais (*Attalea speciosa*) e carnaubais (*Copernicia prunifera*) com as quais estabelecem uma relação de sociobiodiversidade. Apesar do direito a terra, adquirido na Constituição Federal de 1988, destas apenas a Comunidade Olho D'Água dos Negros conquistou a titulação de terras. As demais comunidades continuam enfrentando problemas relacionados ao acesso e uso da terra e aos recursos da biodiversidade local. Nesse contexto, analisou-se a comunidade Vereda dos Anacleto, situada no município de Esperantina, que tem sua territorialidade marcada pelo sentimento de pertencimento e identidade com o lugar, entretanto foi gradativamente perdendo as terras que abrangiam a comunidade em sua formação inicial. Esta pesquisa buscou compreender o conceito de territorialidade construído nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais, levando em conta a organização socioprodutiva e a identidade territorial historicamente construída, com ênfase para a Comunidade Vereda dos Anacleto. Especificamente objetivou-se: Analisar o uso e a ocupação da terra associado a socioeconomia dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina, destacando as comunidades quilombolas neste processo, caracterizar a Comunidade Vereda dos Anacleto quanto à formação territorial e quanto aos aspectos geoambientais, uso e conservação dos recursos da biodiversidade, espacializar os aspectos socioprodutivos e os elementos simbólicos que dão identidade territorial à comunidade, e analisar a questão territorial da Comunidade Vereda dos Anacleto a partir da territorialidade construída no lugar. A metodologia contemplou consultas a fontes de dados secundárias (IBGE; Planos de Desenvolvimento Sustentáveis realizados nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais-EMATER/MDA; Cadastro Ambiental Rural). Quanto às técnicas de coleta de dados primários, foram aplicados 22 formulários com trabalhadores rurais da comunidade, entrevistas e mapeamento participativo com agricultores. Constatou-se que existe um conflito de uso e de propriedade, no qual na Comunidade Vereda dos Anacleto, 70% dos agricultores trabalhavam em terras arrendadas, em propriedades que historicamente estão ligadas a territorialidade quilombola. A sociobiodiversidade da carnaúba é centrada na palha e no pó da carnaúba, porém geram pouca renda para os moradores da comunidade em função da concentração de terra que dificulta o acesso aos carnaubais. O território da Comunidade Vereda dos Anacleto é fragmentado, os moradores perderam o acesso à terra e aos espaços que representam sua identidade territorial. A população é detentora de conhecimentos da biodiversidade local e do geoambiente, que possibilita práticas de conservação ambiental, porém, há uma desarticulação comunitária em prol de buscar inserção em políticas e programas que fortaleçam a organização produtiva na comunidade. O fortalecimento do espaço produtivo da Comunidade Vereda dos Anacleto necessita, além do acesso à terra, de políticas quilombolas de desenvolvimento rural que levem em conta a aptidão do território e o modo de vida local.

Palavras-chave: Mapeamento Participativo. Microterritorialidade. Sociobiodiversidade. Território.

ABSTRACT

The thesis is about the territoriality historically built by quilombola communities in the Territory of Cocais, northern Piauí State. There are 8 communities distributed in the municipalities of Batalha, Campo Largo and Esperantina, inserted in a vegetal landscape of transition between the caatinga and the cerrado, with features marked by the palm trees of babassu (*Attalea speciosa*) and carnauba (*Copernicia prunifera*) with which they establish a relationship of sociobiodiversity. Despite the right to land, acquired in the Federal Constitution of 1988, only the Olho D'Água dos Negros Community won the land title. The other communities continue to face problems related to access and use of land and local biodiversity resources. In this context, it was analyzed the Vereda dos Anacleto community, located in the municipality of Esperantina, which has its territoriality marked by a sense of belonging and identity with the place, however it was gradually losing the lands that covered the community in its initial formation. This research sought to understand the concept of territoriality built in the quilombola communities of the Territory of the Cocais, taking into account the socio-productive organization and the territorial identity historically built, with emphasis on the Vereda dos Anacleto Community. Specifically, it aimed to: Analyze the use and occupation of land associated with socioeconomic aspects in the municipalities of Batalha, Campo Largo and Esperantina, highlighting the quilombola communities in this process, to characterize the Vereda dos Anacleto Community as to territorial formation and as to the geoenvironmental aspects, use and conservation of biodiversity resources, to spatialize the socio-productive aspects and the symbolic elements that give territorial identity to the community, and to analyze the territorial issue of the Vereda dos Anacleto Community from the territoriality built in place. The methodology included consultations with secondary data sources (IBGE; Sustainable Development Plans carried out in quilombola communities in the Territory of Cocais-EMATER / MDA; Rural Environmental Registry). As for primary data collection techniques, 22 forms with community rural workers, interviews and participatory mapping with farmers were applied. It was found that there is a conflict of use and ownership where in the Vereda dos Anacleto Community, 70% of the farmers worked on rented land, on properties that are historically linked to quilombola territoriality. The sociobiodiversity of carnauba is centered on the straw and the powder of the carnauba, but generates little income for the residents of the community due to the concentration of land that makes access to the carnauba difficult. The territory of the Vereda dos Anacleto Community is fragmented, residents have lost access to land and the spaces that represent their territorial identity. The population has knowledge of the local biodiversity and the geoenvironment, which enables practices of environmental conservation, but there is a community disarticulation in favor of seeking insertion in policies and programs that strengthen the productive organization in the community. The strengthening of the productive space of the Vereda dos Anacleto Community requires, besides access to land, quilombola policies of rural development that take into account the aptitude of the territory and the local way of life.

Keywords: Participatory Mapping. Microterritoriality. Sociobiodiversity. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Quadro de Demonstrativo do marco regulatório legal para os direitos quilombolas no Brasil.....	30
Figura 2	- Etapas do procedimento para titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas no Brasil.....	32
Figura 3	- Dimensões do “território-lugar”	55
Figura 4	- Mapa da Cobertura Vegetal da Comunidades Quilombolas do Território.....	73
Figura 5	- Mapa de localização da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	74
Figura 6	- Fotografia da reunião com representantes das comunidades quilombolas na Comunidade Olho D’Água dos Negros.....	76
Figura 7	- Etapas da Classificação da Imagem para mapeamento de uso e cobertura da terra	78
Figura 8	- Etapas do mapeamento participativo realizadas na Comunidade.....	80
Figura 9	- Mapa de localização dos municípios do Aglomerado 3 do Território dos Cocais –PI.....	82
Figura 10	- Principais grupos representantes da compartimentação geológica dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina.....	83
Figura 11	- Principais classes de solos e vegetação associada presente nos município de Batalha, Campo Largo e Esperantina.....	83
Figura 12	- Mapa dos principais cursos d’água dos municípios: Batalha, Campo Largo e Esperantina.....	84
Figura 13	- Mapa de vegetação dos municípios do Território dos Cocais – PI.....	85
Figura 14	- Mapa de uso da terra nos municípios do Aglomerado 3 Território dos Cocais com presença de comunidades quilombolas -1995.....	90
Figura 15	- Mapa de uso da Terra nos municípios do Território dos Cocais – PI	

	com a presença de comunidades quilombolas - 2005.....	92
Figura 16	- Mapa de uso terra nos municípios do Território dos Cocais – PI com a presença de comunidades quilombolas - 2017.....	94
Figura 17	- Mapa de Uso e Cobertura da terra do Município de Esperantina (PI)–2015.....	96
Figura 18	- Territorialidades para além das comunidades- múltiplos arranjos sociais.....	101
Figura 19	- Mapa do Território da Comunidade Vereda dos Anacleto /Esperantina (PI).....	110
Figura 20	- Mosaico de fotografia da área da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	113
Figura 21	- Fotografias dos elementos de religiosidade da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	116
Figura 22	- Fotografia de cisterna na Comunidade Vereda dos Anacleto.....	118
Figura 23	- Dimensões do “território-lugar” da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	119
Figura 24	- Feições da Floresta Estacional Decídua na Comunidade Vereda dos Anacleto.....	120
Figura 25	- Mapa da Espacialização do zoneamento da vegetação nativa do território da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	121
Figura 26	- Fotografia das Quintas de carnaubais nas propriedades particulares.....	122
Figura 27	- Fotografia do açude natural de uso coletivo localizado no território da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	124
Figura 28	- Quadro da Dimensão Econômica da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	125
Figura 29	- Fotografias da Roça orgânica na Comunidade Vereda dos Anacleto.....	126
Figura 30	- Quadro do Calendário sazonal das principais atividades agrícolas.....	127

Figura 31	- Fotografia do estoque de arroz em residência.....	129
Figura 32	- Uso da terra na Comunidade Vereda dos Anacleto – 2019.....	130
Figura 33	- Evolução multitemporal da configuração espacial na Comunidade.....	131
Figura 34	- Fotografia do processo de secagem da palha de carnaúba na Comunidade Veredas dos Anacleto.....	132
Figura 35	- Fotografia de Apiário para produção do mel na Comunidade Vereda dos Anacleto.....	135
Figura 36	- Apresentação da proposta da pesquisa aos moradores.....	136
Figura 37	- Fotografias do momento de discussão escuta na oficina de mapeamento.....	137
Figura 38	- Fotografia do momento de reconhecimento de formas espaciais nas imagens.....	138
Figura 39	- Mapa da Espacialização do Território da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	139
Figura 40	- Análise da carta-imagem pelos participantes da pesquisa.....	140
Figura 41	- Fotografia da Caminhada transversal na Comunidade Vereda dos Anacleto.....	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Valores referentes à quantidade produzida e às divisas geradas com o extrativismo do babaçu e da carnaúba nos municípios de Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina.....	86
Tabela 2	- Área de abrangência do babaçu nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina.....	88
Tabela 3	- Área ocupada (ha) por categorias de uso e cobertura da terra nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina.....	93
Tabela 4	- Porcentagem de área ocupada por categorias de uso e cobertura da terra nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina.....	95
Tabela 5	- Valores referentes à utilização das terras (ha) destinadas a agropecuária nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina– PI – 2017.....	98
Tabela 6	- Área ocupada por categorias de uso e cobertura da terra no município de Esperantina.....	97
Tabela 7	- População residente, PIB per capita e dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina.....	98
Tabela 8	- Famílias de Baixa Renda, conforme o Cadastro Único de 2018.....	99
Tabela 9	- Índice de vulnerabilidade Social e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	100
Tabela 10	- Tamanho das áreas de uso das famílias da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	117
Tabela 11	- Problemas enfrentados na produção agrícola na Comunidade Vereda dos Anacleto.....	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropólogos
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ASQ	Agenda Social Quilombola
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CF	Constituição Federal
CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CEQOQ	Coordenação Estadual das Comunidades quilombolas no Piauí
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIQCB	Movimento interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MPF	Ministério Público Federal
MNU	Movimento Negro Unificado

OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PTC	Programa Territórios da Cidadania
PCPR	Projeto de Combate a Pobreza Rural
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEVs	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAPIR	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNB	Produto Nacional Bruto
PNAPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNPIR	Comunidades Tradicionais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Programa Saúde Bucal
PSF	Programa Saúde da Família
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RTID	Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação.
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIG	Sistema de Informações Geográfica
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UTM	Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 Comunidades quilombolas: formação histórica e marco regulatório de reconhecimento como sujeitos de direitos no Brasil.....	23
2.2 Comunidades quilombolas: abordagens históricas e teóricas no contexto do território e territorialidades.....	34
2.3 Comunidades quilombolas: inserção nas políticas de desenvolvimento rural no período de 2003 a 2015 no Brasil.....	39
2.4 Território e Territorialidades: aproximação conceitual e geograficidade.....	47
2.5 Comunidades Quilombola no Piauí: terra, território e territorialidades.....	65
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	72
3.1 Delimitação e Caracterização da Área de Estudo.....	72
3.2 Base de informações secundária.....	75
3.3 Técnicas de coleta de dados primários.....	75
3.4 O Sensoriamento Remoto como instrumento de análise da paisagem.....	77
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	81
4.1 Caracterização geoambiental e socioeconômica e dos municípios de Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina - Território dos Cocais – PI.....	81
4.2 Comunidades Quilombolas: multiterritorialidades, temporalidades e organização socioespacial no Território dos Cocais – PI.....	101
5 COMUNIDADES VEREDA DOS ANACLETO: MICROTERRITORIALIDADES E SOCIOBIODIVERSIDADE.....	109
5.1 A história e o território: narrativas da Comunidade Vereda dos	

Anacleto.....	109
5.2 Comunidade Vereda dos Anacleto: organização socioespacial e a dimensão do território-lugar.....	116
5.3 Caracterização geoambiental da Comunidade Vereda dos Anacleto Espacial.....	120
5.4 Espacialização do uso da terra no Território da Comunidade Vereda dos Anacleto.....	124
5.5 Geograficidades por meio do mapeamento participativo na comunidade Vereda dos Anacleto.....	135
6 CONCLUSÃO.....	142
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICES.....	162
APÊNDICE A- Roteiro de oficina de mapeamento Participativo.....	163
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista.....	165
APÊNDICE C - Roteiro de História Oral.....	167
APÊNDICE D – Formulário de Pesquisa de Campo.....	168
APÊNDICE E– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	174

1 INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre as comunidades quilombolas existentes no Território dos Cocais no Estado do Piauí, distribuídas nos municípios de Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina, dentre elas, a Comunidade Quilombola Vereda dos Anacleto, cuja a sociobiodiversidade é marcada pelos carnaubais e a territorialidade traduz as relações históricas e espaciais estabelecidas com o lugar.

A pesquisa é fruto da minha imersão nas comunidades quilombolas enquanto participante de projetos de extensão “Roda de Cultura” e “Roda de Fogueira”, realizados pela Universidade Federal do Piauí, sob a coordenação da Professora Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes e Dra. Maria Lídia Medeiros de Noronha. Entre tantas contribuições destes projetos, particularmente me oportunizou desenvolver pesquisa na Comunidade Olho D’Água dos Negros, que culminou com a elaboração da dissertação no Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI). Findado o período de realização das atividades referentes aos projetos de extensão e mestrado, continuei participando de rodas de conversas junto às demais comunidades, uma vez que já havia me aproximado da causa quilombola.

As pesquisas me colocaram em maior contato com a realidade das comunidades quilombolas do município de Esperantina (PI), no qual se encontram as Comunidades Olho D’Água dos Negros, Currálinho e Vereda dos Anacleto. A motivação da realização desta tese foi a inquietação com as questões territoriais e desenvolvimento rural que permearam as discussões nas reuniões organizadas nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI), as quais participei algumas vezes junto a representantes das comunidades e de instituições públicas. Os assuntos foram ligados à questão da terra e formas de acesso a políticas públicas voltadas para melhorias das condições de vida dos moradores. Nestas ocasiões evidenciou-se a necessidade de compreender tais assuntos, uma vez que no Estado do Piauí há uma maior discussão sobre as questões quilombolas do sul do Estado.

Destaca-se aqui a pertinência de pesquisas sobre as pequenas comunidades quilombolas do norte do Piauí, considerando o conceito de quilombo na contemporaneidade (SCHMITT et al, 2002; FIABANI, 2015; GOMES, 2013; LIFSCHITZ; 2006, 2008) e desconstruir o pensamento culturalista de parte da sociedade piauiense de concepção da existência de quilombos restritos aos sul do Estado como consequência do processo de colonização do Estado (BRANDÃO, 2005; SANTOS, 2006, 2015; LIMA; SANTOS, 2013).

Diante disso, enveredou-se pela discussão da territorialidade e o território (FERNANDES (2015); HEIDRICH (2015); HAESBAERT (2004; 2007); HOLZER (2013); SACK (1986); SAQUET (2014, 2015); SANTOS (1999, 2002, 2005), as questões de formação territorial e a terra, bem como a inserção destas comunidades nas políticas de desenvolvimento rural (IGREJA; AGUDELO (2014); TAVARES (2017); COELHO (2017); MATOS; MORAIS, (2017); FERREIRA (2017).

Para verticalizar a pesquisa, selecionou-se a Comunidade Vereda dos Anacleto pesquisa, cuja situação territorial apresentava-se mais complexa em função do seu processo histórico de formação territorial que, em detrimento da territorialidade, houve fragmentação territorial. Ademais, quanto ao desenvolvimento rural, nos chamou atenção a sociobiodiversidade da carnaúba diante das questões territoriais.

A partir desse contexto, questionou-se: De que forma as comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI) se assemelham quanto à territorialidade quilombola e ao acesso a terra e à organização socioprodutiva no contexto dos municípios em que estão inseridas? De que forma a apropriação, uso e significado do território influencia nas questões territoriais e no desenvolvimento rural da Comunidade Vereda dos Anacleto?

Seguiu-se a hipótese de que as comunidades quilombolas inseridas no Território Cocais (PI) construíram a sociobiodiversidade com o babaçu e a carnaúba, mas questões territoriais e de organização socioprodutiva são entraves para o desenvolvimento local.

Considerou-se que a Comunidade Vereda dos Anacleto construiu uma territorialidade quilombola a partir das relações de pertencimento com o lugar, entretanto, a questão territorial influencia na definição dos limites do território, bem como na sua organização socioprodutiva.

Diante disso o objetivo geral desta tese é compreender a territorialidade e a organização socioprodutiva construídas nas comunidades quilombolas no Território dos Cocais (PI), levando em conta o processo histórico de acesso e uso da terra e dos recursos da biodiversidade local, com ênfase no território e na territorialidade da Comunidade Vereda dos Anacleto, localizada no município de Esperantina (PI).

Especificamente buscou-se:

- Analisar o uso e a ocupação da terra associado a socioeconomia dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina, destacando as comunidades quilombolas neste processo;
- Caracterizar a Comunidade Vereda dos Anacleto quanto à formação territorial e quanto aos aspectos geoambientais, uso e conservação dos recursos da biodiversidade;

➤ Espacializar os aspectos socioprodutivos e os elementos simbólicos que dão identidade territorial à Comunidade Vereda dos Anacleto;

➤ Analisar a questão territorial da Comunidade Vereda dos Anacleto a partir da territorialidade construída no lugar.

Além da introdução e conclusão, a tese está estruturada em 4 capítulos. No primeiro capítulo, discutiram-se as bases teóricas de formação das comunidades quilombolas no Brasil, a partir do marco regulatório de reconhecimento como sujeito de direitos adquiridos com a Constituição de 1988. Em seguida discorreu-se sobre as abordagens históricas e teóricas e inserção das comunidades quilombolas nas políticas de desenvolvimento rural no período de 2003 a 2015 no Brasil. Apresentou-se os conceitos norteadores para análise da territorialidade e da geografia quilombola (HOLZER (2013); DARDEL (2011); CORREIA (2007); PORTO (2006); NOGUEIRA (2005)). Por fim, tratou-se das comunidades quilombolas no Piauí.

O capítulo dois descreveu o percurso metodológico com base em fontes secundárias e primárias. Para as comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI) consultou-se bancos de dados secundários disponibilizados nas plataformas do IBGE, INCRA e pesquisa documental nos Planos de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis elaborados para cada uma das comunidades. Agregou-se informações obtidas de entrevistas e reuniões organizadas pelas comunidades quilombolas e o sensoriamento e o geoprocessamento para compreensão multitemporal do uso da terra. Para a Comunidade Vereda dos Anacleto, optou-se pelas técnicas de coleta de dados primários, foram aplicados formulários socioeconômicos, apreensão de narrativas por história oral, entrevistas e técnicas de mapeamento participativo. O tratamento de dados se deu pela elaboração de tabelas, quadros e mapas temáticos, bem como análise do conteúdo das narrativas.

O capítulo três trouxe um perfil socioeconômico dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina nos quais estão inseridas as comunidades quilombolas do Aglomerado 03, do Território dos Cocais, de forma a contextualizar estas comunidades na dimensão municipal. Espacializou-se o uso da terra nestes municípios com mapas temáticos. Apresentou-se também um panorama da situação das comunidades quilombolas certificados pela Fundação Palmares neste Território, abordando a questão da terra e organização socioprodutiva.

No capítulo quatro discutiu-se a base empírica a partir da análise das Comunidades Vereda dos Anacleto, localizada no município de Esperantina. Nesta etapa, analisou-se a formação territorial da Comunidade Vereda dos Anacleto e sua relação

fundiária e a sociobiodiversidade nesta Comunidade, as características geoambientais, com ênfase no uso e conservação da paisagem vegetal. Para compreensão socioprodutiva evidenciou-se a dinâmica de uso da terra e as dificuldades enfrentadas na comunidade quanto à produção e renda.

Por fim apresentou-se a territorialidade construída na Comunidade Vereda dos Anacleto, por meio da espacialização dos elementos significativos para os moradores da comunidade com uso de mapeamento participativo. Evidenciou-se nas narrativas a história e a memória, a geograficidade materializada na identidade territorial e a relação com o ambiente. Foram apresentados elementos para compreensão da territorialidade quilombola nesta comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção estruturaram-se as bases teóricas norteadoras para compreensão do conceito de comunidades quilombolas e o marco regulatório deste conceito no processo de direcionamento das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, com destaque para a questão da terra a partir do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

2.1 Comunidades quilombolas: formação histórica e marco regulatório de reconhecimento como sujeitos de direitos no Brasil

As comunidades quilombolas têm sido objeto de muitos estudos no Brasil. A antropologia, a história e outras áreas de conhecimento buscam compreender, além de aspectos culturais, as questões sócio-históricas e territoriais que permeiam a formação e a continuidade destas comunidades nos diversos períodos e contextos históricos do país.

O Brasil é a unidade política contemporânea que registra na sua historiografia as maiores estatísticas de importação forçada de distintos contingentes populacionais africanos ao longo do século XVI ao XIX (ANJOS, 2014). A condição de escravo no país foi reduzida a um recurso material, com propriedade de um senhor e desprovida de direito e representação social (GOMES, 2015).

Uma das primeiras formas de constituição de territorialidade negra no Brasil foi a fuga e formação de quilombos em áreas ainda não exploradas no período colonial, cujo modo de vida foi ajustado ao uso de recursos florestais e à pequena agricultura. Gomes (2015) descreveu as diversas formas de inserção das populações negras em quilombos dentro do sistema escravista brasileiro, com destaque para o espaço das senzalas nas fazendas, o do “fundo” das residências nas zonas urbanas e os territórios dos quilombos.

Distribuídos por quase todo país, os quilombos agrupavam de forma expressiva os povos africanos e seus descendentes escravizados formando uma resistência à sociedade escravagista (ANJOS, 2006). No processo de formação dos quilombos brasileiros, estes se organizaram em “múltiplas estruturas econômicas”, situação decorrente de fatores geográficos, demográficos e culturais que interferiram na organização de cada uma delas. Na

configuração do sistema escravista brasileiro, Fiabani (2012, p. 23) afirmou que “o quilombo constituiu um enclave na história, representando a negação à condição de escravo, fato que o tornou objeto de repúdio da sociedade na colônia e no império”. Acrescentou ainda que

[...] a maioria das comunidades negras só veio a se formar após a abolição da escravatura, consequência da ocupação de terras devolutas doadas, herdadas ou adquiridas por afrodescendentes mestiços nas primeiras décadas do século XX. (FIABANI, 2012, p. 25).

Ressalta-se que os quilombos não se mantiveram isolados socialmente e economicamente da sociedade, pois realizavam trocas comerciais com variados setores da população colonial. Esta articulação não significou a ausência de conflitos, mas experiências que as interligavam à sociedade escravista (GOMES, 2015).

A primeira definição de quilombo dada pelo Conselho Ultramarino¹ em 1740 o tratava como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Este conceito se reduz a um passado histórico que se reporta ao período colonial, um que desprezou a heterogeneidade de processos de formação dos quilombos, quanto à forma de apropriação da terra e as relações socioeconômicas que os diferenciavam.

Nesta definição, Fiabane (2012) destacou a identificação do pilão como objeto técnico simbólico da economia de autoconsumo, base da maioria dos quilombos, cujas principais culturas de subsistência estavam principalmente o arroz, o feijão e a mandioca. Entre as definições de quilombos, a intersecção a fuga do regime e resistências retratavam as adequações do conceito de quilombo em cada contexto em que se formavam.

Uma das características geográficas da escravidão no Brasil foi observada por Chagas (2018), ao afirmar que:

[...] um dos ardis do regime escravagista foi a subtração da informação da etnia do escravizado, inclusive separando e dispersando geograficamente as pessoas com um mesmo pertencimento identitário, em diferentes localidades, com interesse de forçar que elas não pudessem exercer sua identidade. (CHAGAS, 2018, p. 23).

A dispersão geográfica dos escravizados consequentemente influenciou na fragmentação da identidade étnica em muitos lugares nos quais a formação de quilombos não foi quantitativamente intensa no período colonial. Tal fato é retratado em pesquisas que buscaram resgatar a historiografia e a formação do povo quilombola no Brasil contemporâneo. Concorde-se com Matos (2006) sobre a necessidade de utilização de outras fontes que não aquelas que se poderia denominar de “oficiais” para que se possa escrever a

¹ O Conselho Ultramarino foi regulado por Regimento de 14 de Julho de 1642 e instituído por Decreto de 14 de Julho de 1643, cabendo-lhe tratar de todas as matérias e negócios de qualquer qualidade relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e a todas as outras partes ultramarinas portuguesas.

história dos grupos sociais tratados até então como entes “sem história”, realçando a história oral como talvez a mais importante.

Quanto à abolição da escravatura no Brasil, esta derivou de um período histórico em que o sistema escravista mostrava sinais nítidos de exaustão e de pouca rentabilidade. Mattoso (2003, p.207) sintetizou as consequências da Lei Áurea para os escravizados, assinalando que a mesma “abandonou à sua sorte o liberto, desorganizou os circuitos de trabalho em benefício dos homens livres e anulou os ajustamentos sociais criados por três séculos de sistema escravista”. Para López (2012), a participação do Estado na configuração sociorracial da força de trabalho, no momento da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, foi marcada pela ausência de qualquer política pública voltada à população submetida à condição de escrava de forma a integrá-la ao novo sistema produtivo.

Diante deste cenário, a saída para a população que até então estava na condição de escrava foi a substituição de cativo dos campos pela condição de trabalhadores rurais assalariados, dando continuidade ao sistema de exploração e à vida na miséria. Muitos continuaram vivendo como posseiros nas áreas de seus quilombos (FIABANI, 2012). Esta situação vai ao encontro do pensamento de poder discutido por Bourdie (1986), ao retratar que, no momento em que os dominados entram individualmente nas relações de forças simbólicas, não lhes sobra alternativa a não ser aceitar a situação de submissão ao dominante.

Em contrapartida, a historiografia brasileira registrou muitas lutas de resistência do povo negro a esta condição, o que na linha de pensamento de Bourdie (1986) a questão seria o poder de impor uma visão do mundo social para uma afirmação da identidade do grupo. Para tanto, é necessária uma mobilização coletiva pelo respeito da identidade étnica ou regional, ligada à origem através do lugar e dos sinais simbólicos que lhes são particulares.

Em resposta à situação de marginalização, os negros que tinham sido escravizados e seus descendentes instituíram movimentos de mobilização racial negra no Brasil. Foram criados inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns Estados do Brasil, com destaque para o Estado de São Paulo, que foi sede da Frente Negra Brasileira (1931-1937), uma associação de caráter político, recreativo e beneficente no período pós-abolição, com intenções de se tornar uma porta de articulação nacional. Ainda em São Paulo, em 1978, organizou-se o Movimento Negro Unificado (MNU), uma entidade em nível nacional que marcou a história do movimento negro contemporâneo e é considerada como um dos principais protagonistas na luta antirracista brasileira (GOMES, 2011).

O movimento encampado pelas comunidades quilombolas teve início na década de 1970 no Maranhão e no Pará e, posteriormente, tomou conta dos demais Estados do país

(FIABANI, 2012). O ano de 1988, em que se celebraram cem anos da Abolição da Escravatura, foi regado por manifestações por parte dos movimentos negros no Brasil. Neste contexto, a Igreja Católica intensificou as discussões sobre a questão do negro no país, lançando como tema da Campanha da Fraternidade “A fraternidade e o negro”, em prol do reconhecimento das terras onde vivem as comunidades quilombolas. A mobilização do movimento negro foi fundamental nas discussões que antecederam e permearam a elaboração da Constituição de 1988 no Brasil.

A Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um tratado internacional multilateral, que concentrou esforços em proteger os direitos dos povos indígenas e tribais, foi ratificada pelo Brasil em 2002 e seus efeitos começaram a aparecer partir de 2003. Sem entrar na questão epistemológica do termo tribal, no Brasil esta Convenção tratou de todos os grupos sociais diferenciados, denominados de comunidades tradicionais, que demandem proteção e que reúnam os requisitos lá inseridos. A autoidentificação é o critério fundamental para a materialização e a definição identitária de grupos coletivos referenciados pela Convenção 169 da OIT (VEIGA; LEIVAS, 2017).

No Brasil, as populações negras ganharam maior visibilidade quando a elas foi estendida a categoria de populações tradicionais, antes relacionada apenas aos povos indígenas. Os movimentos das comunidades negras rurais neste período, segundo Little (2010, p. 11), foi “reivindicar o status de “ser tradicional” como estratégia na luta para ganhar reconhecimento étnico do Estado brasileiro e para defender os recursos culturais frente a sua potencial expropriação ou desaparecimento”.

A participação social de diferentes instituições junto ao Movimento Negro resultou na indicação do dia 13 de maio, no “Dia Nacional de Combate ao Racismo”, como dia de protesto com intuito de desconstruir o discurso em torno da Lei Áurea. Esta concepção foi interpretada de diferentes maneiras, a exemplo de historiadores como Robert Conrad (1978) e Jacob Goerend (1990), que defenderam a Abolição da Escravatura no Brasil como uma revolução social vitoriosa, levando em conta o contexto histórico em que ocorreu. Além disso, ficou indicado o dia 20 de novembro como dia Nacional da Consciência Negra, em referência à morte de Zumbi dos Palmares².

² Zumbi dos Palmares, alagoano nasceu no ano de 1655. Foi um dos principais representantes da resistência negra durante o período escravista brasileiro. Foi líder do Quilombo dos Palmares, localizada no Estado de Alagoas, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas.

Nos anos de 1990, em decorrência do início da Nova Ordem Mundial, pós Guerra Fria, seguiu-se no Brasil uma tendência de reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais que estava se desenhando na América Latina e no Caribe, refletidas nas manifestações lideradas pelo Movimento Negro no Brasil. Neste contexto, a Constituição Federal (CF) de 1988 reconheceu o direito das comunidades quilombolas no art. 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Foi incluído o direito a terra aos chamados “os remanescentes das comunidades dos quilombos”. Para tais que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Em complemento, o inciso 1º do art. 215 e o art. 216 da CF garantem, respectivamente, a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e a proteção dos bens de natureza material e imaterial do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar de haver discordâncias quanto ao conceito de remanescentes de quilombos, a CF incluiu um viés antropológico relacionado à produção simbólica destes povos e passou a garantir um instrumento político-organizacional que institucionaliza o acesso a políticas públicas.

A concepção de quilombos como remanescentes, presente na Constituição de 1988, é contestada na antropologia por considerar apenas o conceito histórico de quilombo, transmitindo a ideia de resquício, de sobra, sem levar em conta a ressignificação deste conceito na atualidade e as heterogeneidades que permeiam as diversas comunidades quilombolas no país. Esta postura sofreu muitas críticas e acaloradas discussões acadêmicas e um descontentamento por parte das comunidades quilombolas. Corroborando com tais críticas, Gomes (2015, p. 7) afirmou que “não se trata de um passado imóvel, como aquilo que sobrou, posto que nunca foi transformado.”

O contraponto foi discutido por Arruti (2006), que enfatizou que os quilombos contemporâneos incluem as comunidades negras rurais atuais, mesmo que não tenham se originado de quilombos antigos formados na época da escravidão. Diante da ressignificação e (re) construção do conceito de quilombo na contemporaneidade, Marques e Gomes (2013, p. 142) esclareceram que os “grupos quilombolas não precisam apresentar (e muitas vezes não apresentam) nenhuma relação com o que a historiografia convencional trata como quilombos”. Estes grupos sociais são muitas vezes mobilizados ou se mobilizam em prol do autorreconhecimento como um grupo de povos tradicionais com o apoio de organizações sociais, políticas, religiosas e reconquistam e ou fortalecem sua territorialidade em prol de ter garantidos seus direitos constitucionais.

No âmbito da redemocratização do Brasil, a década de 1990 foi marcada por muitos eventos e ações de movimentos sociais que enfatizavam a questão do negro. O termo afrodescendente ganhou espaço nos organismos internacionais e passou a influenciar a elaboração das políticas públicas voltadas ao respeito e à efetivação dos direitos de grupos racial ou etnicamente diferenciados em países latino-americanos.

No Brasil, em 1995, o Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA) recebeu a atribuição de demarcar e titular terras reivindicadas pelas comunidades quilombolas. Coube ao INCRA regularizar terras públicas ocupadas por famílias rurais quilombolas. Quando se tratava de terras privadas ou de interesse particulares, este processo ganhava maior morosidade.

Outra conquista foi a aprovação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Apesar de ser um instrumento de conscientização e valorização da cultura afrodescendente, não é efetivamente colocada em prática nas escolas.

O Decreto nº. 3.912, de setembro de 2001, atribuiu competência à Fundação Palmares para realizar “o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades quilombolas, bem como o reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.” (BRASIL, 2001). Porém, somente teriam direito à titulação de terras as comunidades quilombolas que estivessem ocupando terras no período compreendido entre 1888 (Abolição da Escravatura no Brasil) a 1988 (Promulgação da Constituição). Tal fato foi contestado, principalmente, pelos antropólogos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que defenderam a ressignificação do conceito de quilombo.

Diante das pressões dos movimentos sociais, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003) transferiu para o Ministério do Desenvolvimento Agrário a competência de delimitar e demarcar as terras das comunidades quilombolas. À Fundação Palmares foi delegada a função de certificar tais comunidades baseadas no critério de autorreconhecimento. Neste quadro uma das maiores conquistas para as comunidades quilombolas no Brasil foi o Decreto nº. 4.887, de janeiro de 2003, que regulamentou o procedimento para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por remanescentes de comunidades quilombolas, em consonância com o art. 68 do ADCT. Para fins deste decreto, consideram-se como comunidades quilombolas “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com

presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” Entretanto, apenas a certificação das comunidades quilombolas pela Fundação Palmares não se fazia suficiente para que estas pudessem ter acesso a direitos básicos que historicamente lhes foram negados.

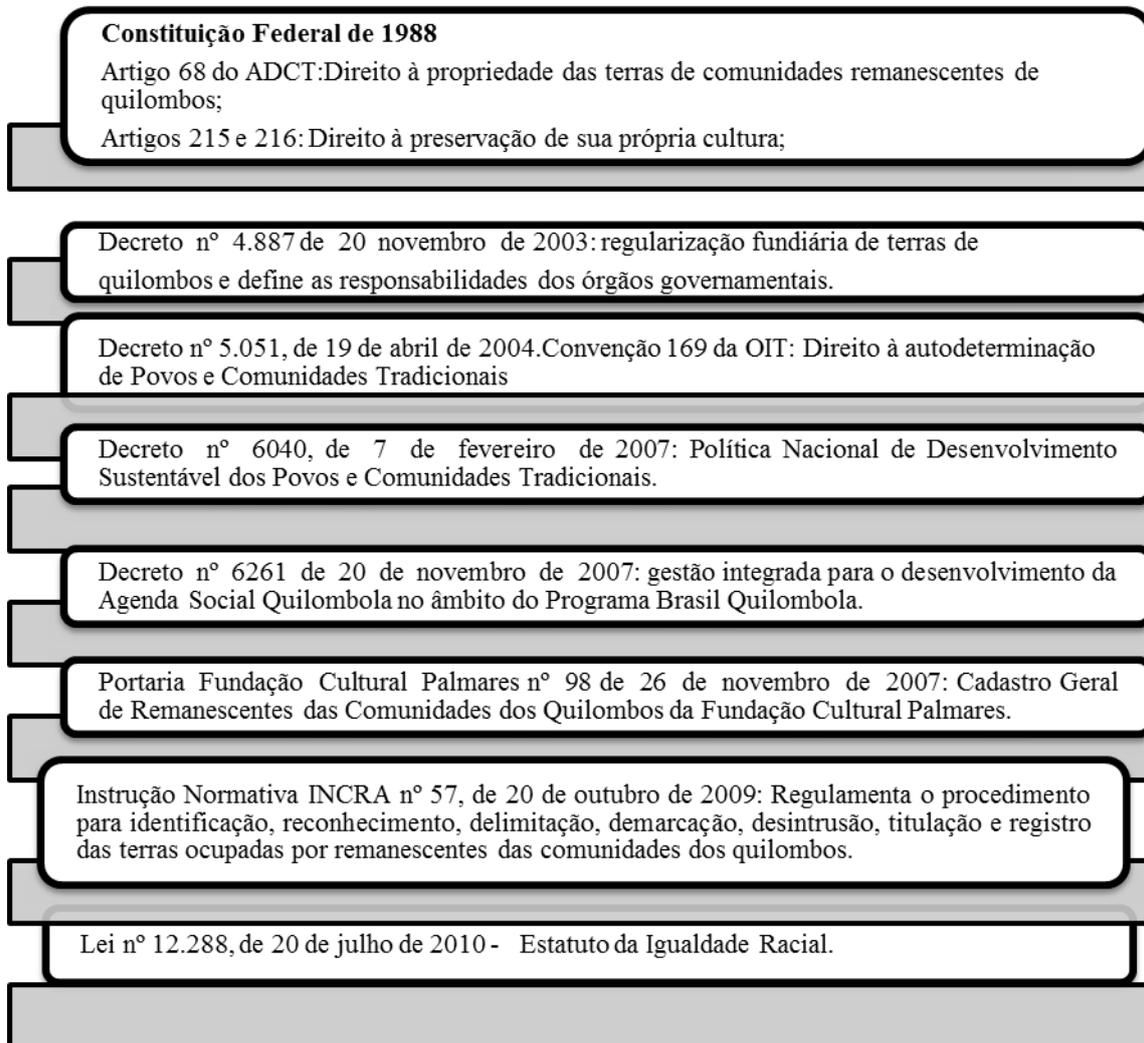
Para isto, a Lei Federal nº. 10.678, de maio de 2003, criou a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de coordenar as políticas de promoção de igualdade racial no Brasil, e dentro desta criou-se o Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), no qual incluíram-se representantes de comunidades quilombolas. Neste cenário institucional, Fiabani (2015, p. 109) ressaltou que em muitas situações “houve esvaziamento do movimento social, pois a pressão da base chocou-se com o discurso de liderança transvertida de governo”. Com a Lei nº 12.314, de agosto de 2010, a SEPPIR passou a compor a estrutura da Presidência da República, fortalecendo institucionalmente a discussão das questões relacionadas à população negra.

Em 2015, como resultado de reforma ministerial, a SEPPIR deixou de constituir a Presidência da República para integrar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, onde permaneceu até as reformas de 2016, quando a SEPPIR e o CNPIR foram absorvidos pelo Ministério da Justiça e Cidadania. O deslocamento institucional da SEPPIR induz a um enfraquecimento das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas e reforça o discurso dos grupos contrários aos interesses dessas causas.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) é responsável pela identificação e certificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos. Entretanto, a responsabilidade de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras por elas ocupadas foi transferida ao INCRA. A certidão expedida pela FCP aos povos quilombolas é inscrita no Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos (PORTARIA Nº 98/2007) e permite que o INCRA inicie tais atribuições. Vale destacar que a certidão de autodefinição emitida pela Fundação Cultural Palmares não tem natureza constitutiva, isto é, ela não cria a partir dali uma comunidade quilombola. Seu efeito é meramente declaratório e, portanto, apenas atesta formalmente a preexistência de uma comunidade que se autorreconhece como remanescente de quilombo.

A evolução do marco regulatório de reconhecimento dos direitos quilombolas está representada na figura 1.

Figura 1: Quadro Demonstrativo do marco regulatório legal para os direitos quilombolas no Brasil



Fonte: A autora, adaptado de SEPPIR (2012).

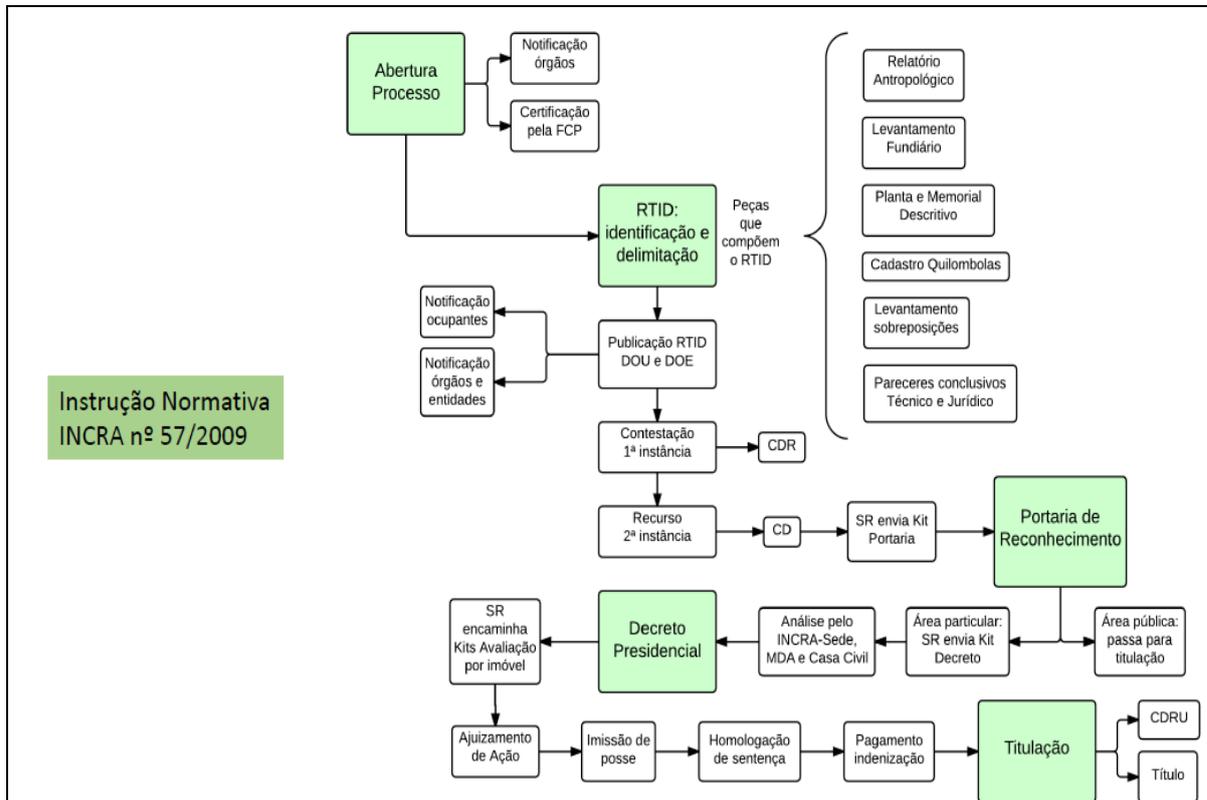
Quanto ao processo de certificação pela Fundação Palmares, este deve partir de uma Associação que exista nas comunidades, de forma a representar o coletivo dos moradores. Entretanto, identifica-se aí um paradoxo, uma vez que, de acordo com o artigo 5º da CF, incisos XX e XXI, “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado, mas as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente”. As associações criadas nas comunidades quase sempre reproduzem conflitos existentes dentro da própria comunidade. Estes conflitos são resultantes das relações de poder, bem como as questões gênero que muitas vezes geram uma silenciosa insatisfação entre alguns membros das comunidades.

O Decreto 6.040, de fevereiro de 2007, veio para instituir definitivamente a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), definindo como comunidade tradicional os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007), contemplando, entre outros, as comunidades quilombolas. A PNPCT norteou projetos voltados para inclusão social e econômica de povos e comunidades tradicionais

Neste delineamento, o Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola. Esta agenda agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, tais como o acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadania.

Ainda no ano de 2007, a Portaria nº 98, da Fundação Cultural Palmares, de 26 de novembro, garante pelo Art. 1º instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº4.887/03. Destarte, retorna ao INCRA a responsabilidade de regularização dessas terras. As etapas deste processo seguem representadas na figura 2:

Figura 2: Etapas do procedimento para titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos



Fonte: Balanço da Regularização de Territórios Quilombolas, INCRA (2017).

Concorda-se com Igreja e Agudelo (2014) que discutiram os afrodescendentes numa perspectiva global e multicultural no contexto da América Latina e Caribe e afirmaram que “mesmo dentro da escala geográfica da América Latina, as mobilizações políticas coletivas dos afrodescendentes são episódicas” (IGREJA; AGUDELO, 2014, p. 02). Diante das incertezas acerca da continuidade da efetivação das políticas voltadas para as comunidades quilombolas, reforçada por um discurso neoliberal do Estado, os movimentos sociais e especialmente as comunidades quilombolas precisam protagonizar ações de reafirmação das necessidades de avançar nas conquistas dos direitos sociais e territoriais propostos na Constituição de 1988.

O Grupo de Trabalho “Quilombos, Povos e Comunidades Tradicionais”, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), é responsável por questões relacionadas aos grupos que têm em comum um modo de vida tradicional conforme a Constituição Federal, de forma a assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural. Este grupo analisou as políticas públicas territoriais dirigidas às

comunidades remanescentes de quilombos no Brasil e os resultados publicados no ano de 2018, referentes à exposição e à análise das principais práticas de inclusão legal e atuações institucionais, que vêm resultando do reconhecimento dos direitos socioterritoriais das comunidades quilombolas dispostos constitucionalmente em 1988. Constataram deficiências e insuficiências na execução dessas políticas por parte do Estado e o acirramento de conflitos nas comunidades quilombolas, por motivação fundiária, por preconceito e discriminação, além de várias decisões governamentais com o risco de subalternizar esses direitos, seus sujeitos e seus defensores.

No ano de 2018, o MPF concluiu que a redução dos recursos empenhados para o custeio das ações destinadas à regularização de terras quilombolas e a ineficiência da aplicação desses recursos têm impactado negativamente comunidades quilombolas em vários estados brasileiros. Em consequência, aumentaram as dificuldades do INCRA para elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). Outro agravante foi a Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, transformada na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ponto um hiato nas questões sociais que atingem diretamente as comunidades quilombolas.

Com efeito, a regularização das terras dos quilombos saiu da competência do INCRA, foi para o Ministério da Educação e Cultura, voltou para o INCRA e, por fim, ficou subordinado à administração da Casa Civil. Com as mudanças no governo federal, no início de 2019, mais uma vez o aparelho institucional voltado para os direitos das comunidades quilombolas se tornou instável e com pouco poder de ação. Neste sentido, o INCRA passou a fazer parte, por força do Decreto 9.960/2019, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ou seja, a titulação das terras quilombolas estará subordinada ao desenvolvimento agrícola, sobe a égide dos interesses defendidos pelos grandes ruralistas e grupos contrários à causa quilombola.

O processo de conquista e acesso aos direitos quilombolas é vagaroso, burocrático e muitas vezes as pequenas comunidades desconhecem e ou não conseguem se organizar em prol de buscar tais direitos. Em consonância com Leite (2008), e mesmo com a lentidão dos processos de titulação, da erosão das mobilizações provocadas pelas estratégias de cooptação de lideranças para os quadros administrativos do Estado e algumas políticas assistencialistas, o quilombo continua representando a resistência.

Concorda-se com Silva e Nascimento (2012) o fato de que a conquista do território, embora seja primordial, muitas vezes não é suficiente para manter ou ampliar o

desenvolvimento socioeconômico das comunidades. É necessário também financiamento de projetos, auxílios técnicos, incentivos à produção em bases sustentáveis etc., ou seja, que estas populações sejam inseridas em um planejamento de políticas públicas de longo prazo.

Há ainda um racismo institucionalizado que burocratiza e dificulta as comunidades quilombolas que se autorreconhecem afrodescendentes a incluírem-se efetivamente nas políticas de desenvolvimento social do país, a exemplo do paradoxo entre colonização e reforma agrária explícito na denominação do INCRA que, dentro no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, vai balizar interesses contraditórios na complexa estrutura fundiária brasileira.

O racismo institucional traduz em escolhas institucionais atuais ou passadas reeditadas por decisão ou inércia. E sua destruição requer novos compromissos, processos e práticas (WERNECK, 2013), o que conduz à exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, neste caso da população negra. Funciona como uma espécie de estratégia do racismo voltada para garantir apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade (LÓPEZ, 2012).

No tocante às questões relacionadas à população negra, o racismo institucional ficou evidenciado em 2010, com a instituição do Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010) destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. No Art. 2º, define como dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Entretanto, há um hiato entre as garantias presentes na Constituição Federal e a realidade vivenciada pelas comunidades quilombolas no Brasil. Apesar dos avanços quanto aos direitos das comunidades quilombolas, persistem ainda situação de pobreza e falta de acesso aos direitos básicos de cidadania destas comunidades.

2.2 Comunidades quilombolas: abordagens históricas e teóricas no contexto do território e territorialidade

Existe uma heterogeneidade de processo que envolveu o processo de formação das comunidades quilombolas no Brasil, mas se considera nesta pesquisa que o território é base da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade. Nesta secção buscou-

se discutir a relação entre território e territorialidade alicerçados na questão da terra nas comunidades quilombolas.

Compreende-se que a terra não se reduz a um recurso econômico, ela representa a história, a memória e o sentimento de pertencimento com o lugar. Schmitt et al. (2002, p. 4), revisitando o conceito de quilombo, evidenciam o “sentimento de pertença a um grupo e a uma terra como uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade construído sempre em relação aos outros grupos com os quais as comunidades quilombolas se confrontam e se relacionam”. Alertam os autores para o fato de que os grupos hoje considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, dentre eles as fugas, heranças, doações, recebimento de terras por serviços prestados ao Estado, a própria permanência nas terras que ocupavam e utilizavam no interior das grandes propriedades ou mesmo compra.

As comunidades quilombolas podem apresentar parcialmente ou totalmente as características que as definem como população tradicional, destacando-se a definição de um etnônimo, rituais ou religiosidade compartilhadas, origem ou ancestrais em comum, vínculo territorial longo, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão e, principalmente, uma ligação umbilical com seu território (MARQUES; GOMES, 2013, p. 142). Esta pesquisa direciona-se às relações entre território e territorialidade estabelecidas em comunidades quilombolas evidenciados em sua organização espacial.

O art. 216 da CF assegura como “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Hobsbawan (2015) cunhou o termo tradições inventadas, relacionando-o à análise do processo de formação de comunidades quilombolas contemporâneas no Brasil. Nesta linha de pensamento, afirma-se para as comunidades quilombolas no Brasil que estas resgataram e resinificaram um conjunto simbólico, parte da história de seu povo e do lugar, antes esquecidos ou negados por força ideológicas e política encravadas historicamente na sociedade.

A descendência de um povo colocado na condição de escravo se consolidou como fator de segregação, preconceito e exclusão destes grupos sociais. Os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 impulsionaram a ressignificação das “tradições” nestas comunidades, que possibilitaram um fortalecimento da identidade quilombola.

A formação das comunidades quilombolas se deu de diversas maneiras no território brasileiro e a regularização das terras por elas ocupadas segue diferentes instâncias político institucional. Treccani (2005) listou nove diferentes situações jurídicas sob as quais estão assentados os territórios ocupados pelos remanescentes das comunidades quilombolas, são elas: **(a)** Terras públicas arrecadadas e matriculadas em nome da União, Estados e Municípios, mas ainda não destinadas; **(b)** Terras devolutas federais, estaduais e municipais; **(c)** Incidentes em terras públicas ilegalmente registradas em nome de grileiros; **(d)** Incidentes em terras ocupadas por posseiros não quilombolas; **(e)** Incidentes em áreas da marinha, várzeas, margens de rios; **(f)** Incidentes em unidades de conservação; **(g)** Incidentes em áreas de segurança nacional; **(h)** Incidentes em terras indígenas; **(i)** Incidentes em terras particulares legalmente constituídas.

São diferentes os contextos referentes às principais estruturas sócio-histórico-territoriais de formação e origem das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos no Brasil. Neste quadro, Anjos (2006) destacou a ocupação de fazendas falidas e/ou abandonadas; compra de propriedade por povos alforriados; doações de terras para ex-escravizados por proprietários; pagamento pro prestações de serviços em guerras oficiais; terrenos de origem religiosa deixada para ex-escravizados; ocupação de terras sob o controle da Marinha do Brasil; extensões de terrenos da União não devidamente cadastrados.

Leite (2000) discutiu o conceito de quilombo na via socioantropológica e as implicações teóricas e políticas no quadro de exclusão social no Brasil. Para a autora, o quilombo na atualidade significa para a população negra um direito a ser reconhecido e não somente um passado a ser lembrado. Assim, grifou:

O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivos passa a ser, portanto, nos dias atuais, a chama reacesa para na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos. Vem, agora, iluminar uma parte do passado, aquele que salta aos olhos pela enfática referência contida nas estatísticas onde os negros são a maioria dos socialmente excluídos. Quilombo vem a ser, portanto o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada. (LEITE, 2000, p. 350).

A apropriação coletiva da terra é característica da territorialidade das comunidades quilombolas. O'Dwyer (2010) traçou algumas considerações quanto à territorialidade desses grupos e reforçou que a ocupação da terra não se fez em termos de lotes individuais, predominando o uso comum, que obedece à sazonalização das atividades agrícolas, extrativistas ou outras. Há assim diferentes formas de uso e ocupação da terra, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade, porém vinculada e articulada a outras comunidades e outros espaços.

Anjos (2011, p. 271) afirmou que “as estatísticas apontam que no Brasil como a segunda maior nação negra do planeta e é com relação a essa população que são computadas, as estatísticas mais discriminatórias de depreciação socioeconômica”. Significa que ser descendente do continente africano no Brasil é um fator de risco, um fator adicional para fazer parte da população sujeita à invisibilidade social e a exclusão social.

Como exemplo desta situação, Miranda (2013), em pesquisa iniciada em 1998 na comunidade negra rural de Tijuáçu, localizada no norte da Bahia e que se espalhou por outras comunidades semelhantes no mesmo Estado, concluiu que a luta maior travada pelas comunidades quilombolas se refere à questão fundiária, pois as terras ocupadas historicamente pelos moradores são motivo de ameaças e conflitos com os fazendeiros vizinhos.

Um dos problemas relacionados à questão quilombola no Brasil são as relações de poder apoiadas no monopólio da terra. Os interesses pela terra sustentam o discurso de grupos contrários ao reconhecimento dos direitos étnicos pela propriedade definitiva das terras das comunidades quilombolas (ALMEIDA, 2005). Reportando a história das propriedades rurais no Brasil, como consequência da Lei de Terras de 1850³, os defensores das grandes propriedades não admitem que exista na historiografia a existência de quilombo dentro do limite dos latifúndios. Neste sentido, os quilombos são vistos, conforme assinala Almeida (2001, p. 23), “simultaneamente como exceção e como monumentalidade, dispostos em terras públicas e dispensando o instrumento da desapropriação”.

O fortalecimento da identidade de quilombola permeou as pesquisas de Lima (2016) objetivando compreender o processo de transformação identitária por parte dos moradores na Comunidade Caiana dos Criolos, localizada no Estado da Paraíba, a partir do seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombos (CRQs). Segundo o supracitado autor, esta comunidade se projetou na luta pela conquista da terra no Estado e pelas suas marcas culturais que remete à ancestralidade negra. Por meio da história oral, o autor percebeu que a identidade quilombola dos moradores de Caiana dos Criolos está ligada à sua etnicidade negra, aumentando o compromisso dos moradores em manter a tradição herdada por seus antepassados como sinal de resistência negra no território paraibano.

³ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850: Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

Lifschitz (2006; 2008) discutiu a dinâmica sociocultural que está presente em pequenas comunidades tradicionais do Brasil e da América Latina. Utilizou o termo neocomunidades, para denominar as comunidades de identidade étnicas, históricas ou sociais demarcadas, que foram por muito tempo esquecidas, onde coexistem universos de ação sociais tanto tradicionais quanto modernos, que formam territórios onde se evidenciam tensões e conflitos. Analisou a comunidade Machadinho, situada na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, e constatou situações marcadas pelo individualismo, a desarticulação comunitária e ciclos de migrações, principalmente por motivos de trabalho, que apontam para o declínio da vida comunitária, apesar de a grande maioria dos moradores manterem relações de parentesco, que tiveram origem no período escravocrata.

Hobsbawen (2015), no seu artigo a *“Invenção das tradições”*, considerou que certas tradições, ditas como heranças das gerações passadas, foram criações inventadas ou recentes, com uma função política que consiste em dar às mudanças sociais desejadas a ilusão de continuidade histórica. Convergindo para esta ideia alinhou-se ao conceito de neocomunidades de Lifschitz (2008), definindo-os como territórios que, por meio de ações culturais, propõe-se recriar a tradição através de técnicas e dispositivos modernos. Parafrazeando Hobsbawen (2015, p. 08), “o passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo”. Em síntese seriam as reconstruções que implicam na ressignificação de símbolos do passado da comunidade no contexto atual.

Esta pesquisa se alinha à concepção de Leite (2000) e considera que a terra propicia as condições de permanência e de continuidade das referências simbólicas. E na constituição histórica das comunidades quilombolas leva-se em conta também a ideia de associação solidária em relação a uma experiência intra e intergrupo, marcadas por territorialidades construídas com relações de parentesco e reciprocidade.

Portanto, devem-se considerar processos sócio-históricos locais e regionais e reconhecer como sujeitos de direitos tanto às comunidades que auto identificam e já são certificadas pela FCP como quilombolas, quanto aquelas comunidades que dispõem das mesmas características, mas, por ausência de uma organização e dos meios para a formulação de um discurso articulado nos mesmos termos, não são certificadas, estando à margem das políticas quilombolas. Destacou-se nesta pesquisa as pequenas comunidades quilombolas que, invisíveis aos olhos da sociedade, têm sua história minimizada e pouco poder de mobilização em busca de seus direitos, resultando numa fragilidade social e enfraquecimento da identidade quilombola.

2.3 Comunidades quilombolas: inserção nas políticas de desenvolvimento rural no período de 2003 a 2015 no Brasil

As políticas públicas são pensadas como alternativas para solucionar conflitos e/ou problemas sociais e por se tratar de política traz implícitos um viés ideológico e sujeitos sociais em relações de poder. Fouillex afirma (2011, p. 93) que as mesmas surgem de “um conjunto de ideias institucionalizadas, o marco analítico proposto visando reconstruir e seguir a trajetória de ideias que levem à sua institucionalização, quer dizer à sua concretização em instrumentos das políticas públicas”. E foi neste sentido que o conceito de desenvolvimento, apropriado historicamente nos discursos das agências multilaterais, foi incorporado na elaboração de políticas públicas nacionais.

O conceito de desenvolvimento está em constante construção nas diversas áreas do conhecimento. Defende-se o pensamento de Sen (2010), que o concebe por meio da ampliação das liberdades humanas, não se limitando a relacioná-lo somente ao crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ao aumento de rendas pessoais, à industrialização, ao avanço tecnológico e/ou modernização social. Por se tratar de um conceito amplo e complexo para elaboração e implementação de políticas públicas, foram sendo gradativamente adicionados adjetivos e prefixos no intuito de defini-lo, tais como, sustentável, local, etnodesenvolvimento, neodesenvolvimento e desenvolvimento territorial, pensado em diversas escalas, dentre as quais, o desenvolvimento rural, no qual as comunidades rurais quilombolas são inseridas.

Wanderley (2001, p. 33), corroborando com a perspectiva de Sen (2010), entende o desenvolvimento no espaço rural “como o processo de valorização do potencial econômico, social e cultural da sociedade local”. A autora defende que o desenvolvimento rural será tanto mais abrangente e eficaz quanto for capaz de incorporar e valorizar o potencial de forças sociais presentes no meio rural local. Considerando que o pensamento que se consolidou no imaginário da população brasileira foi o rural, visto historicamente com resíduo do urbano, tradicional e atrasado, Wanderley (2001) utilizou o termo *continuum rural-urbano* em duas vertentes para analisar o fim do isolamento entre as cidades e o meio rural. A primeira com uma visão “urbano-centrada”, que valoriza o polo urbano do *continuum* como caminho de progresso e dos valores dominantes que se impõem ao conjunto da sociedade, na qual o espaço rural é visto como o polo atrasado e tenderia a reduzir-se sob a influência do polo urbano. Seguiu-se na premissa da segunda vertente e defende-se considerar como uma relação que aproxima e integra os dois polos e que as relações entre o campo e a cidade não destroem

suas particularidades e, por conseguinte, não representam o fim do rural e tampouco o isolamento de suas comunidades.

Diferentes denominações relativas ao desenvolvimento rural foram descritas por Navarro (2001) que, conforme os objetivos de cada uma, foram adjetivadas em: agrícola, agrária, rural, rural sustentável e local. Tais denominações surgem das estratégias escolhidas, da hierarquização dos processos em ordem de prioridades e das ênfases metodológicas e contornos conceituais definidos em cada contexto. Ressalta-se que é necessário considerar a diversidade do rural, tanto nos sujeitos, nas paisagens e nas práticas socioprodutivas para a sua compreensão e a partir daí pensar em políticas de desenvolvimento rural (VEIGA 2006; ABRAMOVAY, 2000).

As políticas de desenvolvimento rural no Brasil sofrem influências do contexto econômico mundial e da ação dos movimentos sociais nacionais que se configura em cada período histórico. Neste quadro, no início dos anos 1990, período de crise econômica e de reformas liberalizantes, as experiências de desenvolvimento territorial, incluindo o rural, ganhou maior expressão no Brasil. Dentre os fatores que impulsionaram este direcionamento, Ortega (2007) elencou os quatro de maior relevância: **(a)** a maior participação de forças locais na luta pela redemocratização do país que fortaleceu o pensamento em torno de políticas de desenvolvimento locais, construídas de forma participativa e apoiadas no capital social local; **(b)** a Constituição de 1988, que reforçou o processo de descentralização no país, com ampliação das responsabilidades de estados e municípios pela formulação e gestão de políticas públicas; **(c)** a desregulamentação da economia, que estimulou a participação social a implementar projetos de desenvolvimento locais; **(d)** a recomendação das agências multilaterais que defendia a menor participação do Estado na economia.

Desta forma, na década de 1990, por influência das políticas agrícolas da União Europeia, o modelo de desenvolvimento rural no Brasil foi inspirado na multisetorialidade e o local passou a ser a escala de direcionamento das políticas de desenvolvimento rural. Em 1995, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como uma linha de crédito rural voltada para a agricultura familiar. O agricultor familiar tornou-se então o protagonista destas políticas e o município passou a ser a escala de referência para as estratégias de desenvolvimento rural. Porém, diante da diversidade que representa o espaço rural brasileiro, Navarro (2001, p. 90) alertou que aí se sustentou uma falsa premissa, por considerar que todos “atores locais” já estariam devidamente preparados para o desempenho de ações direcionadas ao desenvolvimento, colocando-os na mesma situação social.

As estratégias de desenvolvimento rural se inseriram de forma mais direta nas políticas públicas brasileiras no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), sob a pressão dos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra voltados a dar maior visibilidade dos conflitos agrários. Neste governo, iniciou o reconhecimento político e institucional do estado brasileiro para os agricultores familiares. Em 1999, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

No âmbito dessa discussão, evidenciou-se a responsabilidade do MDA na coordenação do processo de estabelecimento do padrão de desenvolvimento rural, voltado para inclusão e justiça social e na reativação das economias locais e na gestão sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2003). O MDA buscou fortalecer estratégias de descentralização, de participação da sociedade e de valorização dos recursos locais. Entretanto, este processo esbarrou nas limitações deste ministério quanto às restrições orçamentárias, financeiras e humanas que reduziram a sua capacidade de intervenção. Vê-se a institucionalização de políticas de desenvolvimento rural desacompanhadas de efetivação das mesmas em escala nacional.

Para a proposta de desenvolvimento local sustentável, baseada nas potencialidades de cada território, implica um conjunto de fatores de logísticas e capital humano para a consolidação de arranjos socioprodutivos, é preciso levar em conta que no Brasil a maior parte das comunidades rurais são constituídas por grupos socialmente excluídos, em situação de pobreza, com baixa organização social e sem infraestrutura social básica, a exemplo das comunidades rurais quilombolas. Diante deste cenário, Ortega (2007) indagou: como possibilitar a inclusão socioprodutiva destas localidades sem uma forte presença do Estado? Como tratar de capital humano em situações de exclusão?

No tocante à base econômica que marca as comunidades quilombolas, Diegues (2000) indica que a pequena produção mercantil caracteriza as suas formas sociais de produção, através das atividades agrícola, pesqueira e extrativista. As relações de trabalho nesses espaços produtivos se configuram como autônomas ou de parentesco, com uso de tecnologia de baixo impacto sobre os ecossistemas nas quais estão situadas. Apesar de as sociedades ditas “tradicionalistas” estarem inseridas num modo de produção mercantil, são elas partes da sociedade capitalista moderna, o que influencia a sua organização econômica e o seu consumo.

Em resposta, Ortega (2012, p. 75) argumentou que as políticas públicas de desenvolvimento, deveriam “assumir o papel de instrumento de fortalecimento, ou mesmo de formação de uma cultura proativa, a partir de uma base local”. Porém, o autor questionou: como elevar o capital social das comunidades via política pública? Em resposta defende que se devem contemplar regiões mais abrangentes, envolver os múltiplos atores públicos e privados e promover o acesso à infraestrutura e diversificar os mercados de produtos e serviços.

Como instrumentos de intervenção para o desenvolvimento econômico e social, no ano de 2003, o governo federal elaborou políticas públicas sociais, visando à redução da miséria e das desigualdades sociais no Brasil. O discurso de cunho desenvolvimentista, regido pelos organismos e agência multilateral, foi incorporado à política de territórios rurais do MDA. Para Geraldi (2012), foi uma estratégia de planejamento voltada para despolarizar o desenvolvimento, uma vez que estas políticas são fundamentadas na lógica do mercado, cuja visão de sociedade enxerga o indivíduo enquanto cidadão, pela sua produção econômica e capacidade de consumo. Portanto, foi esse olhar que se voltou para o agricultor familiar, como sujeito de intervenção para as políticas de combate à pobreza rural.

Para efetivar a descentralização da gestão de políticas públicas e a maior participação da população, fez-se necessário o MDA estabelecer mecanismos que promovessem sistemas participativos abertos capazes de formular soluções envolvendo os sujeitos desde a base da pirâmide social. Para operacionalizar tais mecanismos houve a criação de conselhos territoriais, como condição para a destinação dos recursos que mantêm os serviços essenciais nos municípios. O foco seria desenvolvimento territorial rural sustentável, com proposta centrada nas pessoas, levando em conta os aspectos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais, considerando a integração produtiva e a utilização competitiva dos recursos produtivos como meios que permitem a cooperação e responsabilidade compartilhada com diversos atores sociais (BRASIL, 2003).

O desenvolvimento territorial rural sustentável aparece na agenda de discussões do MDA direcionando à elaboração do Plano Plurianual 2004-2007, e reconheceu a importância da agricultura familiar e a necessidade de acesso a terra como os dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo (BRASIL, 2003, p. 13). As políticas públicas rurais voltadas para a agricultura familiar que se iniciaram no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do PRONAF e do Programa Comunidade Solidária, consolidaram-se e se ampliaram no governo Lula (2003-2011), através do Programa Fome Zero e do Programa Bolsa Família (PBF). Estas políticas continuaram e se

potencializaram no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), com a criação do Plano Brasil sem Miséria, com o incremento do PBF e com a criação do Programa Brasil Carinhoso e do Programa Bolsa Verde, além das ações que visavam à inclusão socioprodutiva da população rural em situação de pobreza extrema, por meio da disponibilização de crédito de fomento (GRISA; SCHEIDER, 2015).

Ao discutirem a conjuntura do desenvolvimento rural no Brasil, Aquino e Schneider (2015) fizeram um apanhado de alguns elementos marcantes da história do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2014, com destaque para a distribuição e a aplicação de crédito. Os autores concluíram que, apesar de seus avanços reais e simbólicos, o PRONAF não tem sido capaz de lançar as bases de um novo padrão de desenvolvimento no meio rural, pois repete em sua operacionalização o viés excludente, setorial e produtivista, que marcou historicamente a política agrícola brasileira.

Ortega (2012, p. 123) questionou até que ponto o PRONAF tem condições de efetivar-se como uma política de desenvolvimento rural local de resgate da agricultura familiar e elevá-la à condição de um setor estratégico para o desenvolvimento local. Para Aquino e Schneider (2015, p.66), nos seus primeiros dezoito anos de vida, a política de crédito do PRONAF se transformou em uma fonte de financiamento público importante para diversos segmentos da agricultura brasileira. Entretanto, autores concluíram que os maiores beneficiários do programa têm sido efetivamente os agricultores mais capitalizados e capazes de oferecerem garantias aos bancos.

No que tange aos grupos culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social, no ano de 2007, foi aprovada a PNPCT por meio do Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. A PNPCT definiu estes grupos como aqueles que “ocupam e fazem uso dos territórios e dos recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, permeados por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos entre gerações”. Entre os objetivos específicos da PNPCT, destacou-se o viés socioprodutivo, com o intuito de apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais e valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias.

A PNPCT define os territórios tradicionais como os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos grupos. O território das comunidades quilombolas se inseriu na perspectiva de ordenamento territorial no Brasil, criado em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e denominado Programa Territórios da

Cidadania (PCT). A proposta desta política territorial objetivou, em tese, a redução da desigualdade no meio rural brasileiro, inclusive as de gênero, raça e etnia. Para atingir esse propósito, o programa tem por objetivo apoiar e estimular estratégias de desenvolvimento rural sustentável, tendo por referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas.

Neste contexto, Perico (2009), por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), realizou um estudo com objetivo de elaborar uma metodologia que definisse critérios para caracterizar, classificar e diferenciar os Territórios, levando em conta as identidades rurais e construir uma ferramenta para identificar tipologias territoriais. No trabalho de Perico (2009), o termo identidade foi abordado em sua natureza espacial, apesar de reconhecer implícito neste conceito outras dimensões. As estruturas das dimensões da identidade que definiram os grupos de Territórios foram:

[...] a dimensão sociocultural que enfatiza o reconhecimento; a dimensão sócio geográfica que define o ordenamento; a dimensão socioeconômica que considera a produção e a equidade; a dimensão sócio-política e institucional voltada para a democracia e, a dimensão socioambiental dá ênfase a sustentabilidade. (PERICO, 2009, p. 28).

Para Geraldi (2012), a territorialização das políticas de desenvolvimento rural incrementou a municipalização, como escala de atuação, disparando uma competição entre as municipalidades ou intermunicipalidades por investimentos sejam públicos e ou privados. O supracitado autor argumentou que na política do MDA ficou explícito o controle social como principal estratégia de intervenção. A implantação de organismos de controle social sem o cuidado de compreender as relações sociopolíticas anteriores à institucionalização leva à naturalização dos conflitos e à consolidação de relações hierárquicas preestabelecidas, o que não garante o fim dos conflitos locais e da exclusão de grupos (GERALDI, 2012).

A inclusão dos povos e comunidades tradicionais na lógica do desenvolvimento rural brasileiro, teoricamente, busca a inserção socioproductiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais desiguais, como trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. As iniciativas de inclusão das comunidades quilombolas no projeto de desenvolvimento rural teve na atuação da SEPPIR o objetivo de reverter a representação negativa dos negros, para promover igualdade de oportunidades e combater o preconceito e o racismo.

As políticas de desenvolvimento rural foram se projetando de forma a reduzir a participação do Estado. Este atuaria na indução de arranjos socioproductivos, via subsídios direcionados à escala local, para que organizem de maneira autônoma e endógena as estratégias de desenvolvimento. Na inclusão produtiva das comunidades quilombolas, o

PRONAF é o principal financiador de projetos individuais e coletivo. Entretanto, os quilombolas têm dificuldades de acessar o programa, pela burocracia, por falta de informações e pela exigência de que os sujeitos não tenham dívidas.

No ano de 2004, foi lançado o Programa Brasil Quilombola (PBQ) em interlocução também com Plano Brasil sem Miséria, coordenado pela SEPPPIR. Criado para consolidar o início da política do governo federal para as áreas quilombolas, posteriormente deu origem à Agenda Social Quilombola (ASQ), por força do Decreto 6261/2007. A frente de atuação da ASQ foi agrupada em quatro eixos: **a)** Acesso a terra: certificação e regularização fundiária; **b)** Infraestrutura e Qualidade de Vida: programa de saneamento básico, habitação rural e Programa Luz para Todos; **c)** Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva: selo Quilombos do Brasil, declaração de aptidão, programa de aquisição de alimentos; **d)** Direitos e Cidadania: ampliação e melhoria da rede física escolar, formação continuada de professores e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para oferta de educação escolar quilombola, capacitação de gestores para implementação das Diretrizes Curriculares Quilombolas para educação escolar quilombola, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), programa Bolsa Família (PBF), Programa Saúde da Família (PSF), documento básico e registro civil.

Em 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola) com a função de melhorar o acesso à educação, saúde, infraestrutura, por meio de edificação de estradas, abastecimento de água e também a regularização fundiária. O Programa Nacional de Habitação Rural, como parte do Programa Minha Casa Minha Vida, visou inserir as comunidades quilombolas na política de habitação

Em 2009, por meio do Decreto nº 6.872, de 04 de junho, foi aprovado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR, que instituiu o Comitê de Articulação e Monitoramento, com objetivos pautados em dez eixos, sendo o quarto eixo voltado para comunidades remanescentes de quilombos. O PLANAPIR objetivou promover o desenvolvimento econômico sustentável, com a inserção dessas comunidades no potencial produtivo nacional, mediante o controle social das políticas públicas, a titulação e proteção de suas terras, a preservação do patrimônio ambiental e do patrimônio cultural, material e imaterial e a identificação e levantamento socioeconômico de todas elas.

Em janeiro de 2010, no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, a Lei 12.188 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.

No âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, a questão do enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial deixou implícita a necessidade de contemplar as comunidades quilombolas. A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a SEPPIR são respectivamente responsáveis por atender a questão de saneamento básico nas comunidades quilombolas. Esta ação se materializou na construção de cisternas por meio do Programa “*Água para Todos*” no semiárido brasileiro

Vieira et al (2015) analisaram os impactos das principais programas nacionais voltados ao desenvolvimento rural e combate à pobreza no campo nas regiões Norte e Nordeste, a partir das políticas voltadas à melhoria do acesso a terra e de apoio à produção da agricultura familiar, às políticas de proteção social previdência e à assistência social. Concluíram, no que tange à reforma agrária, que estas regiões apresentaram melhores avanços quantitativos em relação às demais regiões do país, entretanto, foi pautada em um processo de regularização do acesso a terra via obtenção não onerosa, concentrada no Norte do país, e que, portanto, não altera a estrutura fundiária. No Nordeste, o programa não apresentou efeitos sobre alteração do modelo produtivo (opções de cultivo e técnicas), que segue nas áreas tradicionais do agronegócio, inclusive reproduzindo práticas vulneráveis à seca e inadequadas para a região.

Quanto à Previdência Social rural e o Programa Bolsa Família, Vieira et al (2015) confirmam que o primeiro desempenha função de garantidora do consumo básico das famílias e de fonte de crédito e de seguro às atividades agrícola. Já o segundo foi fundamental na diminuição da desigualdade e da miséria, tendo efeito reduzido no que se refere à queda da pobreza

Para acessarem as políticas públicas, as comunidades quilombolas precisam reconhecer em suas trajetórias históricas e em seus territórios elementos que comprovem uma identidade negra e quilombola. Quanto a isso Tinôco (2018) alerta:

[...] não se pode aceitar que apenas após a expedição da certidão pela FCP uma dada comunidade tenha acesso a políticas públicas para a satisfação dos seus direitos relacionados à saúde, educação, moradia, previdência e assistência social, assistência jurídica etc. Em verdade, o Estado brasileiro cria fórmulas e estratégias para se relacionar com as comunidades quilombolas, impondo a estas a adoção obrigatória de modelos que muitas vezes não correspondem às suas práticas, a exemplo da obrigatoriedade de criação de uma associação para o recebimento da titulação de seu território, mediante um título coletivo e pró-indiviso, inalienável, imprescritível e impenhorável. Cabe ao MPF acompanhar e velar pela integralidade dos direitos coletivos das comunidades quilombolas, mesmo antes da FCP expedir a certidão de autodefinição e mesmo antes de estar instituída sua associação, pois a existência de uma, claramente, não se confunde com a existência da outra. (TINÔCO, 2018, p. 107).

Entre os principais entraves para efetivação dos direitos quilombolas, Silva (2018) elencou a burocracia estatal, a falta de recursos humanos especializados tanto no INCRA quanto nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – localizados nas comunidades tradicionais-, dificuldades de acesso a informações pelas comunidades quilombolas, problemas de infraestrutura e acesso aos serviços públicos e especialmente à questão da terra e a ausência da regularização fundiária. Desta forma, afirma-se que os direitos quilombolas só serão efetivados quando as comunidades tiverem capacidade organizacional para reivindicá-los.

A forma como essas comunidades são vistas pelas políticas públicas as colocam numa relação dialética entre desenvolvimento e meio ambiente: continuam como tradicionais, mesmo sem condições de reproduzir o mesmo modo de vida das gerações passadas, ou se incorporam à sociedade dita moderna, extinguindo-se como comunidades dentro do modelo de exploração capitalista que vislumbra os mercados. Mesmo diante das propostas de inclusão das comunidades quilombolas nos projetos de desenvolvimento rural sustentável, o que prevalece é a lógica produtiva do mercado na concepção do conceito de desenvolvimento no Brasil.

As políticas públicas e ações estatais, elaboradas no sentido de reduzir a segregação social das comunidades quilombolas, pouco têm contribuído para a inclusão efetiva desse segmento social, haja vista as diversidades intrínsecas e suas especificidades, sejam elas culturais ou relacionadas a seu ambiente natural, e não podem ser inseridas em projetos que impõem uma pseudoigualdade. As políticas concebidas sem o conhecimento das particularidades do lugar e o modo de vida das comunidades estão fadadas ao insucesso por impor uma nova realidade que dista das suas territorialidades e são pouco operacionalizadas por esbarrar na burocracia no aparelho estatal.

2.4 Território e Territorialidades: aproximação conceitual e geografia

A palavra território, além de suas derivações, é apropriada e conceituada em diversas áreas do conhecimento por meio de complexas discussões e concepções teóricas. O território enquanto apropriação do espaço está presente em estudos antropológicos, geográficos e sociológicos e ganhou status na implantação de políticas públicas e de governança no Brasil associada ao conceito de desenvolvimento, especialmente a partir dos anos 2000.

As concepções de território e territorialidade abordadas nesta pesquisa foram norteadas por Sack (1986); Raffestin (1993); Santos (1999); Haesbaert (2004; 2007; 2013; 2015); Souza (2013); Holzer (2013); Hidrich (2015; 2016); Fernandes (2015) Saquet (2014; 2015) e convergem para as relações de poder que se delineiam e são espacializadas por grupos sociais. Tratou-se nesta pesquisa dos conceitos de território e territorialidade como complementares, sem deixar de reconhecer as especificidades de cada um.

Seguiu-se Haesbaert (2015), que trouxe uma versão híbrida do conceito de território, numa reinvenção através da mescla com outros conceitos e ciências, revelando multiplicidades, conexões e superposições. Para Haesbaert, “a validade dos conceitos” estaria também no uso que se pode fazer deles e não apenas na significação/interpretação que eles propõem. Concebeu o território a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, sejam material presentes nas relações económico-políticas, seja num viés mais simbólico das relações de ordem cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Corroborando com Haesbaert (2004), Saquet (2015) se propôs a construir uma abordagem do conceito de território e da territorialidade que a classificou como histórica, relacional e multidimensional-híbrida, reconhecendo a unidade das dimensões da economia-política-cultura-natureza. Para Saquet (2015, p. 77), “o território é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens, baseada em relações simétricas ou dissimétricas que produz historicamente cada território”. À luz de Giuseppe Dematteis, Saquet (2015) compreendeu o território como uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades, diferenciando-se do espaço geográfico a partir das relações de poder, das redes de identidades e dos processos espaço-temporais que marcam determinadas parcelas do espaço.

Para espacialização do território, encontrou-se em Santos (1999) o termo “território usado” para se referir a uma interação entre o “chão e a identidade”, como categoria de análise, aproximando-se do da identidade socioterritorial discutida por Haesbaert (2013). Compreende-se que o território é um fato físico, político, social, categorizável e possível de representação espacial, onde geralmente o Estado está presente e onde estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população.

Porém, para compreensão da identidade social e a medição do espaço na construção da identidade territorial, é preciso compreender a de noção de símbolo (HAESBAERT, 2013). Para o supracitado autor a identidade social também é uma identidade territorial, quando o referente simbólico central para a construção dessa identidade parte do ou transpassa o território. Sendo assim, o território pode ser percebido em várias perspectivas

desde o espaço cotidiano vivido, que representa uma comunidade, o que particularmente no interessa nesta pesquisa, até uma escala mais ampla como o Estado-Nação.

O conceito de território é múltiplo e complexo e, segundo Haesbaert (2007), leva em conta o “espaço-tempo” vivido e as relações de poder simbólico que se construíram nas comunidades. Este conceito deve ser analisado na multiplicidade de suas manifestações que envolvem múltiplos sujeitos e que carregam consigo simbolicamente o poder investido e ou construído social e historicamente que se manifesta no conceito de territorialidade. A esse respeito defende que:

[...] devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sócio/culturais, o Estado, as empresas, instituições como Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou a cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (no caso da diferença de gênero, por exemplo. (HAESBAERT, 2007, p.22).

Em se tratando de comunidades tradicionais, o território seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial, onde geralmente a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a este tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política, social, econômica e territorial (ANJOS, 2006).

Tratando de territorialidade quilombola, consoante a Bossé (2013, p. 228), esta revela a identidade do lugar: “ela é, ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo.” Para os territórios quilombolas no Brasil, associou-se à ideia de Bossé (2013, p. 229)

[...] como um modelo de identidade institucionalizada, do qual um dos méritos principais é assinalar o caráter construído e contextual das identidades territoriais, também atrai inevitavelmente a atenção para a expressão ideológica de toda expressão indenitária. (BOSSÉ, 2013, p.2 28).

Neste processo classificatório, Isoldi e Silva (2009) ressaltam que o conceito de comunidade remanescente de quilombos, conforme o Art. 68 da CF, desconsidera a multiplicidade de realidades histórico-social que as diferenciam quanto suas origens e manifestações espaço-culturais contemporâneas. Para Arruti (1997), o termo quilombolas produziu novos sujeitos políticos trazendo mudanças nas relações internas e externas destas comunidades, ocupando um lugar diferenciado na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário do país e em torno do seu próprio imaginário. Neste contexto houve uma (re) valorização das manifestações culturais locais, a história contida na memória dos mais velhos.

Na perspectiva geográfica, recorreu-se a Haesbaert (2007, p. 25) que afirma que “o território sempre envolve uma visão material-concreta e nesta linha pode existir territorialidade sem território, nas nunca vai existir território sem territorialidade”. No que tange à territorialidade, esta se associa a identidades espaciais, concordando-se com Lopes (2013,), que as identifica como as relações de poder especializadas. O autor alerta para o cuidado em analisar a identidade socioespacial de um lugar, visto que, por trás dela, muitas vezes escondem-se preconceitos, exclusões e segregações.

Em nossas análises, levou-se em conta a relação do componente espacial com as relações de poder construídas socialmente e, neste sentido, direcionou-se a HIDRICH (2015, p. 272) quando ressaltou que “a noção primordial de território articula a ocupação e a extensão”. Reforçou que precisa “ocupar, ter posse, fazer uso e conceber a ocupação e o uso”. Desta forma, a ocupação, uso e representação são aspectos constituintes da relação de poder que produz o território e que, conforme Fernandes (2015), são muitas vezes conflituosas com o território de propriedade.

Reduzir o território apenas ao substrato espacial material, formas espaciais e objetos geográficos tangíveis, seria um equívoco, conforme alerta Souza (2013), seria como “coisificar o território”. Isto não quer dizer que deva haver uma negação quanto à materialidade do espaço, mas defende a projeção espacial de relações de poder. Conforme sua expressão:

[...] e o exercício do poder, e com ele o desejo ou a necessidade de defender ou conquistar territórios, tem haver com um acesso a recursos e riquezas, com a captura de posições estratégicas e/ ou com a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade – ou seja, se o exercício do poder tem haver com os desafios e situações que remetem ao substrato espacial e às suas formas, aos objetos geográficos visíveis e tangíveis – é, evidente que a materialidade jamais poderia ser desimportante. (SOUZA, 2013, p. 123).

Nesta pesquisa, a espacialização de elementos materiais e imateriais presentes nas comunidades e sua relação histórica de uso e ocupação do lugar direcionará as discussões sobre o território nesta pesquisa. Para priorizar o componente espacial na compreensão do conceito de território e torná-lo aplicável nas análises, é preciso considerar-se o conceito de organização espacial como materialidade dos fixos no espaço (SANTOS, 2002) e a mesma traz aspectos simbólicos e imateriais presentes nas tipologias de Fernandes (2015) nas relações sociais de poder que se materializam na produção do espaço.

A abordagem de Fernandes (2015) pautada na construção de uma tipologia de territórios contribuiu para a análise do território nesta pesquisa, para melhor compreender os movimentos das relações pelas classes sociais na produção de diversos territórios, incluindo a

ideia de fixo e fluxo, definidos por Santos (2002). Fernandes definiu três territórios, identificando-os nos espaços de “governança, propriedade e espaço relacional”. Apesar de serem indissociáveis, estes territórios guardam suas especificidades.

No território da governança se sustenta a base territorial de fixos que permite a existência da nação. O território da propriedade se define pelo valor de uso e pelo valor de troca das propriedades, obedecendo ao caráter jurídico da propriedade e aqui entra o fator terra e sua conflitualidade espacial. O território do espaço relacional se refere às formas de uso pelos grupos sociais e as simbologias imateriais. A primeira tipologia aparece nesta pesquisa ao fazermos referência às políticas de desenvolvimento territorial rural na esfera federal e estadual. O segundo território nos levou a pensar a questão da terra nas comunidades quilombolas e o terceiro território nos remeteu à relação da identidade territorial da população com lugar.

O território, portanto, configura-se como o espaço que abrange a materialidade da realidade espacial, organizada sob a influência de uma lógica econômica, política e cultural manifestada na sociedade, na qual o componente cultural contribui para a sua interpretação e organização. E, conforme Haesbaert (2007), está relacionado ao conceito de “poder” nas suas dimensões políticas e simbólicas. No tocante ao território da propriedade, o que diferencia a aplicação dos termos apropriação e dominação de acordo com Lefebvre (2000) relaciona-se, respectivamente, aos termos posse e propriedade.

Leite (1990), ao analisar a relação entre terra, território e territorialidade para compreender a questão quilombola, fez a seguinte inferência sobre estas três dimensões:

A terra sugere uma base física, o lugar sobre o qual a existência do grupo torna-se possível, seja para residir, encontrar, produzir ou permanecer por algum tempo. Local onde podem ocorrer vários tipos de inserção. O território inscreve limites, indica a presença de fronteira concreta, simbólica ou ambas. Torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo. Indica a unidade na diversidade. E territorialidade pode ser vista como uma relação, um jogo, um tipo de experiência que constrói a subjetividade, porque baseada numa linguagem, num tipo de vivência coletiva que constrói um ou vários tipos de poder. Sua possibilidade de concretização plena se dá através da ação, de dimensão quase sempre política. (LEITE, 1990, p. 9 grifo nosso).

Nesta direção, Moreira (1995) discutiu a questão da renda da terra na lógica do proprietário e concluiu que a utilização das terras e da natureza está associada ao que se tem sobre elas e argumentou que a imobilização do capital dinheiro, em terras, é um processo de territorialização do capital. Ressalta-se que o processo de valorização das terras está associado também a um processo social que produz novos conhecimentos e novas utilizações. Isto se dá por meio da introdução de novos objetos técnicos e aplicação da ciência e da tecnologia ao processo produtivo. Neste sentido, a história social do camponês, no contexto das dinâmicas

capitalistas associadas a diferentes padrões de acumulação, relaciona-se à figura do pequeno: da pequena produção, da pequena propriedade, da pequena exploração, do pequeno capital.

Pensando a questão do território, Carril (2005) analisou a representação quilombola expressa por grupos presentes na cidade e no campo, pensando na perspectiva geográfica das dinâmicas historicamente em movimento de segregação espacial e racial e resistência territorial. Alertava para a complexidade de identificação de quilombos no meio rural do Brasil contemporâneo. Ainda conforme este autor, os quilombos desenvolveram uma relação específica com a natureza e com a terra, de escravizados eles se transformaram em camponeses e ou em extrativistas.

[...] Assim, num sistema sócio-econômico-político e territorialmente excludente, a luta pela terra nos quilombos é, de um lado, uma fração da luta pela reforma agrária e de outro, uma tentativa e reparar parcialmente a histórica exclusão social do negro brasileiro. (CARRIL, 2005, p. 61).

Quanto à territorialidade, uma leitura geográfica feita por Sack (1986) aderida nesta pesquisa se relaciona ao comportamento espacial. Para o autor em questão, a territorialidade está relacionada com o modo com que as pessoas usam a terra, como elas organizam-se no espaço e como dão sentido ao lugar. A territorialidade está nas interconexões entre as relações sociais estabelecidas com e dentro do espaço, ou seja, a territorialidade é socialmente construída. Então, a compreende como uma forma do indivíduo ou grupo afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre o território. (SACK, 1986)

Para a base empírica desta pesquisa, optou-se por Holzer (2013), que discutiu teoricamente a territorialidade na escala geográfica do lugar, denominando de microterritorialidade, com base em aporte fenomenológico, influenciado pelo conceito de geograficidade do francês Eric Dardel (2011). Este destaca o mundo, o lugar e o território com essências espaciais de sua análise sobre o espaço vivido. Segundo Holzer (2013, p.23),

[...] a geograficidade expressa materialidade do espaço geográfico, no qual é em nossas vivências cotidianas com a lugaridade que, por sua vez, expressa a relação dialógica dos seres humanos com os lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arruma e delimita os espaços” (HOLZER, 2013, p. 23).

Portanto, considerou-se que territorialidade é parte do território e compreendeu-se, na concepção de Raffestin (1993), como o reflexo da multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. Assim sendo, o processo e o produto territorial são vivenciados simultaneamente pelos membros da comunidade, via relações existenciais ou produtivas, sendo ambas as relações de poder projetadas na interação

entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais.

Acerca das concepções teóricas metodológicas de espaço, território e territorialidade, Spíndola (2016, p. 28) os analisa sob o filtro do conceito de fronteira, num horizonte interdisciplinar, da relação do sujeito com o espaço. A fronteira foi concebida como “uma construção material, dispositivo simbólico, realidade jurídica e elemento literário nas noções identitárias dos sujeitos”. Além de analisar a relação entre fronteira e Estado, discorre sobre a relação entre a fronteira, a cultura e a identidade. Apesar de considerar importante as fronteiras físicas de um território, concorda-se com Spíndola (2016) ao enfatizar que cada comunidade constrói referências marcadas por sua identidade evidenciada nos discursos históricos simbólicos e coletivos, mas também compartilha de práticas e crenças comuns com outros grupos.

Haesbaert (2015) discutiu os conceitos de território e multiterritorialidade no âmbito da ciência geográfica por meio do que chamou de “abordagem cultural integradora”, por ser esta uma dimensão da sociedade e da construção espaço-temporal em que a mesma está instituída. Ao incluir a concepção de cultura na análise geográfica, esta se associa às perspectivas materiais/funcionais e imateriais/simbólicas da espacialidade. Portanto, compreende-se o cultural em suas múltiplas e indissociáveis articulações com outras dimensões, como a econômica e a política.

O conceito de multiterritorialidade, segundo Haesbaert (2015), está relacionado ao processo de territorialização e “parte do nível individual ou de pequenos grupos e toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios”. Utilizou-se, conforme o autor supracitado, o termo multiterritorialidades ao analisar as territorialidades das comunidades quilombolas do Território Cocais – PI, tendo em vista o processo formação destas comunidades, após o reconhecimento da identidade que garantiu a certificação quilombola, levando em conta o modo de vida da população local e suas interações espaciais com outros territórios.

Dialogou-se também com Saquet (2015, p. 77), que traduz o território como uma construção coletiva com múltiplas territorialidades. As relações de poder que se manifestam nos territórios são materializadas nos moradores que as identificam com a memória e com a identidade do lugar. Neste contexto, as comunidades estão ao nível dos “micro-poderes” e de micro-territórios cotidianos que, conforme Heidrich (2015, p. 275), “participar do micro-território é conceber-se pertencido”. Portanto, a microterritorialidade é um território que se apoia na identidade dos que dele participam, no vínculo entre a ocupação e a representação.

Ressalta-se que existe aí uma multiterritorialidade que percorre consecutivamente diversos territórios descontínuos e ou territórios integrados em rede, a nível individual ou de pequenos grupos. Ela pode ser sucessiva, que exige o deslocamento físico presente nas redes estabelecidas entre as comunidades e entre estas com a sede dos municípios, como pode ser simultânea marcada pelos objetos técnicos informacionais presentes no cotidiano das comunidades.

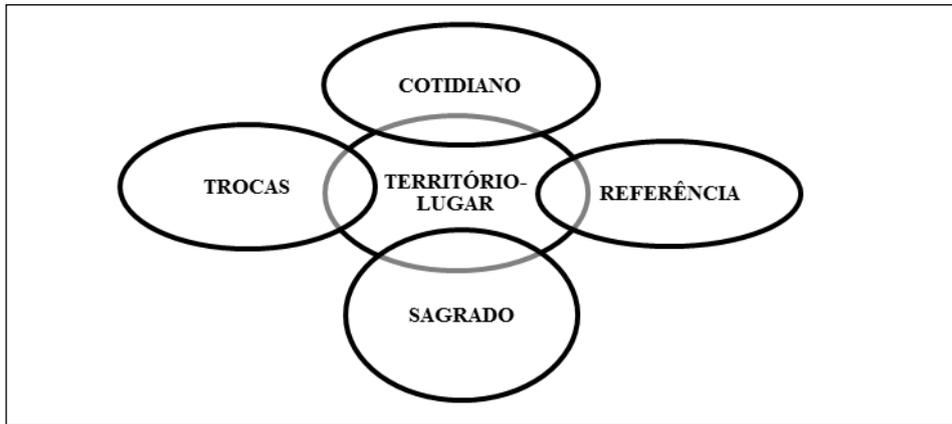
De acordo com Haesbaert (2004, p. 344), “o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos e toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios.” Este processo se traduziria num encaixe de territórios de diferentes escalas, a multiescalaridade, que abrigam territorialidades construídas de interrelações sociais. Corroborando com este pensamento, Saquet (2015) realça que:

A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre este com o seu lugar de vida, tanto econômica quanto política e culturalmente. (SAQUET, 2015, p. 83).

Acerca da territorialidade, para Raffestin (2015, p. 24), seria um conjunto das relações desenvolvidas pelos sujeitos sociais no território. O referido autor caracterizou o território e a construção de territorialidade a partir de quatro níveis de situações, conforme figura 3: (a) território do cotidiano; (b) território das trocas; (3c) território de referência e (d) território sagrado (RAFFESTIN, 2003).

O território-lugar, de acordo com Saquet (2014), deu sentido ao estudo do território e da territorialidade em comunidades quilombolas. Em concordância com Saquet (2014, p. 27), o território-lugar constituiu-se numa “relação espaço-tempo em que o povo vive, sente, percebe, aspira, sofre, interage, coopera, disputa, luta, resiste, degrada, preserva, é extorquido, explorado e subordinado.” Assim, este território reflete a dinâmica cotidiana vivenciada pelos moradores das comunidades quilombolas, desprendida de um imaginário cultural, enfrentam problemas comuns às comunidades rurais não quilombolas. Entretanto, nestas comunidades, os problemas territoriais agravam-se pela falta de acesso e propriedade da terra e a identidade quilombola que as tornam, por muitas vezes, vítimas de preconceito e racismo.

Figura 3: Dimensões do “território-lugar”



Fonte: Elaborado pela autora conforme Saquet (2014) e Raffestin (2015).

O território do cotidiano, particularmente, ganhou mais relevância na análise das territorialidades nas comunidades quilombolas, por corresponder às ações diárias dos indivíduos com os lugares, em busca da satisfação de suas necessidades. Quanto ao território das trocas, compreende-se como o a interação entre as várias escalas do espaço em que se estabelecem interações políticas, econômicas e culturais. Nas comunidades quilombolas selecionadas nesta pesquisa, a temporalidade da transformação espacial é mais lenta, se comparada às grandes iniciativas produtivas da agricultura empresarial, porém, indica uma alternativa de desenvolvimento socioproductivo, conciliado à identidade territorial e sociobiodiversidade presente em cada comunidade.

Neste sentido, as políticas de desenvolvimento rural de forma a incluir estes microterritórios precisam considerar similitudes e particularidades entre as comunidades e reconhecer a heterogeneidade nas relações entre os conhecimentos e as vocações locais das comunidades com o ambiente. O conhecimento da sociobiodiversidade pode contribuir para elaboração de políticas públicas voltadas ao etnodesenvolvimento, de forma a desenvolver projetos alternativos e viáveis de geração de renda, empoderamento e sucessão rural nestas comunidades.

No final da década de 1980, conforme Cruz (2001, p. 128), foram identificadas mudanças expressivas na dinâmica política dos conflitos sociais no mundo rural na América Latina, sobretudo com a ascendência de povos e comunidades tradicionais como novos sujeitos políticos e sociais que ganharam força nos movimentos sociais. O autor pôs em relevo algumas semelhanças destes movimentos na América Latina e no Brasil. Dentre estas características, destacou-se o papel estratégico que esses movimentos dão a terra, território e

territorialidade e a busca por afirmar novas práticas de produção e comércio, fundadas em formas de organizações solidárias populares e cooperativas, bem como a valorização de formas alternativas de reapropriação social da natureza. Na relação destes movimentos sociais com o território, Cruz (2001) colocou como elemento interpretativo o papel do território:

[...] o território como uma espécie de condensador de direitos, pois a luta por mais igualdade, pelo reconhecimento da diferença, pela descolonização da sociedade e do Estado, bem como a luta pelo direito a natureza e aos recursos naturais e, conseqüentemente por justiça ambiental, todas, se materializam no direito ao território. (CRUZ , 2001, p. 128).

A titulação e demarcação dos territórios ocupados por comunidades quilombolas é um problema histórico e tratado institucionalmente de forma fragmentada e de caráter episódico. Desde o ano de 1997, Anjos (2006) tem se preocupado com a sistematização destas informações e, ainda em 1999, realizou o primeiro cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas no Brasil, concluindo que faltam informações sistematizadas e visibilidade espacial. Em 2003, Anjos avançou na pesquisa e mapeou 2.284 comunidades em território nacional, constatando que apenas nos estados do Acre, Roraima e Distrito Federal não havia registros de comunidades quilombolas e os Estados com os maiores registros são Bahia, Maranhão e Pará.

Little (2004) analisou os “múltiplos territórios sociais” do Brasil com ênfase nos confrontos com o desenvolvimentismo, o preservacionismo, o socioambientalismo e o Estado tecnocrático. Realçou que a grande diversidade sociocultural do país é acompanhada por uma grande diversidade fundiária que se expressa na territorialidade de povos e comunidades tradicionais. Destacou o regime de organização do uso e do acesso aos recursos locais de forma coletiva, apesar de variar muito esta coletividade entre os diferentes grupos sociais. A relação de pertencimento com o lugar, não estando atrelado apenas à etnicidade, mas sim numa relação com o espaço físico determinado.

Conforme Chagas (2018, p. 24), “as terras de quilombos são consideradas como signos positivos de vida organizada, que referem ao aspecto comunitário da ocupação, inclusive, pela importância do vínculo sócio histórico”. Barrera-Bassols e Floriani (2016, p. 10) sintetizaram características semelhantes quanto à organização de aspectos socioterritoriais de comunidades rurais e tradicionais de países latino-americanos e destacaram as formas de apropriação da paisagem, o uso múltiplo e diversificado de seus bens patrimoniais territorializados e as formas de resistência e adaptação ao processo de territorialização do modo de produção capitalista sobre realidades rurais.

A relação com os ecossistemas do lugar direciona práticas socioeconômicas de formas coletivas, como acontecem com as quebradeiras de coco babaçu no Norte e Nordeste do Brasil. Segundo Bassols e Floriani (2016, p.11), o uso dos bens materiais territorializados acontece baseado na reciprocidade que marcam as relações sociais no compartilhamento de bens materiais e imateriais nas comunidades. Por fim, as diferentes estratégias para fazer frente ao processo de expansão do grande capital em seus territórios, buscando uma visibilidade para um projeto de etnodesenvolvimento que defende uma organização rural, conforme grifo abaixo.

[...] Referimo-nos a um rural como lugar de vida, traduzido em práticas produtivas específicas baseadas em um saber fazer aderindo às dinâmicas ecossistêmicas locais; em práticas simbólicas que reforçam a solidariedade entre os indivíduos; em práticas institucionais consuetudinárias de gestão coletiva e partilha dos bens naturais. (BASSOLS; FLORIANI, 2016, p. 11).

Nesta perspectiva, emprega-se o termo etnodesenvolvimento, fundamentado na capacidade de as comunidades se empoderarem e de se tornarem efetivamente gestoras de seu próprio desenvolvimento (STAVENHAGEN, 1985). A territorialidade e a ruralidade foram abordadas por Moreira e Gaviria (2002), conforme as assimetrias de poder na Comunidade Taquari, localizada no município de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, na qual se observou na época uma divisão social entre o grupo de pessoas que já residiam na localidade há mais de duas gerações, o que denominaram de os “nascidos e criados” e os de “fora”, representados por grupos de pessoas oriundos de outras zonas rurais, de zonas urbanas, aqueles que mantêm residência secundária e os turistas”. Nos espaços políticos, a Associação de Moradores não conseguia o apoio do conjunto da população para representa-los junto às instituições governamentais.

O conceito de território foi confrontado por Sahr e Sahr (2015) a partir da realidade das comunidades quilombolas dos Faxinais do Paraná, tendo como ponto de partida a geograficidade de Dardel (2011) e sua relação com o território. Para os autores, é preciso incluir na abordagem geográfica a discussão dos componentes espaciais no conceito de território e rever as diferentes espacialidades que se configuraram na sua historicidade.

Uma reflexão sobre a relação metodológica entre territorialidades e etnografia foi realizada por Carneiro *et al* (2016) em comunidades tradicionais, na qual manifestaram a preocupação com o trabalho de campo nas pesquisas geográficas de forma a reconhecer as representações políticas presentes em discursos ocultos verbalizados por membros das comunidades. Para estes autores, um ponto em comum entre as comunidades tradicionais é a resistência territorial, que necessariamente não se manifesta em organização e movimentos

sociais e políticos, mas que muitas vezes está discreta em discursos anônimos e que a sua forma fazem a própria política de resistência. Os autores enfatizaram que etnografar as populações tradicionais e seus territórios é um movimento de conscientização da diversidade socioespacial do mundo, que sempre diz de um lugar próprio e de sua relação com o mundo, por meio da resistência oculta e pelas conformações territoriais (CARNEIRO *et al*, 2016 p. 95).

A relação entre territorialidades e sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile analisadas por Floriani *et al* (2013) mostrou que essas comunidades reproduzem práticas produtivas agrossilvipastoris específicas e práticas simbólicas vinculadas ao modo de vida rural, conectadas relativamente ao espaço urbano, configurando patrimônios paisagísticos-territoriais que se traduzem em identidades socioterritoriais. Para Florianni *et al* (2013), estes grupos sociais questionam o modelo hegemônico de entendimento das práticas sociais de natureza em contexto complexo da crise da modernidade inspiradas pelo que chamou de Política de Natureza. Seria uma nova ordem política que exige o reconhecimento da existência de outras narrativas de natureza e a abertura ao diálogo com outros saberes. Neste entendimento é necessário:

[...] Para tanto, deve fundamentar-se em um método alternativo que coloque em pé de igualdade os discursos (científico e dos saberes locais) acerca das múltiplas escalas e dimensões: dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e o tempo biológico); dimensões que contextualizam a configuração das diversidades socioterritoriais do Mundo Rural. (FLORIANNI *et al*, p. 13)

Desta forma, Florianni (2013), influenciado por geógrafos como Cosgrove Massey, defende o estudo da paisagem cultural para compreensão da espacialidade das comunidades tradicionais, sendo necessário recorrer às etnometodologias para compreensão da subjetividade implícita nas representações do espaço.

No tocante à metodologia de pesquisa sobre território e territorialidades, para Buttimer (2015), realizar pesquisa em comunidades exige um exercício de diálogo entre os pesquisadores/observadores e os membros da comunidade a fim de equalizar e simbolizar a diferença da linguagem da visão dos que fazem parte e aqueles que visitam o lugar. Segundo Buttimer (2015), enquanto o pesquisador descreve o lugar por meio de substantivos – artefatos como uso da terra, economia, manifestações culturais, os significados de lugar para aqueles que vivem nele têm mais a ver com a vida e os afazeres cotidianos do que com o pensamento.

Os territórios das comunidades quilombolas precisam ser compreendidos como campos de poder, conflitos, contradições, apropriações e dominações. Conforme Saquet (2014), a interpretação dos dados e das informações precisa ocorrer em parceria contínua e efetiva com os sujeitos estudados. Contudo, é preciso que a socialização do conhecimento ocorra no território-lugar de vida cotidiana a partir das relações próximas de cooperação e solidariedade (SAQUET, 2014, p. 25).

Esta pesquisa converge para a concepção de Eric Dardel (2011), que defende que a realidade geográfica representa o lugar onde as comunidades se territorializam, com sentimento de pertencimento e onde suas vivências são espacializadas. Neste aspecto, Tuan (1986) afirmou que o nativo tem uma atitude complexa derivada da imersão na totalidade do seu meio ambiente que se manifesta indiretamente por meio do comportamento e da tradição local e de laços afetivos com o meio ambiente, o que Tuan (1986) chamou de topofilia.

Nesta linha de pensamento Claval (1999, p. 71), realçou que os geógrafos, inspirados por trabalhos etnológicos, despertaram para a importância do conhecimento dos povos tradicionais sobre o seu meio ambiente, suas estruturas sociais e suas relações com outros lugares e pessoas. Destacou que para compreender a fundo a organização do espaço é preciso considerar três grandes questões: “como o meio é percebido por aqueles que habitam? Graças a que se tem domínio sobre ele? Como percebem a ordem social, as regras e as normas às quais devem se conformar?”

Para pesquisas sobre as formas de uso dos territórios e dos recursos naturais nas comunidades quilombolas, ressalta-se que é necessário que as mesmas sejam protagonistas deste conhecimento. Neste contexto, o mapeamento participativo torna-se um meio para representar as formas de uso da terra e os aspectos que caracterizam a paisagem e o lugar nestas comunidades. Conforme Harley (2009, p. 2), “os mapas são considerados imagens que contribuem para diálogo num mundo socialmente construído”. Dito isso, afirma-se que os mapas se tornaram significativos para representação do conhecimento local e ganham um viés político ao serem reconhecidos e legitimados pelas populações locais como fruto do seu discurso.

Ressalta-se que o termo “conhecimento tradicional”, utilizado com referência a povos e comunidades tradicionais, são caracterizados pela subjetividade e gerados coletivamente no tempo e no espaço, através da percepção e da vivência dos povos junto a ecossistemas específicos, cujo conhecimento é transmitido pela oralidade de geração em geração. A palavra “tradicional” gera dificuldades de interpretação por relacionar-se a concepções de atraso econômico, não moderno, preso a um passado histórico.

A abordagem, nesta pesquisa, para o termo conhecimento tradicional, tem uma conotação de conhecimento do lugar que agrega característica do tradicional, conforme a legislação federal, porém não descarta as influências do período técnico-científico-informacional, como denominou Milton Santos (2001), no modo de vida dessas populações e na forma como se relacionam com ambiente. Esses conhecimentos ditos tradicionais não são sinônimos de imobilidade histórica, pois, apesar de originados em tempos pretéritos, sofrem adaptações no tempo e no espaço, mesmo que em ritmos diferentes, devido às mudanças que atingem a sociedade contemporânea.

Em consonância com o art. 231 da Constituição e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações observadas, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, no inciso II do art. 3º, define os territórios tradicionais como os “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.” Desta forma, o mapeamento participativo é uma técnica de pesquisa que possibilita a integração do conhecimento local e o conhecimento científico no processo de produção de conhecimentos do território que são reconhecidos pelas comunidades tradicionais.

Os discursos coletivos representados cartograficamente nos direcionam às formas de conhecimento sobre a formação histórica do território pelas comunidades. Realizar pesquisa em comunidades exige um exercício de diálogo entre os pesquisadores/observadores e os membros da comunidade, de forma que o estudo possa equalizar e simbolizar a diferença da linguagem, da visão dos que fazem parte e aqueles que visitam o lugar.

Sobre as questões éticas relacionadas às consequências das informações mapeadas para os sujeitos das comunidades, Chambers (2006) alertou que o processo de representação e transferência de conhecimento através de mapeamento participativo com uso de um Sistema de Informações Geográficas é influenciado pela confiança interpessoal, entre detentores de conhecimento, facilitadores de processo e usuários de conhecimentos.

O mapeamento participativo, segundo Herlihy e Knapp (2003), desenvolveu-se entre geógrafos e antropólogos que estudam populações indígenas na América Latina, constituindo-se no reconhecimento espacial e ambiental de populações locais incluindo-os no conhecimento científico. Carvalho (1996) identificou como inexpressiva a representação geográfica oficial relativa à territorialidade negra. Nesta perspectiva, o autor coloca que a geografia das comunidades negras tradicionais brasileiras demanda uma visibilidade

cartográfica etnohistórica reveladora da densidade histórica que comporta suas formas de ocupação territorial.

Ataide e Martins (2005) discorreram sobre a metodologia utilizada na experiência de produção de etnomapas da Terra indígena do Tucumaque (TIT) e da Terra Indígena do Xingu em 2002, numa parceria entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Amazon Conservation Team – ACT. Os resultados retrataram a forma como as comunidades manejam seus recursos, como percebem seu território, sua relação histórica e cultural e, segundo os autores, foi possível conceber arranjos espaciais que conciliou a proposta de zoneamento ecológico econômico às necessidades e os costumes locais.

No ano 2010, a Associação de Defesa Etnoambiental Kanidé publicou um manual de Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em Terras Indígenas, como fruto da realização de diagnósticos em oito terras indígenas localizados na Amazônia brasileira. Utilizaram a metodologia do diagnóstico etnoambiental com a soma dos conhecimentos indígenas e científicos, por meio de uma equipe interdisciplinar em parceria com as comunidades indígenas, resultando em um diagnóstico etnoambiental da biodiversidade, do meio físico, socioeconômico e cultural.

O mapeamento participativo tem sido apropriado como técnica de pesquisa em diversas áreas do conhecimento. Goldstein *et al* (2012) o utilizaram para a construção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) em dezessete (17) municípios das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ressaltaram que os mapas produzidos no interior das comunidades não são utilizados pelos agentes tomadores de decisão e ainda são vistos metodologicamente com uma certa desconfiança no âmbito da ciência, dadas as implicações que podem ter sobre processos de mudanças sociais e relações desiguais de poder entre as comunidades e sobre os limites representados (MCCALL, 2011).

Tempesta *et al* (2013), por meio da FUNAI, elaboraram um manual voltado para auxiliar grupos técnicos multidisciplinares na elaboração de relatórios circunstanciados de identificação e delimitação (RECID), como resultado de uma revisão e atualização do Manual do Ambientalista com objetivo de alinhar a Política Nacional de Gestão Territorial e ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto n° 7747 de 05 de junho de 2012). Entre os direcionamentos do manual, destaca-se o objetivo de apontar os princípios norteadores e as dimensões da caracterização ambiental, formulando questões-chave para identificação da terra a ser demarcada e sua sustentabilidade e apresentar um leque de metodologias dialógicas e participativas de coleta de dados ambientais, além de recomendar instrumentos de visualização da territorialidade indígena apoiados em mapas temáticos.

Risler e Ares (2013) publicaram um manual de mapeamento coletivo e enfatizaram que a elaboração de um mapa se constitui uma maneira de espacializar relatos orais. Estes relatos transmitem uma determinada concepção sobre um território dinâmico e em permanente mudança, onde as fronteiras, tanto as reais como as simbólicas, são continuamente alteradas. Sletto *et al* (2013) correlacionaram a territorialidade, o mapeamento participativo e a política dos recursos naturais na América Latina e constataram que o mapeamento participativo pode servir como ferramenta produtiva para proteger e avançar nos direitos das florestas, dada as novas realidades políticas e econômicas que se desenham nestes territórios.

Concorda-se com Cárceres (2012) ao tratar de mapeamento participativo como uma interação entre um saber técnico e um saber local, na percepção e representação do espaço. Silva e Verbericaro (2016) sintetizaram os pontos positivos e negativos de cada tipo de modalidade de mapeamento participativo, com seus respectivos procedimentos metodológicos, de acordo com a análise do território delineando. Sugeriram uma série de recomendações que podem servir como suporte ao pesquisador para realizar um trabalho adaptado a seus objetivos e logística de execução. Para os autores:

O reconhecimento do ser no/com o território pode possibilitar o empoderamento e a busca de autonomia do sujeito, refletindo em desenvolvimento territorial e na dinâmica interna da comunidade, podendo se tornar uma alternativa para o processo de busca coletiva de formas viáveis no contexto local, contribuindo para o crescimento e coesão na comunidade, por meio da imposição à sociedade externa o reconhecimento da sua existência e da sua cidadania. (SILVA; VERBERICATO, 2016, p. 11).

O mapeamento participativo, apesar de semelhante, não é sinônimo da cartografia social. Esta é um campo em constante construção, que Acselrad e Viégas (2013, p.17) definiram como “a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”. Entre as contribuições da cartografia social, os supracitados autores destacaram a visibilidade dada aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimentos de direitos. Além disso, contribui para ampliação dos conhecimentos dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre o uso que fazem dos recursos naturais.

Lima e Borges (2012) apresentaram resultados de pesquisas tendo como sujeitos crianças e jovens de comunidades quilombolas, localizadas no baixo Rio Tocantins, região atingida pela Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí. No processo de mapeamento, os jovens perceberam que, para se reconhecerem nos mapas, era preciso renomear e redesenhar os

mapas já produzidos, introduzindo os rios, igarapés, ilhas em um processo de ressignificação de linhas. Desta forma, os jovens e as crianças materializaram suas territorialidades e o produto cartográfico serviu de documento de reivindicação de políticas públicas, de planejamento e de base para a autogestão do território.

Santos e Silva (2015) discorreram sobre os diversos tipos de cartografias e destacaram a cartografia social como instrumento de representação social do poder. Neste foco, Milagres (2015) analisou o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), cujos sujeitos da pesquisa eram agricultores do Projeto de Assentamento Itatiaia, localizado no município de João Pinheiro no Estado de Minas Gerais. Concluiu que no processo de elaboração dos mapas os assentados representaram os elementos da paisagem mais presente no cotidiano das famílias.

Os mapas podem ser utilizados como elementos de conhecimento, gestão e controle sobre os recursos. Para Acselrad e Viégas (2013), a participação dos grupos sociais é fundamental quando a eles é atribuído o poder de decidir o que mapear. Como o mapa é um discurso dos atores envolvidos, é preciso que recursos complementares, tais como fotografias, depoimentos, croquis, entre outros, sejam produzidos no decorrer do mapeamento. Os supracitados autores alertaram que os mapeamentos participativos podem ser instrumentos limitados, quando se trata de transmitir conhecimento dos povos tradicionais sobre seus territórios e recursos. É preciso levar em conta, no processo de mapeamento participativo, as relações de poder interna a esses grupos, que envolvem muitas vezes conflitos de gêneros e ou entre gerações. Nestas situações, os participantes tendem a informar pouco sobre a relação desses povos com o meio ambiente e sobre como eles o percebem e o usam. Os autores recomendam também a produção de mapas temáticos, como fonte de informação complementar ao mapeamento participativo.

Os conceitos, métodos e aplicações do mapeamento participativo foram descritos por Araújo *et al* (2017), que os defenderam como um instrumento de gestão facilitador e intermediador de problemas sociais e/ou ambientais. Nesta linha, Linhares e Santos (2017) publicaram uma revisão bibliográfica sobre experiências de mapeamento participativo no Brasil, onde constou a sua importância para o planejamento e gestão ambiental. Assim, a participação das comunidades tradicionais no processo e aplicação do geoprocessamento no tratamento de dados espaciais contribui para fortalecer a identidade territorial e o planejamento do uso dos recursos do lugar.

No Piauí, pesquisadores do Departamento de Ciências Sociais e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que integram o

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, desenvolvem pesquisas com o objetivo de mapear as políticas governamentais e as agroestratégias elaboradas por aglomerados econômicos, que atuam na produção de *commodities* agrícolas, destinadas principalmente ao mercado internacional. A pretensão é analisar os efeitos destas ações sobre os povos e comunidades tradicionais. A área de abrangência da pesquisa é a região “Brasil Central”, que contempla o Piauí, Maranhão, Tocantins, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, o Norte de Minas Gerais e o Sul do Pará.

Moura Fé e Alcobaça (2015) realizaram uma experiência de mapeamento participativo na Comunidade Quilombola Olho D’Água dos Negros, localizada no município de Esperantina – PI, com objetivo de representar os lugares de vivência e simbólicos na relação da comunidade com o geoambiente. Como resultado, outras comunidades do Território dos Cocais (PI) solicitaram a realização deste tipo de trabalho em suas comunidades, como forma de documentarem junto com os pesquisadores suas territorialidades e, especialmente, os conflitos e demandas relacionadas à questão da terra.

Utilizando-se de metodologias participativas, Rodrigue *et al* (2017) apresentaram resultados preliminares da experiência de mapeamento participativo no território do Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí. Buscaram reinterpretar as territorialidades locais com base nas referências dos lugares em que os moradores de comunidades localizadas no município de Coronel José Dias habitaram no período anterior à criação da Unidade de Conservação. Numa expedição intitulada “de volta às origens”, os pesquisadores têm desenvolvido a construção de um acervo em uma database e com suporte do Sistema de Informações Geográfico (SIG). Com uma base cartográfica interativa, a disponibilização de mapas se faz via intranet até que o projeto se conclua e o mapa seja aprovado pela comunidade. Os resultados já permitiram, entre outras ações, reconstruir o território, a partir da história e memória tradicional dos povos que vivem no Parque Nacional da Serra da Capivara.

No Piauí, as pesquisas que utilizam o mapeamento participativo não têm sido muito aplicadas nas pesquisas. Isto se justifica, entre outros fatores, pelos altos custos da pesquisa, já que os pesquisadores não encontram agentes financiadores para realização do trabalho. Além disso, o mapeamento participativo precisa de uma equipe interdisciplinar de trabalho, que supere as dificuldades de realizar trabalho de imersão em comunidades rurais, bem como de trabalhar com sistemas de informações geográficas. Somado a isso, muitas instituições financiadoras não reconhecem o mapeamento participativo e a cartografia social como metodologia confiável para pesquisas científicas.

Defende-se o mapeamento participativo como uma importante técnica de coleta de dados, com protagonismo nos sujeitos da pesquisa, para compreensão da organização espacial das comunidades quilombolas. É ir além dos elementos da paisagem e fazer uma imersão na relação dos sujeitos com o espaço na sua totalidade, no qual constroem uma identidade territorial.

2.5 Comunidades quilombolas no Piauí: terra, território e territorialidades

No Piauí, as comunidades negras rurais vislumbraram nas políticas públicas a possibilidade da conquista da terra, ao serem reconhecidas como remanescentes de quilombos. Com o apoio dos movimentos sociais e instituições como a Igreja e sindicatos dos trabalhadores, passaram a reconhecer, valorizar e protagonizar sua história negada pela sociedade. No imaginário da sociedade piauiense, reproduziu-se no o pensamento que a participação do negro não foi significativa na formação territorial do Piauí. Porém, Fiabiane (2012) destacou a presença de quilombo em todo Brasil, e, mesmo naquelas regiões onde o coeficiente demográfico dos povos em condição de escravo era pequeno, registrou-se a formação de quilombos. No Piauí, Lima (2017) ratifica que a existência de um significativo número de Comunidades Quilombolas, por si, já aponta a presença negra na constituição da sociedade piauiense.

Concorda-se com Gomes (2015, p. 17) ao afirmar que a historiografia da escravidão no Brasil deu pouca atenção aos pequenos quilombos. E, neste sentido, esta pesquisa dá ênfase a pequenas comunidades quilombolas, que, invisíveis aos olhos da sociedade, lhes é negligenciado o direito a terra e, por consequência, é negado a inserção nos projetos de desenvolvimento rural. No Piauí, as pesquisas sobre a formação de comunidades quilombolas remetem à história da formação territorial e os questionamentos sobre as características da escravidão do negro no Estado (FALCI, 2001; SANTOS, 2006; 2015; LIMA; SANTOS, 2013).

No fim do século XVII, o português Domingos Afonso Mafrense ocupou as terras no sul do Estado, processo de colonização que aconteceu tardiamente em relação às demais Capitânicas. A colonização tardia se justifica, dentre outros fatores, pelas características geoambientais destas terras, que não eram consideradas satisfatórias para empreender uma agricultura exportadora, em especial a canavieira, tornando-se espaço utilizado para a criação de gado. Segundo Lima (2016), além da ocupação do território,

Mafrense contribuiu para a inserção do trabalho escravizado na estrutura social em formação. Assim, no Piauí, surgiram os cativeiros de domínio privado, presentes na administração das propriedades pelo sertanista.

Sobre o trabalho do escravizado no Piauí, Brandão (2014) destacou que este era de maior importância na agricultura de subsistência, desenvolvidas nas roças e na construção da infraestrutura das fazendas, sítios e retiros. Já nas vilas e cidades, durante o século XVIII, o trabalho escravo foi mais empregado no setor doméstico. Brandão (2014, p. 168) conclui que durante o século XVIII o escravismo tornou-se elemento fundamental na organização social do Piauí e “não apenas compartimentava a sociedade em dois grandes grupos jurídico-social”: os trabalhadores em condição de escravidão e os livres, como determinava o *locus* social de cada pessoa, conforme sua condição.

No sertão piauiense, conforme Lima (2015), os trabalhos desenvolvidos pelos negros não estavam diretamente ligados à pecuária. Eram mais voltados para as tarefas secundárias, como fabricação de telhas, tijolos, artesanatos, trabalhos domésticos e alugueis de seus serviços pelos seus senhores, na agricultura e construção civil. A posse de um trabalhador em situação de escravidão representava uma demonstração de status social. À luz dos escritos de Monsenhor Chaves, que realçou a violência sofrida pelos escravizados em diferentes épocas, Lima (2016) desconstrói a interpretação das narrativas pautadas em gentilezas no trato dos cativos de fazendas públicas.

Segundo Brandão (1999, p. 128), “é provável que os escravizados africanos introduzidos no Piauí tenham sido adquiridos na Bahia, principal porto de recepção de pessoas escravizadas do Nordeste, e no Maranhão”. Enfatiza a violência e o constrangimento físico e moral a que eram submetidos, fato que resultavam a fuga e a formação de quilombos, especialmente no interior da mata como uma forma frequente de busca da liberdade. Para Lima (2016, p. 141), nos primeiros cinquenta anos do século XVIII, acentua-se, significativamente, a presença negra no Piauí, e a “entrada de trabalhadores, em regra, resultou do processo de consolidação das rotas mercantis com o litoral, especialmente Bahia, Pernambuco e Maranhão”.

A aquisição de pessoas em situação de escravidão proveniente do continente africano justificava-se pela necessidade de controlar a terra e comercializar o gado. Alguns destes escravos assumiram o papel de vaqueiro. Lima (2015) afirmou que ao surgirem situações de insubordinação aplicavam-se repressores e violentos castigos aos escravos, e muitos deles fugiam e formavam pequenos quilombos. Com base em pesquisa documental e suporte demográfico-estatístico, demonstrou a especificidade da escravidão do Piauí, cujo

espaço econômico não se inseria nos ciclos de caráter exportador que marcou o período colonial e imperial do país.

Os escravizados introduzidos no Piauí, conforme Falci (2001), não eram frutos do tráfico negreiro e, em sua maioria, os escravos haviam nascido no Estado no século XIX. Tal fato levou alguns autores a defenderem uma escravidão mais amena se comparada à situação dos escravos nas fazendas canavieira e cafeeiras. Santos (2007) traz a informação de que no século XVII a mão-de-obra escrava indígena foi substituída pela escrava negra, em consequência da importação do grande número de escravos para a região do Piauí. Estes escravos eram negociados na passagem de mercadores que saíam da Bahia e de Pernambuco em direção ao Maranhão. Outro ponto de entrada de escravos era a região do delta do Parnaíba.

Falci (2001) procurou identificar por meio de análise de processos jurídicos situações nas quais o escravo estava envolvido como réu, em diversas localidades do Piauí e quais seus direitos no período de 1861 e 1888. Constatou que havia uma rede de solidariedade e vizinhança entre escravos e livres pobres numa fazenda e que numa região rural, pequena, onde todos se conheciam, os conflitos e tensões eram menos tensos entre escravos e senhores.

A população negra no Piauí, do pós-libertação, que tiveram acesso a terra, fizeram-no principalmente por compra ou doação. Em ambos os casos, o tamanho da área não supria as necessidades das comunidades. Para as comunidades que se formaram de doações, além da pouca terra, somava-se a pouca disponibilidade de água e a baixa fertilidade dos solos para produção. Entretanto, a permanência no campo garantiu a posse continuada das propriedades, passadas de geração para geração.

Igualmente significativa é a situação estudada por Santos (2007), que demonstrou por meio de levantamento historiográfico a constituição de um campesinato negro e a formação da comunidade negra rural Tapuio, localizado no município de Queimada Nova (PI). Defendeu que as comunidades negras rurais quilombolas estão inseridas no universo do campesinato. O autor destacou que existem duas perspectivas sobre a história da escravidão no Piauí: **a)** a do discurso de cultura do colonizador, contada pelos senhores de escravo e **b)** a do modelo cultural do escravizado, reproduzida por meio da memória coletiva. Esta última é compartilhada por esta pesquisa na tentativa de compreender a história e a organização socioproductiva das comunidades quilombolas no Piauí na contemporaneidade.

Existem, portanto, questionamentos na historiografia da escravidão piauiense quanto à condição do negro como mão de obra escrava ou como camponês. Para Cruz (2013), as comunidades afrodescendentes podem ser consideradas camponesas, do ponto de vista da

sua inserção nas relações sociais de produção dominante, que as tornariam semelhantes a outras comunidades campesinas. Por outro lado, essas comunidades e povos, se diferenciam em suas tradições e ancestralidades. Para o supracitado autor, as lutas pelos direitos ao território envolvem a redistribuição e reconhecimento. Sendo a redistribuição relacionada aos meios, dispositivos e instituições que possibilitem maior equidade nas relações de poder, que sustentam um modo de produção e o reconhecimento se reporta às lutas contra as formas de preconceito, de dominação e opressão cultural.

Neste contexto, Santos (2007) afirmou, com base em pesquisa documental, que no século XVIII registravam-se a fuga de escravos e a formação de quilombo no Piauí, nos quais se desenvolveu um protocampesinato negro no sertão. Este protocampesinato consistiu na percepção da diferença entre a existência do negro escravo e o negro camponês, que se refletiu na classificação da sociedade piauiense neste período: a classe de pessoas livres, formada pelos fazendeiros, os vaqueiros, os posseiros, os agregados e sitiantes, esta última representada por escravos alforriados, e a classe formada de pessoas escravas, na qual estavam negros, mestiços e índios.

A Coordenação Estadual das Comunidades quilombolas no Piauí (CECOQ), criada em 1996, instituição representante das comunidades quilombolas, atuou junto aos movimentos sociais do país em busca de políticas públicas inclusivas para as comunidades quilombolas. A CECOQ tem por objetivo articular e apoiar a luta por cidadania e pleno exercício dos direitos territoriais, culturais, étnicos, sociais e econômicos das comunidades quilombolas do Estado do Piauí. Apesar da atuação da CECOQ e dos movimentos sociais, as políticas públicas e as ações inclusivas estão longe de garantir melhores condições de vida às comunidades quilombolas.

Dentre as 174 comunidades quilombolas identificadas pela CECOQ (2015), apenas 86 foram certificadas pela Fundação Palmares (2018) e destas 19 haviam recebido o título de terras pelo Governo Federal. No INCRA, estavam abertos até o ano de 2018 sessenta e cinco processos de regularização fundiária de territórios quilombolas no Piauí.

O Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) é o órgão competente para a gestão e administração da política fundiária do Estado do Piauí, por força do Decreto Nº 14.625, de 31 de outubro de 2011, que regulamenta a Lei nº 5.595, de 01 de agosto de 2006, que dispõe sobre regularização fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de Comunidades dos Quilombos. O artigo 5º inciso 2º assegura que, para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das

comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

O processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas tem sido moroso tanto no INCRA quanto no INTERPI. Não contam com uma logística e corpo técnico suficientes para agilizar todas as etapas exigidas e, apesar dos avanços conquistados desde o ano de 2003, ainda são incipientes as iniciativas voltadas para as comunidades quilombolas no Piauí.

As publicações sobre a questão fundiária, o território e territorialidade quilombola no Piauí aumentaram desde o ano de 2003. Defende-se que estas publicações precisam também serem divulgadas nas comunidades, para serem apropriadas pelas populações quilombolas e para que possam contribuir para o fortalecimento do lugar, dos conhecimentos produzidos com e por eles. Enfatizou-se nesta pesquisa que os quilombos contemporâneos no Piauí, formados por comunidades negras rurais atuais, não originários de quilombos formados no período colonial, se constituem como neocomunidades (LIFSCHITZ, 2008), resultantes da ressignificação contemporânea de símbolos do passado aliado às necessidades do presente.

Santos (2007), ao analisar a organização social da Comunidade Tapuio, localizada no município de Queimada Nova, no sul do Estado do Piauí, discorreu sobre as relações de parentesco que regem o princípio de acesso a terra para moradia e trabalho. Concluiu que a formação de sítios provenientes de heranças, seguindo uma lógica camponesa de apropriação de espaços, baseada no parentesco comum, são características marcantes das comunidades quilombolas.

Uma das comunidades quilombolas mais conhecidas no Piauí é denominada de Mimbó, localizada no município de Amarante. Foi a primeira a receber a certificação da FCP no Estado, sendo formada no período colonial, com a da fuga de escravos de um único tronco familiar (TAVARES, 2017). Coelho (2017) observou no município de São João do Piauí a ressignificação do conceito de quilombos. Identificou que as comunidades quilombolas neste município foram formadas pelo povoamento da área conhecida por Riacho, processo que se deu tanto por aquilombamento quanto por resistência. O Riacho foi a área doada por senhores a descendentes de escravizados, que, no caso, era um filho herdeiro. Conforme Coelho (2017), o território quilombola Riacho dos Negros, desde a sua origem, estruturou uma organização política e conseguiu manter historicamente suas tradições e seu modo de vida, o seu vínculo com as terras e a organização familiar, de acordo com as atividades produtivas e as atividades socioculturais.

No município Redenção do Gurguéia, no sul do Estado do Piauí, a comunidade quilombola Brejão dos Aipins, estudada por Nunes (2017), teve sua origem entre 1800 e 1805, formada por grupos de escravos fugitivos, vindos de fazendas do Estado de Pernambuco e do Maranhão. A territorialidade nesta comunidade revela os elementos do geoambiente e tipologia que retrata e identifica as pessoas e a cultura local. Nesta comunidade, a identidade territorial se transforma em um instrumento de reivindicação política, principalmente pela posse da terra.

Acerca da concentração fundiária, Santos (2007) relata que o Piauí foi alvo de inúmeras doações irregulares de sesmarias. Até o século XVIII, as sesmarias se expandiam no Piauí, por meio da instalação de fazendas de gado, nas quais se estabelecia um sistema de patronato para aqueles que moravam e trabalhavam e/ou arrendavam ou aforavam terras. Este regime se estendeu até 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que impediu a aquisição de terras por qualquer meio que não fosse a compra.

Uma importante discussão sobre territorialidade quilombola no Piauí foi feita por Matos e Morais (2017) no território Lagoas, localizado no semiárido sudeste do Piauí. Constituído por cerca de 118 localidades, neste território as famílias se organizam, espacialmente, conforme vínculos de parentesco, em terras adquiridas por seus entes familiares. Constataram que os processos étnico-históricos os articulam em um território comum e a posse da terra é tratada como um valor simbólico de libertação, como forma de deixar de ser agregado a um fazendeiro.

Um estudo etnobotânico realizado por Vieira *et al* (2008) na Comunidade Quilombola Macacos, localizada no município de São Miguel do Tapuio, no norte do Piauí - área de transição de Caatinga, com elementos de Cerrado e Mata Semidecídua, teve por objetivo resgatar o conhecimento tradicional existente na comunidade em relação à diversidade de espécies vegetais. Constataram que, apesar de o conhecimento estar concentrado nas pessoas mais velhas da comunidade e do processo de aculturação sofrido ao longo dos anos, ainda há o uso das práticas herdadas pelos seus antepassados, garantindo assim o uso dos recursos vegetais para as gerações futuras.

A Comunidade Contente e a Barro Vermelho, no município de Paulistana, Sudeste do Piauí, analisadas por Ferreira (2017), são vulneráveis à expropriação do território, diante do processo de instalação da Ferrovia Transnordestina, obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A implementação das ações deste Programa resultou no processo de desterritorialização de várias famílias e a desarticulação da apicultura, principal atividade econômica das comunidades. A organização da comunidade em torno do resgate de

sua história, ancestralidade, territorialidade e identidade quilombola na luta por garantia de direitos foi evidenciada especialmente nos trabalhos desenvolvidos pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos quilombos (FERREIRA, 2017).

Pode-se confrontar o que foi visto até aqui com outras situações no Piauí referentes à questão quilombola e quase todas convergirão para os estudos de Fiabiane (2012), que trata como indiscutível que a maior parte das comunidades rurais negras brasileiras, em geral, sem a propriedade plena da terra, não se originou em quilombos. Fato que não reduz a relevância do estudo das comunidades quilombolas, que menos visíveis, por não terem protagonizados resistências que as identificasse historicamente como comunidades quilombolas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Está dividido em três seções. A primeira identifica a delimitação da área de estudo, a segunda caracteriza os procedimentos de coleta de dados primários e secundários e tabulação de dados e, por fim, a terceira trata do uso do Sensoriamento Remoto ao geoprocessamento como meio de obtenção de informações geoambientais para a área de estudo e o mapeamento participativo como instrumento de pesquisa participante.

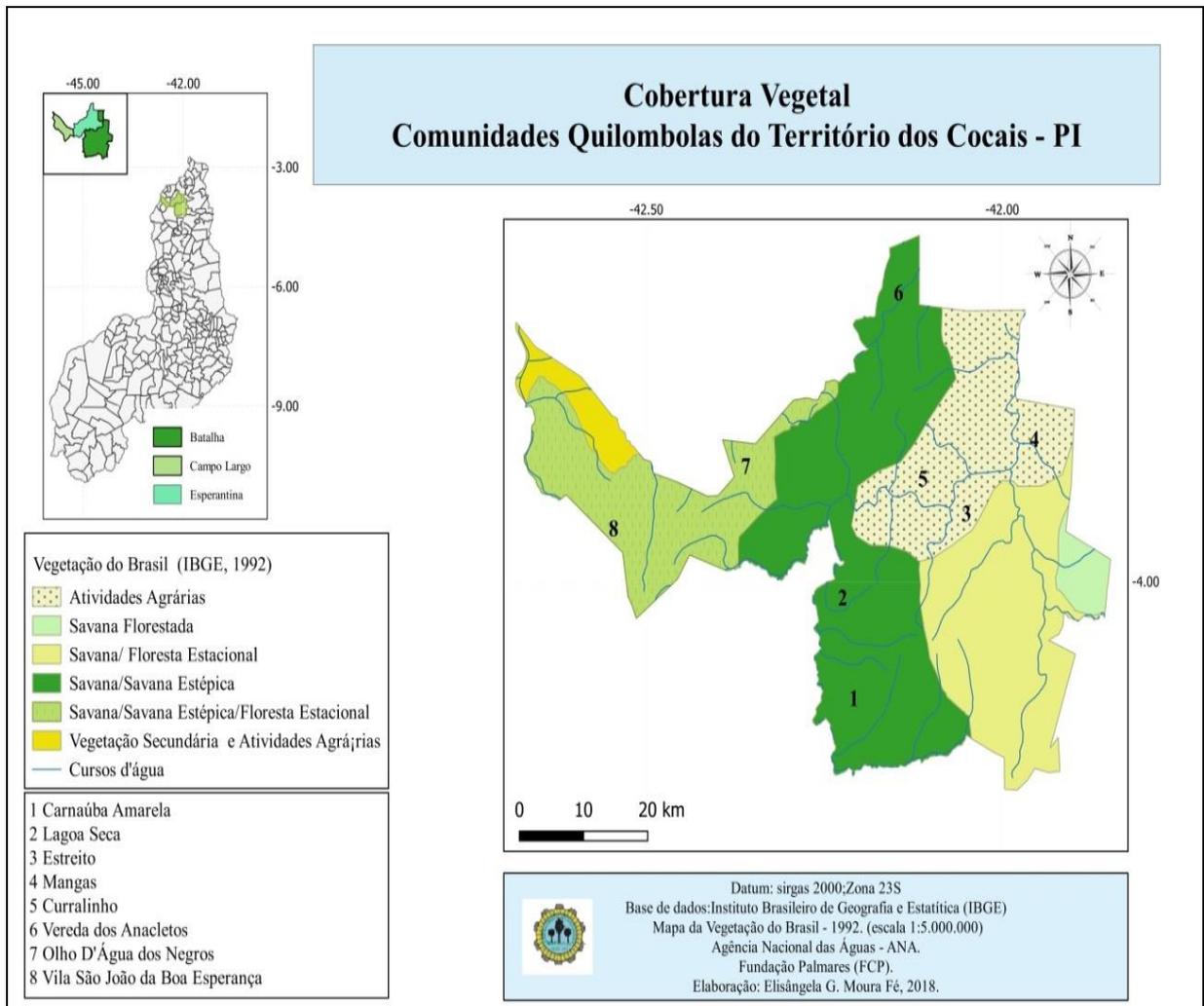
3.1 Delimitação e caracterização da área de estudo

A pesquisa foi realizada no Território dos Cocais (PI), parte dos Territórios de Desenvolvimento criados em 2007. Nesta pesquisa, optou-se pela regionalização definida pelos Territórios de Desenvolvimento do Piauí, tendo em vista que esta é utilizada para o planejamento e direcionamento de políticas e projetos no Estado. A delimitação do Território dos Cocais nesta regionalização é semelhante à definida em 2006 pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), abrangendo vinte e dois municípios distribuídos nos aglomerados 3 (três) e 4 (quatro).

O Território dos Cocais, com extensão territorial de 17.780,40 Km², apresenta uma diversidade de produtos de valor para o extrativismo vegetal e suas formações vegetais (figura 4) são caracterizadas pela presença de cocais (palmeiras), com a predominância de carnaubais, buritizais, tucunzais e babaçuais; caatinga (arbustiva) e cerrado (campos); caatinga/cerrado e cerrado/floresta; carrasco; matas úmidas e matas secas (CODEVASF/PLANAP, 2006).

No Aglomerado 3 do Território dos Cocais (PI), com uma área de 7.851, km², existem 08 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares (FCP, 2017). Além desta, no município de Campo Largo do Piauí adiciona-se a Vila São Francisco, Vila São Bernardo e Vila Carolina que ainda não são certificadas pela Fundação Palmares, entretanto são contabilizadas pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas no Piauí.

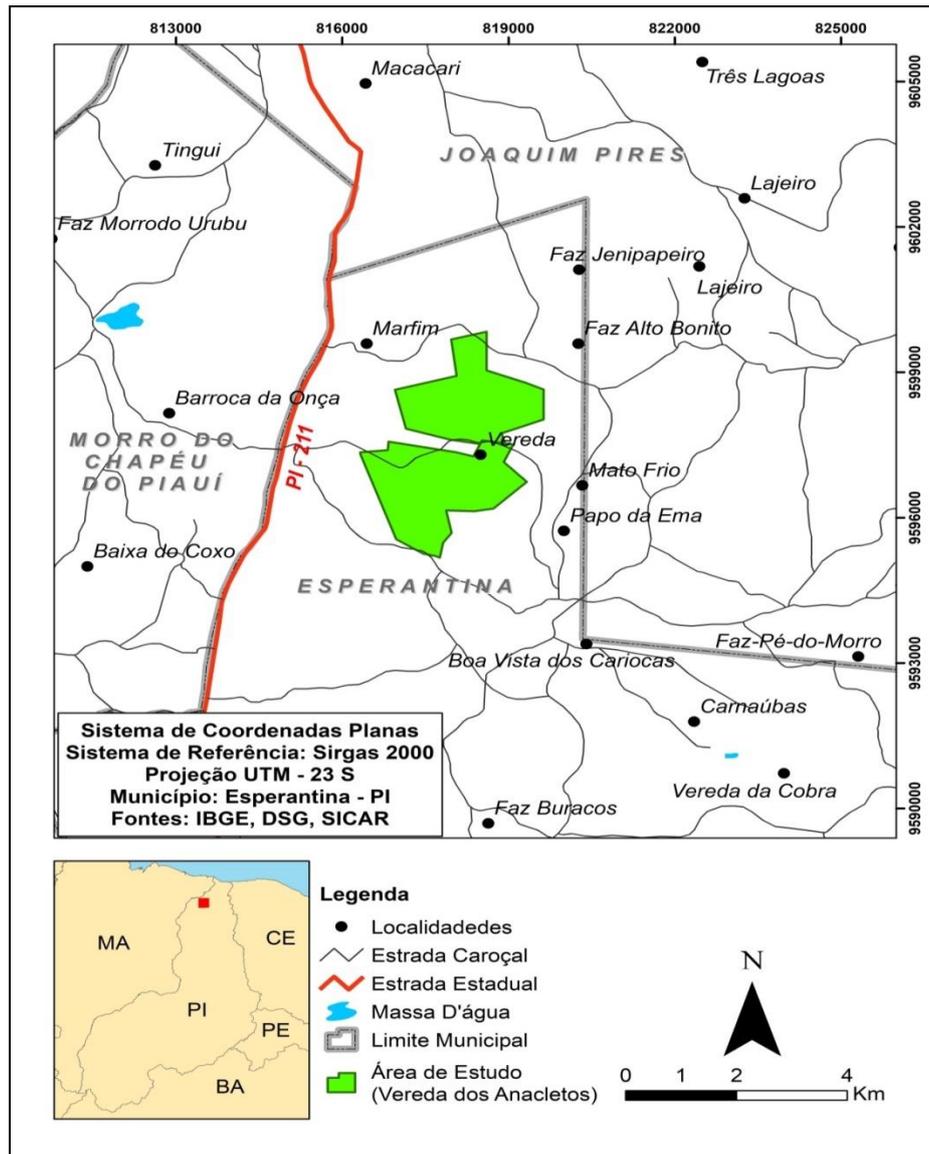
Figura 4: Mapa da Cobertura Vegetal das Comunidades Quilombolas do Território dos Cocais – PI



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ (2018).

Compreendidas no contexto da ressignificação do conceito de quilombo discutido por Almeida (2002); Schmitt et al. (2002); Treccani (2006); Arruti (2006) e Carril (2006); Lifschitz, (2008); Leite (2010); O'Dwyer (2010) e inseridas em uma paisagem com a presença da sociobiodiversidade do babaçu e da carnaúba, buscou-se apreender e interpretar a realidade fundiária, a organização socioprodutiva e a territorialidade nestas comunidades.

Figura 5: Mapa de localização da Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018.

A Comunidade Vereda dos Anacleto, localizada no município de Esperantina, a 43 km da sede do município, conta com 32 famílias residentes. Esta comunidade possui um território 749,65 hectares, dos quais 341,65 hectares foram adquiridos pela Associação de Produtores Rurais na Comunidade Vereda dos Anacleto e os demais 408 hectares, onde residem dez famílias da comunidade, são de proprietários particulares. Considerando que as terras que são propriedades de particulares, também formam seu território e materializa a territorialidade quilombola, os moradores de Vereda dos Anacleto buscam por meio do INCRA e do INTERPI a conquista destas terras.

3.2 Base de informações secundárias

As bases de dados secundárias utilizadas para análise do desenvolvimento territorial do Território Cocais (PI) foram as informações do banco de dados do Sistema de Informações Territoriais (SIT), da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, os dados do IBGE referentes à Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVs), nos anos de 2003 a 2015, dados disponíveis na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR). A base de dados relacionada aos aspectos da população e situação fundiária dos municípios, bem como a situação do domicílio, foi obtida por meio do Censo (2010) e Censo Agropecuário (2006; 2017) obtida no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.

Sobre o diagnóstico fundiário, econômico, ambiental e cultural das Comunidades Quilombolas do Território dos Cocais (PI), realizou-se uma pesquisa documental nos Planos de Desenvolvimento Sustentáveis produzidos no Projeto Ater no Quilombo, desenvolvido pelo EMATER/MDA (processo nº 056/2007/meta18), disponibilizados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR) do Piauí.

Acerca da situação fundiária e ambiental da Comunidade Vereda dos Anacleto, foram utilizadas as informações do Cadastro Ambiental Rural (CAR), registro PI-2203701 CFE2.311B.4B81.4F22.ACA8.08C6.8561.1091, de 25 de abril de 2016.

3.3 Técnicas de coleta de dados primários

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí, parecer 2.164.738, de julho de 2017.

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados no período de julho de 2017 a outubro de 2018. Considerou-se necessário apresentar o projeto da referida pesquisa para representantes tanto das Comunidades Quilombolas do Território dos Cocais quanto para o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Esperantina. Em um encontro realizado no dia 13 de maio de 2017, na Comunidade Quilombola Olho D'Água dos Negros (figura 6), reuniram-se representantes das oito comunidades quilombolas do Território do Cocais, sendo apresentados os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Na ocasião, os presentes expuseram suas demandas e suas expectativas quanto ao produto da pesquisa e consentiram sua realização, conforme o Termo de Anuência (Apêndice a).

Figura 6: Fotografia da reunião com representantes das comunidades quilombolas na Comunidade Olho D'Água dos Negros- Esperantina-PI



Fonte: SANTOS NETO, maio, 2017.

Para compreender a forma como os moradores da comunidade da Comunidade Vereda dos Anacleto vivem e organizam o espaço, optou-se por uma observação participante e abordagem etnográfica (ANGROSINO, 2009; MAINARDES, 2009) no contexto da Geografia Cultural (CLAVAL, 2007; BOSSÉ, 2012; CORRÊA; ROSENDAHL, 2012).

Antes da aplicação dos instrumentos de coleta de dados, visitaram-se as comunidades quilombolas do município de Esperantina (PI), com intuito de captar elementos visuais da paisagem e conversar com os moradores, em um processo de aproximação com o objeto de pesquisa. Ressalta-se que, para cada técnica de coleta de dados, apresentou-se aos sujeitos da pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguido da explicação oral quanto à forma e o objetivo do procedimento (apêndice b).

Em julho de 2017, recorreu-se à história oral (ANGROSINO, 2009; MEIHY; HOLANDA, 2014;) para captar significados mais amplos sobre o processo histórico de formação da comunidade Vereda dos Anacleto. Nesta fase, buscou-se compreender a luta pela conquista da terra e a dinâmica temporal de mudança da paisagem local. Em função de problemas de saúde dos moradores mais velhos, foram selecionados, por meio de informantes-chaves, moradores que acumulavam mais conhecimentos sobre o lugar. Seguiu-se um roteiro previamente elaborado (apêndice c). Entretanto, novas indagações relacionadas à formação territorial da comunidade

surgiram no decorrer da aplicação desta técnica. Os dados obtidos foram tratados por meio de análise do conteúdo de narrativas (GIBBS, 2009).

A técnica da entrevista (MINAYO, 2001; BONI; QUARESMA, 2005) foi voltada para o presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais da comunidade Vereda dos Anacleto. Optou-se por perguntas estruturadas (apêndice d), com o intuito de coletar informações sobre as políticas de geração de renda, as atividades agrícolas e extrativistas, as relações de trabalho e os seus principais efeitos na economia das comunidades. Nesta fase, o entrevistado muitas vezes antecipava a resposta das perguntas posteriores, fato que induziu ao surgimento de novas questões sobre a economia da comunidade.

Para identificar o perfil socioeconômico das famílias, características da produção agrícola e extrativismo bem como informações sobre o meio ambiente e participação dos moradores na organização política das comunidades, foram aplicados formulários (GERARDI, 1981; ALMEIDA; FERREIRA, 2009) com perguntas fechadas e padronizadas (apêndice e). A amostra de aplicação dos formulários foi composta pelo total de famílias residentes. Adotou-se como critério entrevistar o chefe da família, independente de gênero e, na sua ausência, o morador com idade acima de dezoito anos.

Na Comunidade Vereda dos Anacleto, das trinta e duas famílias, conseguiu-se aplicar apenas vinte e dois formulários. Nas demais residências não foram encontrados moradores durante as três visitas realizadas nos meses de agosto a dezembro de 2017.

Os dados dos formulários relativos aos problemas relacionados à produção agrícolas foram tabulados no Programa Microsoft Excel 2016, mediante a construção de uma matriz de hierarquização (BUARQUE, 2008). As questões relacionadas ao meio ambiente contribuíram para compreensão da sociobiodiversidade presente no geoambiente das comunidades durante os trabalhos de campo.

3.4 O Sensoriamento Remoto como instrumento de análise da paisagem

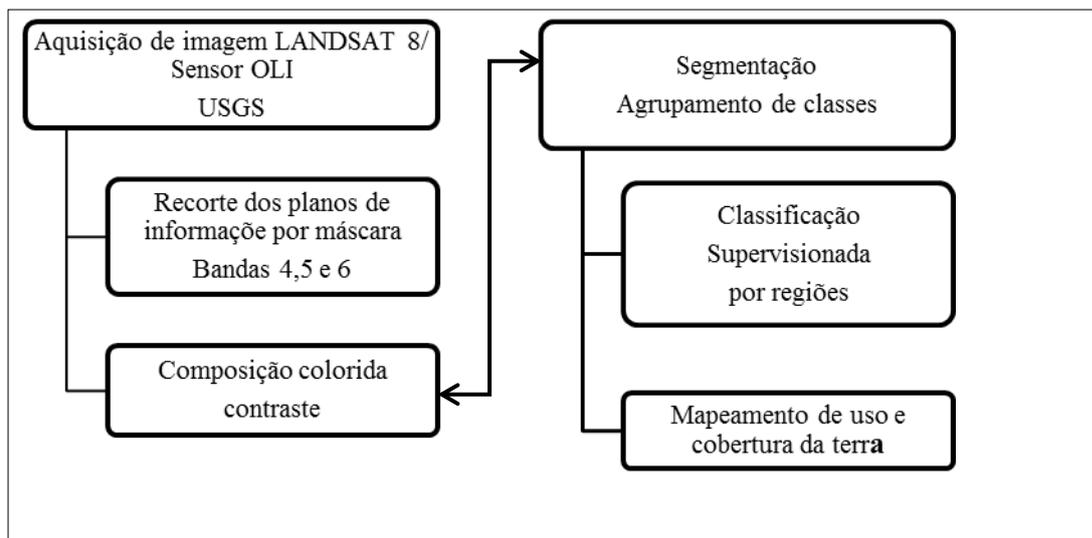
Para compreensão do padrão de uso e cobertura da terra dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina, nos quais estão presentes as comunidades quilombolas do Território dos Cocais, utilizou-se do Sensoriamento Remoto como recurso de coleta de dados espaciais. Nesta etapa, foram utilizadas imagens do

satélite Landsat 5 e 8, do sensor OLI, disponibilizadas gratuitamente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As imagens foram selecionadas na órbita 219, ponto 63, imageadas no mês de agosto dos anos 1995, 2005 e 2017, respectivamente.

De posse desses dados, utilizou-se o software *open source* QGIS 2.18.18. Para classificação supervisionada da imagem, utilizou-se o Plugin *Semi-Automatic Classification*, obtendo as seguintes classes: Água, Área Urbana, Solo Exposto e Vegetação. Obteve-se coeficiente de Kappa de 86,32%, 91,63% e 93,78% para as classificações de 1995, 2005 e 2017, respectivamente.

Para o município de Esperantina, foram utilizadas as imagens do satélite Landsat sensor OLI, imageadas em 06 de agosto de 2015, órbita 219 e ponto 063, resolução radiométrica em 16 Bits e resolução espacial de 30 m no Datum WGS 1984, sendo estas reprojetaadas para a projeção Universal Transversa de Mercator (UTM) Zona 23-S e processadas no software SPRING 5.2.6. Seguiram-se as etapas mostradas na figura 7.

Figura 7: Etapas da Classificação da Imagem para mapeamento de uso e cobertura da terra



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2016.

Optou-se por uma classificação da imagem por regiões, que consiste em identificar e rotular, como uma classe, os polígonos que apresentam a mesma similaridade dos níveis de cinza. Para cada classe, o algoritmo atribui uma cor específica. O algoritmo de agrupamento utilizado foi o Bhattacharya, que usa amostra de treinamento para estimar a função densidade de probabilidade para as classes apontadas no treinamento (MOREIRA, 2011). Os parâmetros usados para a segmentação foram: similaridade de 30% e área mínima de 30 pixels. Por meio de uma classificação com limiar de aceitação de 98%, foram

delimitadas oito classes de uso e cobertura da terra para a confecção do mapeamento cartográfico final. Para subsidiar a interpretação dos alvos, foram utilizadas imagens de alta resolução disponibilizadas *online* pelo Google Earth.

O trabalho de campo buscou elementos empíricos da relação entre os sujeitos da pesquisa com a paisagem. Foram realizadas oficinas de mapeamentos participativos na Comunidade Vereda dos Anacleto, baseadas no roteiro metodológico de Mapeamento Cultural Colaborativo, proposto pelo ACT Brasil, adaptado para as especificidades da comunidade e do objetivo da pesquisa. Foram cartografadas a visão dos sujeitos sociais sobre seu território, conforme Chapin, M.; Lamb, Z.; Threlkeld, B (2005).

O mapeamento participativo foi realizado com base na elaboração de carta-imagem nas escalas 1: 5 000, a partir de imagens de satélite Rapideye, ano de 2015, disponibilizada gratuitamente pelo Ministério do Meio Ambiente. Realizou-se o trabalho de campo, que envolveu a participação voluntária de produtores rurais e extrativistas mobilizados pela Associação de Produtores Rurais de cada comunidade.

As etapas do mapeamento participativo executadas nesta pesquisa foram:

(1) Planejamento das oficinas de mapeamento participativo: elaboração de carta-imagem nas escalas 1:5000 a partir de imagens de satélite Rapideye complementada por trabalho de campo.

(2) Oficinas de Mapeamento participativo: membros da Comunidade registram suas informações na carta-imagem. Na ocasião descreveram a organização social, o uso da terra na Comunidade e a tipologia das formas espaciais.

(3) Identificação *in loco* dos principais usos da terra, aspectos geoambientais e impactos ambientais e territorialidades do lugar, por meio de caminhada guiada.

Após a realização das oficinas, iniciou-se a produção dos mapas temáticos. Os mapas foram analisados, em outubro de 2018, por moradores da Comunidade Vereda dos Anacleto.

Nos meses de julho e setembro de 2018, foram realizadas as etapas 1, 2 e 3, respectivamente, na Comunidade Vereda dos Anacleto, conforme figura 8. Nos meses de agosto a novembro de 2018, foram realizadas pesquisas de campo na comunidade, com objetivo de conhecer melhor o cotidiano dos moradores e buscar maior compreensão da organização socioprodutiva, a geografia e sociobiodiversidade, como elementos da territorialidade.

Figura 8: Etapas do mapeamento participativo realizadas na Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018. Crédito das imagens (a, b e c): SANTOS NETO, 2018. Crédito das imagens (d): MOURA FÉ, 2018.

No mês de dezembro de 2018, foi realizada a 2ª etapa, com a oficina “o tempo e o espaço da comunidade”. Nesta etapa, os participantes fizeram a interpretação da carta-imagem com identificação de formas espaciais representadas pelos moradores sobre papel vegetal e caracterizadas por meio de narrativas coletivas, tendo o reconhecimento *in loco* das formas espaciais identificadas: áreas de roça; extrativismo do babaçu e carnaúba; cursos d’água; pontos históricos e pontos de cultura e lazer e áreas de conservação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tratou-se neste capítulo de apresentar as principais características geoambientais dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina de forma a compreender de fatores que influenciam ao uso da terra e a sociobiodiversidade, bem como os aspectos sociais nos municípios onde estão inseridas as comunidades quilombolas do Aglomerado 3 do Território dos Cocais – PI.

4.1 Caracterização geoambiental e socioeconômica dos municípios de Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina

No ano de 2006, a CODEVASF publicou o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), abrangendo os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, com objetivo de formular diretrizes e propor projetos de desenvolvimento de cunho sustentável. Para atingir o propósito, o PLANAP criou trinta e dois aglomerados de municípios, dentre eles os aglomerados 3, 4, 27 e 28, que correspondem ao Território dos Cocais, sendo os dois primeiros compostos por vinte e dois municípios piauienses, enquanto os aglomerados 27 e 28 abrangem, respectivamente, municípios dos Estados do Maranhão e Ceará.

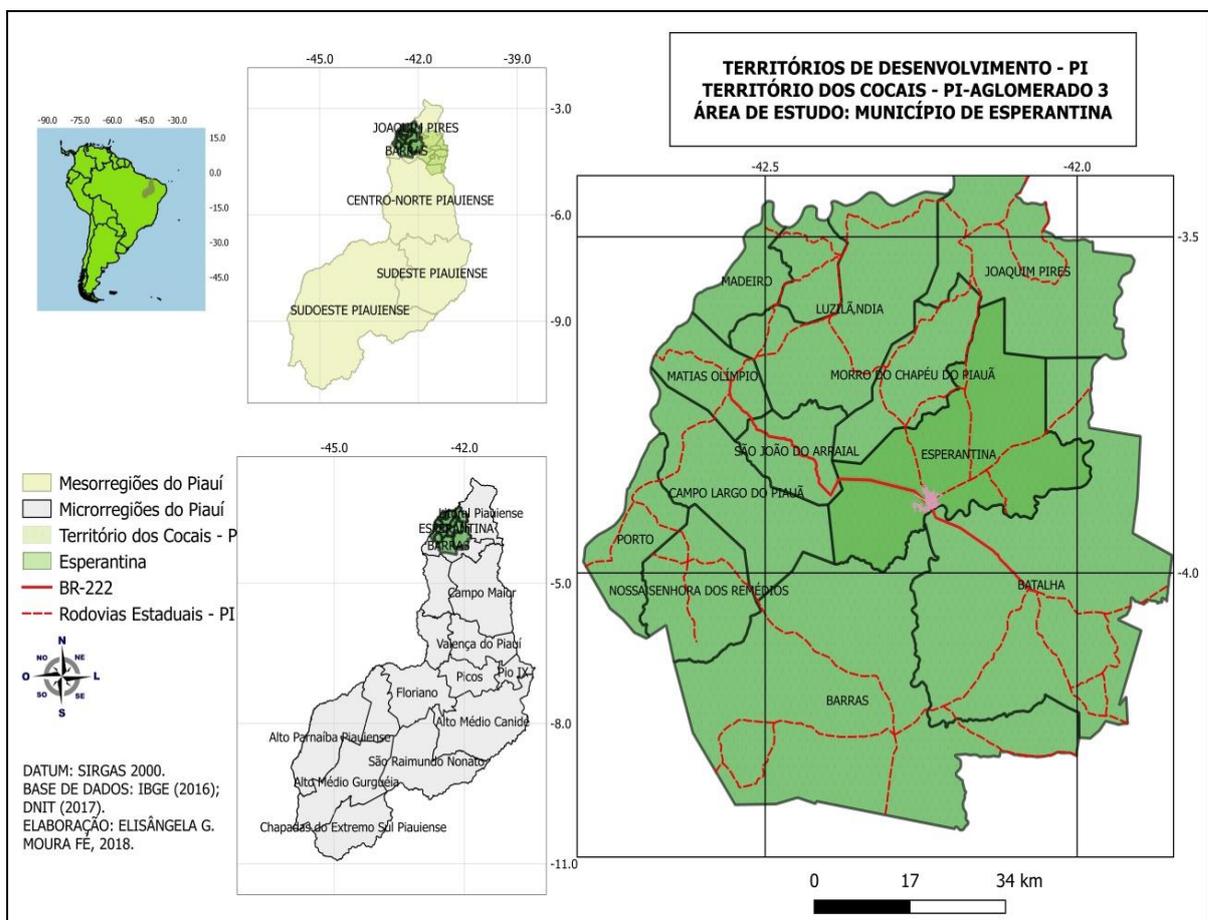
No Piauí, os Territórios de Desenvolvimento foram criados pela Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, dispondo sobre o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável (PIAUI, 2007). Esta regionalização foi baseada em características ambientais, vocações produtivas e dinamismo das regiões, relações socioeconômicas e culturais estabelecidas entre as cidades, regionalização político-administrativa e malha viária existente. Neste contexto, definiram-se doze Territórios de Desenvolvimento, sendo cada Território dividido por aglomerado de municípios (Anexos A e B).

Em 2008, o então MDA criou o Programa Territórios da Cidadania, em parceria com governos estaduais, municipais e a sociedade civil organizada. Em 2009, esse Programa contava com 120 municípios distribuídos nas cinco regiões brasileiras. Os Territórios de Cidadania se constituíram em estratégias de desenvolvimento regional sustentável, definidas por características econômicas e ambientais dos municípios. No Piauí, foram criados 6

Territórios: o Carnaubais, Cocais, Entre Rios, Serra da Capivara, Vale do Canindé e Vale do Guaribas.

O Aglomerado três do Território dos Cocais (PI), conforme a figura 9, com uma área de 7.851, km², conta com oito comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares (FCP, 2017), distribuídas pelos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina. Além destas, no município de Campo Largo do Piauí adicionam-se as comunidades Vilas São Francisco, São Bernardo e Carolina, que ainda não são certificadas pela Fundação Palmares, porém já são contabilizadas pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas no Piauí.

Figura 9: Mapa de localização dos municípios do Aglomerado 3 do Território dos Cocais – PI



Fonte: Adaptado aos dados do: IBGE (2000); DNIT (2017). Organização e geoprocessamento: MOURA FÉ, 2018.

Os municípios estão assentados sob a Província Geológica da Bacia Sedimentar do Piauí/Maranhão, como o fazem cerca de 80% das terras piauienses. Para Baptista (1991,

p.43), as “formações e grupos geológicos que se distribuem pela Bacia Sedimentar do Piauí/Maranhão têm inclinação quase constante para oeste, em concordância ou não umas com as outras. Para caracterização da paisagem destes municípios, levando-se em conta o aspecto geoambiental, optou-se pelas grandes compartimentações morfolitoestrutural (geológico e geomorfológico) obtidas com base em CEPRO (1996) e CPRM (2004), conforme a Figura 10. Como resultado das formações rochosas, as principais classes representantes dos solos dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina, conforme CPRM (2004), estão representadas nas Figuras 10 e 11.

Figura 10: Principais grupos representantes da compartimentação geológica dos municípios de Batalha e Campo Largo do Piauí e Esperantina – PI

Formação Geológica	Formação Rochosa
Barreira	arenito, conglomerado, siltito e argilito
Sardinha	basalto
Piauí	siltito, folhelho e calcário
Longá	folhelho, siltito e calcário.
Cabeças	arenito, conglomerado e siltito
Poti	arenito, folhelho e siltito

Fonte: Organizado por Elisângela Guimarães Moura Fé, com base em AGUIAR, R. B. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico dos municípios de: Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

Figura 11: Principais classes de solos e vegetação associada presente nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina (PI)

CLASSES DE SOLOS	CARACTERÍSTICAS
Planossolos eutróficos, solódicos e não solódicos,	fraco a moderado, textura média, fase pedregosa e não pedregosa com caatinga hipoxerófila associada.
Hidromórficos, gleizados	solos aluviais, álicos, distróficos e eutróficos, de textura indiscriminada e transições vegetais caatinga/cerrado caducifólio e floresta ciliar de carnaúba/caatinga de várzea.
Arenoso	quartzosos, profundos, drenados, desprovidos de minerais primários, de baixa fertilidade, com transições vegetais, fase caatinga hiperxerófila e/ou cerrado e/ou carrasco.

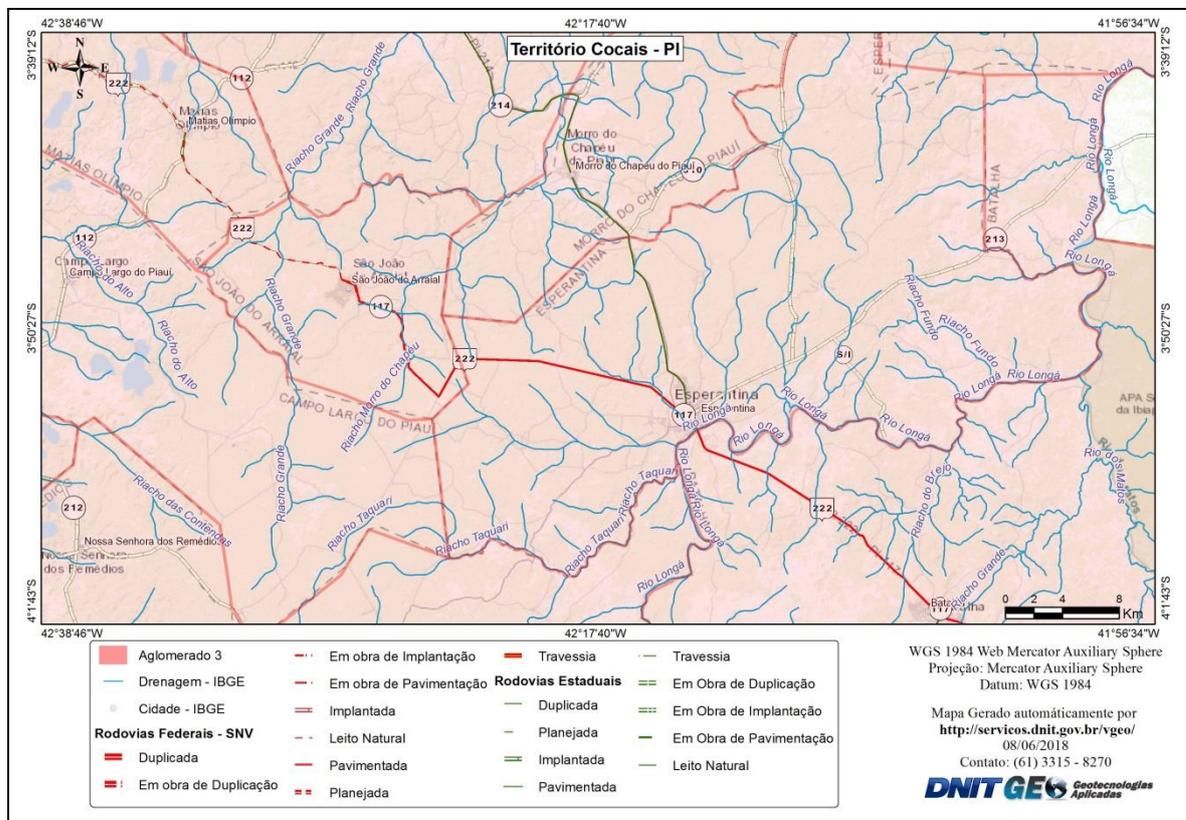
Fonte: Organizado por Elisângela Guimarães Moura Fé, com base em AGUIAR, R. B. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí:** diagnóstico dos municípios de: Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.

Os planossolos naturalmente apresentam limitações para o desenvolvimento agrícola e tem seu uso associado à pastagem nativa no sistema de manejo primitivo. Os solos

hidromórficos gleizados são solos profundos e comumente desenvolvem-se em sedimentos recentes nas proximidades dos cursos d'água e em materiais colúvio-aluviais, sujeitos a condições de hidromorfia (ambientes de influência de água), sendo o principal uso destinado ao cultivo de arroz e feijão (CEPRO, 1996; CPRM, 2004; EMBRAPA, 2017). Os solos arenosos são excessivamente drenados, com baixa capacidade de retenção de umidade e baixa potencialidade para o cultivo de culturas de ciclo curto.

Quanto aos cursos d'água, os municípios de Batalha, Esperantina e Campo Largo fazem parte da Bacia do Parnaíba e sub-bacia do Longá, conforme a Figura 12. Verifica-se no mapa que o rio Longá é receptor de uma grande rede de drenagem e entre seus afluentes existem alguns intermitentes e outros perenes.

Figura 12: Mapa dos principais cursos d'água dos municípios: Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina – Território dos Cocais (PI)



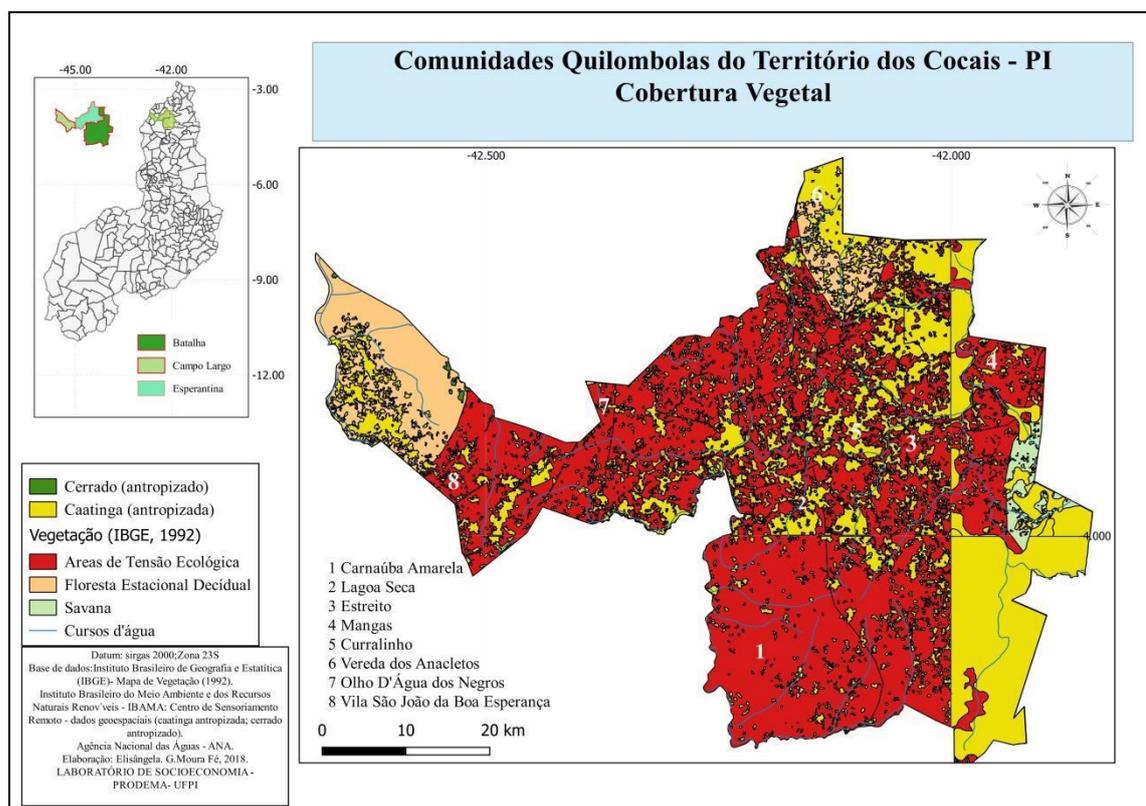
Fonte: Mapa gerado automaticamente pelo sistema DNITGEO, 2018.

No domínio escultural em que se sustenta o relevo, este apresenta-se no domínio morfoclimático Pediplano Dissecado, caracterizado pela predominância da caatinga e de áreas complexas de contato entre o cerrado, a caatinga e a floresta decidual mista (CEPRO, 1996).

Quanto às formas de relevo dos supracitados municípios, destacam-se superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 250 metros (CPRM, 2004).

Observa-se na figura 13 que as comunidades quilombolas do Território dos Cocais estão sobre áreas de tensão ecológica, que se configuram entre “duas ou mais regiões fitoecológicas⁴ ou tipos de vegetação, nas quais quase sempre as floras se interpenetram, constituindo-se transições florísticas ou contatos edáficos”, segundo o Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012, p.141).

Figura 13: Mapa de vegetação dos municípios do Território dos Cocais – PI com presença de comunidades quilombolas



O clima dos municípios do Aglomerado 3 é tropical e, segundo a classificação de Köppen, é do tipo Aw', quente e úmido (CODEVASF, 2006). Entre espécies de caatinga e cerrado surgem feições de paisagem marcadas pelos babaquais e carnaubais. Estas palmeiras se misturam à Floresta Estacional Semidecidual, que “compreende grandes áreas descontínuas localizadas do norte para o sul do Brasil, entre a Floresta Ombrófila Aberta e a Savana

⁴ Conjunto de ambientes marcados pelo mesmo fenômeno geológico de importância regional, que foi submetido aos mesmos processos geomorfológicos, sob um clima também regional, e que, como consequência disso, sustenta um mesmo tipo de vegetação (IBGE, 2012).

(Cerrado); de leste para oeste do país, entre a Savana-Estépica (Caatinga do Sertão Árido) e a Floresta Estacional Semidecidual -Floresta Tropical Subcaducifólia” (IBGE, 2012, p. 52).

Valverde (2017) descreveu a vegetação natural do centro norte do Piauí como uma mata arbustiva semidecídua, com 6 a 8 metros de altura, entremeada de babaçuais e carnaubais. Em alguns pontos a partir do leito do Parnaíba os babaçuais são mais densos e noutros são os carnaubais que dominam a paisagem, sobretudo nos vales que cortam as regiões mais secas.

Levando em conta os aspectos geoambientais, o Território dos Cocais (PI) apresenta uma diversidade de produtos de valor para o extrativismo vegetal. Suas formações vegetais são caracterizadas pela presença de palmeiras, com a predominância de carnaubais, buritizais, tucunzais e babaçuais; caatinga (arbustiva) e cerrado (campos); caatinga/cerrado e cerrado/floresta; carrasco; matas úmidas e matas secas (CODEVASF/PLANAP, 2006).

A relação entre as populações rurais e os geoambientes por elas ocupadas influencia e é influenciada por seus modos de vida e pelas mudanças no uso da terra. Esta relação se associa ao conceito de sociobiodiversidade, que se caracteriza pela interrelação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais (BRASIL,2007). Nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina, a distribuição das palmeiras de babaçu (*Attalea speciosa Mart. ex Spreng*) e da carnaúba (*Copernicia prunifera*) ocorre, com frequência, entremeada a outros tipos de vegetação.

A tabela 1 mostra a participação da carnaúba e do babaçu com base na Produção do Extrativismo Vegetal e Silvicultura (PEVS) do IBGE para o ano de 2017.

Tabela 1: Valores referentes a produção com o extrativismo da carnaúba e do babaçu nos municípios de Batalha Campo Largo e Esperantina – PI

Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS/2017)				
MUNICÍPIOS	CERAS		OLEAGINOSAS	
	CARNAÚBA (PÓ)		BABAÇU (AMÊNDOA)	
	QUANTIDADE (TON)	VALOR (X 1000)	QUANTIDADE (TON)	VALOR (X1000)
BATALHA	229	2.517,00	76	212,00
CAMPOLARGO	8	87,00	126	365,00
ESPERANTINA	315	3.653,00	183	513,00

Fonte: IBGE, PEVS, 2017, Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares.

Com base nos dados da tabela 1, é possível destacar a maior participação do município de Esperantina na produção do pó da carnaúba e da amêndoa do babaçu. O

município de Batalha se sobressai na exploração da carnaúba, enquanto no município de Campo Largo é mais notável a produção do babaçu. Esta situação reflete as características geoambientais dos municípios. Em Batalha, há uma grande incidência de espécies de caatinga, fato que possibilita maior expansão dos carnaubais. O município de Campo Largo, mais próximo ao rio Parnaíba, apresenta condições favoráveis para expansão da palmeira do babaçu. Já no município de Esperantina destacam-se tanto o babaçu quanto a carnaúba, uma vez que a paisagem vegetal se mostra com uma grande disponibilidade das duas palmeiras. Outra razão se justifica pela presença de indústrias de processamento de produtos do extrativismo e a atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) neste município.

A carnaúba e o babaçu são importantes produtos da sociobiodiversidade nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais, nas quais a sustentabilidade econômica, social e ambiental é centrada na pequena escala de produção. Essas comunidades dedicam-se especialmente ao extrativismo de coleta, consorciado com as atividades agrícolas, e possuem um relevante conhecimento do uso das espécies vegetais.

A oferta de amêndoa de babaçu proveniente do extrativismo vegetal é maior nas regiões Norte e Nordeste do país, onde o Estado do Maranhão é responsável por 94,4% da produção, seguido do Piauí, que conta com 4,8% (IBGE, PEVS, 2017). Nestes Estados, o babaçu ocorre espontaneamente nas terras arenosas e baixas, nos vales dos rios Itapecuru, Pindaré, Grajaú, Mearim e Parnaíba, e apenas no Piauí o babaçu se apresenta nas áreas de transição Caatinga/Cerrado (VIEIRA; MOREIRA, 2017).

Porro e Porro (2015) analisaram algumas comunidades tradicionais em áreas de ocorrência de babaçu e enfatizaram que nesta sociobiodiversidade é preciso considerar as formas de acesso aos recursos, os direitos de propriedade, o sistema de produção adotado e a interação com o mercado como fatores que conduzem sua relação com o meio biofísico.

Vieira e Moreira (2017) desenvolveram um Sistema de Informações Geográficas, o Sig GeoBabaçu, com um banco de dados geográficos que disponibiliza o mapeamento da distribuição espacial do babaçu no Piauí. Apresentaram resultados para as áreas de ocorrência do babaçu no centro-norte do Estado para os municípios de Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina.

A tabela 2 revela que os municípios de Campo Largo do Piauí e Esperantina possuem uma grande uma grande abrangência de babaçuais.

Tabela 2: Área de abrangência do babaçu nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina

Municípios	Área total (km²)	Área com babaçu (km²)	Ocupação (%)
Batalha	1.719,798	284,275	10,10
Campo Largo do Piauí	477,795	173,665	36,35
Esperantina	911,215	298,388	32,75
Total	3.108,808	756.328	79,20

Fonte: Adaptada de VIEIRA e MOREIRA, 2017.

O extrativismo do babaçu realizado nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais se assemelha à descrição de manejo de Carrazza (2012). A coleta dos frutos do babaçu ocorre no período de julho a dezembro, momento em que começam a se desprender e cair no chão. Para extração, utiliza-se uma vara para atingir o cacho da palmeira ou mesmo arremessar os cocos. Os cocos são amontoados ao lado de uma palmeira e depois quebrados pelas mulheres e, muitas vezes, pelas meninas, com o uso de um machado e porrete. O transporte do coco ou das amêndoas pode ser feito em sacos ou cestos feitos da palha do babaçu, comumente chamados de “cofos”, transportados nos ombros ou sobre as cabeças. Entretanto, nas comunidades tem sido comum o transporte do coco por meio de motocicleta ou bicicletas, para serem quebrados em casa.

O MIQCB, que atua desde 1991, articula as quebradeiras de coco dos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, grupo formado por mulheres que lutam pelo livre acesso ao recurso que está cada vez mais restrito a áreas privadas. Defendem a preservação dos babaçuais, a garantia das quebradeiras de coco a terra, o acesso às políticas governamentais voltadas para o extrativismo e a equidade de gênero (CARRAZZA, 2012).

Nas comunidades quilombolas presentes nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina existem grupos formados por mulheres associadas ao MIQCB, com uma sede no município de Esperantina. A maior parte da produção da amêndoa de babaçu é feita em regime de economia familiar, aproveitado por famílias que tiram renda da agricultura de subsistência associada à exploração da palmeira.

Apesar da atuação do MIQCB, a maior parte do babaçu no Território dos Cocais é coletado especialmente pelas mulheres, que, em geral, possuem baixo grau de escolaridade e organização produtiva. Ademais, esta atividade é condicionada à permissão para o acesso às

áreas das palmeiras do babaçu pelos proprietários das terras. Existe ainda a figura do atravessador, que consegue maiores valores na comercialização da amêndoa.

Da colheita à quebra do coco babaçu, as mulheres dividem-se em uma rotina em que, dentre outras atividades, destaca-se o cultivo de horta, criação de animais, atividades domésticas e com os filhos. As mulheres associadas ao MIQCB retiram do babaçu o mesocarpo e a amêndoa para produção do azeite, farinha, sabonete, dentre outros produtos que se inserem nas unidades produtivas. Nestas unidades, há uma divisão simples de tarefas. No entanto, muitas mulheres permanecem apenas colhendo e quebrando o coco.

O MIQCB disponibiliza o Fundo Babaçu para o grupo de mulheres associadas e busca atender aos seguintes objetivos: a) Promover e operacionalizar o acesso a recursos de caráter não reembolsável para ações de agricultura e de extrativismo de base agroecológica e econômico-solidária; b) Apoiar ações voltadas à segurança alimentar e nutricional e geração de renda para a melhoria da qualidade de vida de povos e comunidades tradicionais e outras comunidades que vivem em regime de produção familiar nos babaçuais; c) Promover a conservação da sociobiodiversidade existente nas florestas de babaçuais, por meio da ampliação do acesso a fontes de recursos e de políticas públicas; d) Apoiar e promover a mobilização comunitária e fortalecimento organizacional/institucional das organizações de base, visando melhorar sua capacidade de incidência política; e) Promover o desenvolvimento de capacidades em gestão de projetos socioambientais. Diante destes objetivos, vê-se que o Fundo Babaçu está voltado para o etnodesenvolvimento em meio à sociobiodiversidade de povos inseridos nas florestas de babaçuais (MIQCB, 2018).

De acordo com Carrazza (2012), as raízes do babaçu ajudam a firmar o solo, evitando erosão e o consórcio com outras culturas anuais, como arroz, milho, feijão e mandioca, bem como com pastagens de animais, é viável. Vieira (2017) alerta para a ameaça do desmatamento para os grupos sociais que extraem o babaçu devido à supressão das palmeiras para atividades pecuaristas e por grandes plantações de soja, mamona, eucalipto, entre outros.

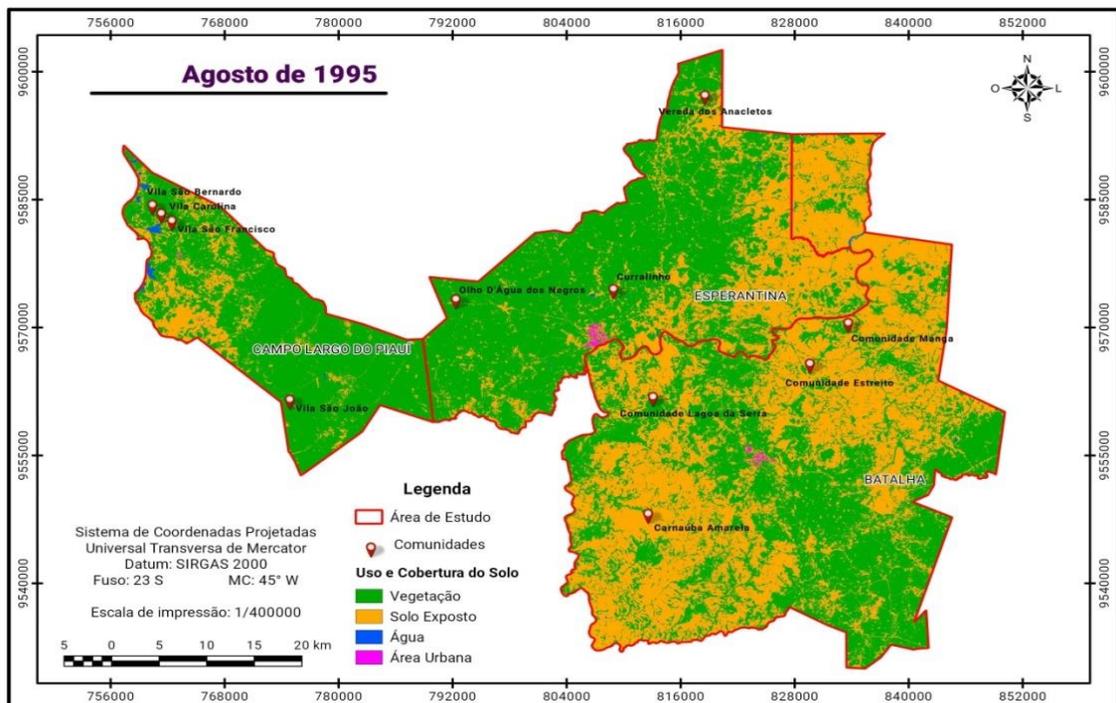
Quanto à palmeira da carnaúba (*Copernicida prunifera*), uma espécie xerófita, nativa da região semiárida do Nordeste brasileiro, estima-se que possui uma vida produtiva de cerca de 200 anos. Essa palmeira se distribui geograficamente nos vales dos rios da região da caatinga e é endêmica nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte (CONAB, 2015). De todos os produtos oferecidos por esta palmeira, o de maior importância econômica é o pó cerífero, extraído das folhas.

A cera da carnaúba é produzida a partir do pó cerífero, presente na superfície foliar, que se diferem nas folhas jovens - chamadas de olho - e do pó das folhas já abertas - conhecidas como palhas (CONAB, 2015). São principalmente os homens que se dedicam ao extrativismo da carnaúba nos municípios do Território dos Cocais, como força de trabalho nas fazendas de carnaubais de extração da palha e na produção do pó da carnaúba.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia divulgou o mapeamento social da região ecológica dos babaçuais, como resultado de pesquisa realizada desde 2014 no âmbito do projeto Cartografia Social dos Babaçuais. Identificaram nos municípios do Território Cocais (PI) como principais impactos ambientais associados ao uso da terra: as áreas de roças em assentamentos e povoados, problemas ambientais de devastação do babaçuais e carnaubais, plantio de soja e piscicultura.

Neste sentido apresentou-se uma análise multitemporal dos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina no decorrer de três décadas, realizada a partir das imagens Landsat 5 e 8, obtendo as seguintes classes: Água, Área Urbana, Solo Exposto e Vegetação. As imagens foram capturadas no mês de agosto, período seco nos supracitados municípios. De acordo com o mapa de cobertura da terra (Figura 14), no ano de 1995 a vegetação natural abrangia 58,5% dos municípios representados, enquanto a área de solo exposto correspondia a 40,87 % do mapa de uso e cobertura.

Figura 14: Mapa de uso da terra nos municípios do Aglomerado 3 Território dos Cocais – PI com presença de comunidades quilombolas – 1995



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018.

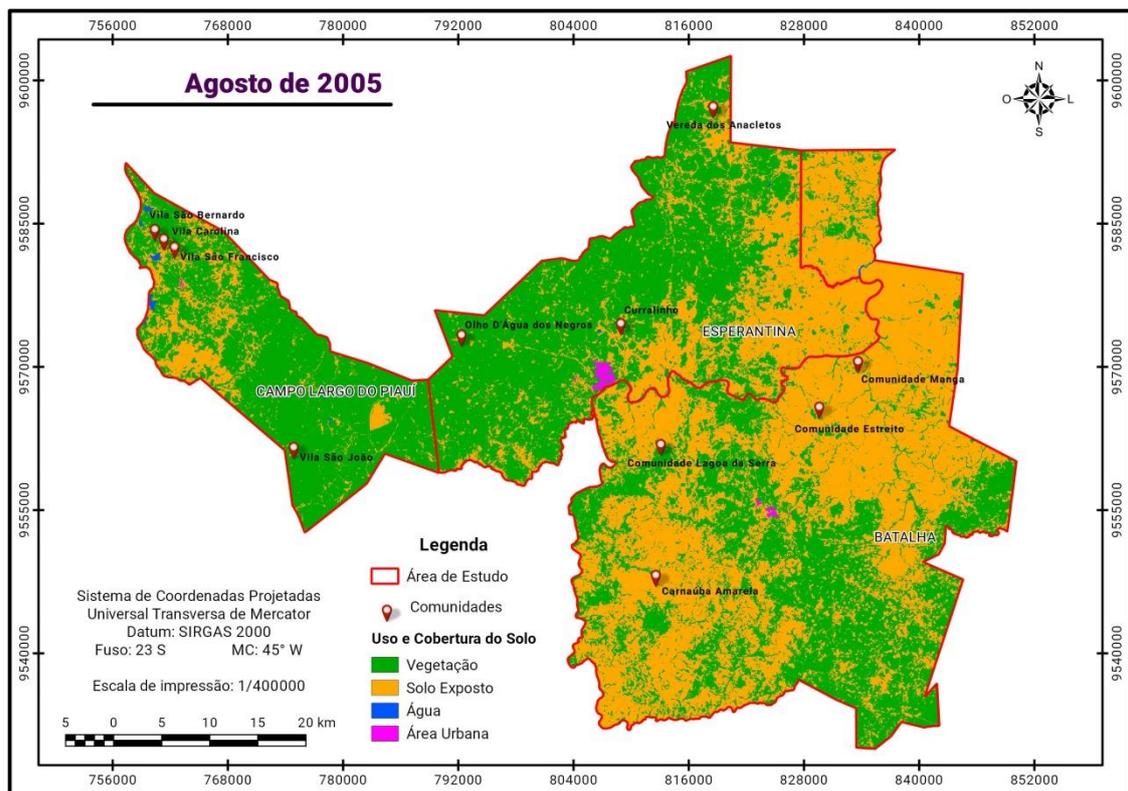
Observou-se que as comunidades quilombolas do município de Batalha estão localizadas em áreas de solo exposto. Neste município predominam os carnaubais, e as imagens foram extraídas no mês de agosto, período que coincide com a fase do corte da palha da carnaúba. Um pouco mais da metade da área dos municípios está marcada pela paisagem vegeta. Tal fato justifica-se pela predominância da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva nestes municípios, aliada a uma grande parte de terras sem uso e ocupação mantidas como capital imobiliário e reserva de valor pelos proprietários.

A década de 1990 foi marcada por conflitos pelo uso e propriedade da terra com o apoio dos movimentos sociais em prol da reforma agrária em todo país. No Piauí, estava em curso a expansão da fronteira agrícola no sudeste e sul, que culminou com a expansão do agronegócio nestas áreas. O Centro-Norte e o Norte do Piauí não se inseriram neste projeto de expansão agrícola, entretanto apresentaram maior incidência de conflitos de terra no estado (ROCHA, 2013).

Já no ano de 2005, conforme o mapa de uso da terra (Figura 15), houve uma redução das áreas de vegetação e crescimento da área de solo exposto e da área urbana. Enquanto a cobertura vegetal correspondia a 52,81% do espaço e a área de solo exposto passou para 46,57%, a área urbana teve um pequeno acréscimo saindo de 0,12% para 0,20%. Em 2017, conforme o mapa 7, a cobertura vegetal passou para 50,02 % da área, o solo exposto aumentou para 48,46% e a mancha urbana passou para 0,36%.

Neste período há uma maior atuação do Estado do Piauí e do governo federal, via INTERPI, na criação de assentamentos rurais, bem como do governo federal pela política por meio do INCRA. A implantação do Programa de Crédito Fundiário foi caracterizada pela compra e venda de terras, por entidades de trabalhadores rurais em parceria com o Banco Mundial, governos estaduais e entidades representativas dos trabalhadores rurais. Andrade e Viana (2016) discutiram sobre a questão agrária e fundiária piauiense analisando o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais e constataram que o campo piauiense é caracterizado pela existência de várias extensões de terras e pela presença de médias e grandes fazendas dos complexos do agronegócio em grãos.

Figura 15: Mapa de uso da Terra nos municípios do Território dos Cocais – PI com presença de comunidades quilombolas - 2005



Fonte:

Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018.

Grande parte da população do campo piauiense encontra-se em pequenas propriedades, na condição de posseiro, moradores e ou agregados de grandes proprietários, produzindo geralmente para sobrevivência (ANDRADE, VIANA, 2016). Esta realidade foi evidenciada nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI), conforme os Planos de Desenvolvimento Rural realizados pelo Projeto Ater no Quilombo (EMATER/MDA/ Nº 056/2007 / META 18), que resultou em um diagnóstico participativo, em que os moradores destas comunidades identificaram entre os fatores limitantes na dimensão econômica a pouca disponibilidade de terra e/ou a falta do título da propriedade. Nestas comunidades, conforme os relatórios, o arrendamento se destaca na questão do trabalho agrícola.

Observou-se nas tabelas 3 e 4 uma redução em torno de 8% da classe de vegetação entre 1995 e 2017. Esta redução está associada à expansão da agropecuária e ocupação de áreas pela expansão de assentamentos. A conservação da vegetação em áreas de propriedade privada sem uso agrícola ou pecuário revela a concentração de terras e a exploração das palmeiras do babaçu e carnaúba nos domínios privados.

Tabela 3: Área ocupada (ha) por categorias de uso e cobertura da terra nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina 1995; 2005;2017

Classe	1995	2005	2017
Vegetação	174.344,9	157.417,65	149.078,7
Solo Exposto	121.808,7	138.789,45	144.552,5
Área Urbana	377,01	581,400	1.062,18

Fonte: Elaboração própria - classificação supervisionada da imagem no Sistema de Informação Geográfica Qgis, 2018.

Tabela 4: Porcentagem de área ocupada por categorias de uso e cobertura da terra nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina -

Classe	1995	2005	2017
Vegetação	58,5	52,81	50,52
Solo Exposto	40,87	46,57	48,46
Água	0,51	0,42	0,59
Área Urbana	0,12	0,2	0,39
Total	100	100	100

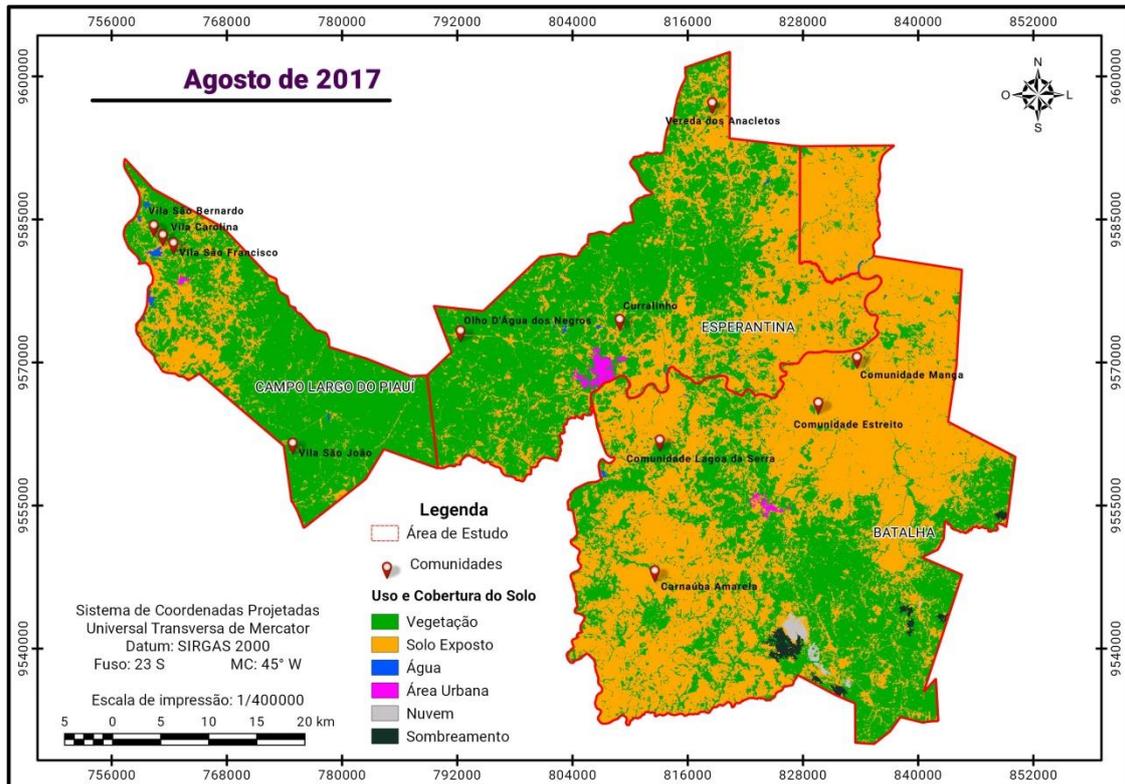
Fonte: Elaboração própria - classificação supervisionada da imagem no Sistema de Informação Geográfica Qgis, 2.18.

Nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina, o setor de serviços é o que mais contribui com o Produto Interno Bruto (PIB), correspondendo a, respectivamente, 87%, 88,90% e 88,70%. A agropecuária não tem contribuído substancialmente com o acumulado do PIB nestes municípios. Enquanto no município de Batalha é de apenas 7,89%, em Esperantina é de 4,15% e em Campo Largo de apenas 8,15% (IBGE, 2014).

Com os resultados do uso da terra nas comunidades quilombolas associados com a ocupação de estabelecimentos agropecuários, verificou-se a pouca expansão das atividades agropecuárias. Considerando a predominância da agricultura de subsistência nestes municípios, as técnicas de análise de imagem não conseguiram classificar quantitativamente um grande percentual de áreas de uso com terras agrícolas.

As atividades agropecuárias são importante fonte de subsistência das famílias que vivem nas zonas rurais, especialmente nos municípios de Batalha e Campo Largo do Piauí, em que as famílias são predominantemente rurais entre a população residente. No mapa de uso da terra (Figura 16), observou-se que as comunidades quilombolas estão inseridas em áreas com predominância da vegetação, evidenciando a aproximação destas com os babaçuais e carnaubais no seu modo de vida.

Figura 16: Mapa de uso terra nos municípios do Território dos Cocais – PI com presença de comunidades quilombolas -2017



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018.

O uso da terra mostra a expansão do solo exposto no ano de 2017. Este avança sobre os territórios das comunidades quilombolas, especialmente no município de Batalha.

A tabela 5 revela o uso das terras voltado à agropecuária nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina. As lavouras temporárias se destacam nas atividades agrícolas, com o arroz, feijão e mandioca, cultivados principalmente por meio da agricultura subsistência. As matas naturais são caracterizadas pelo extrativismo da carnaúba e babaçu. As principais lavouras temporárias da região, de acordo com a área total colhida, são o arroz em regime de sequeiro, o milho, o feijão, a mandioca, arroz irrigada e melancia.

Quanto ao efetivo bovino, Batalha se destaca com o maior plantel. Esperantina também registra um considerável número de animais. Conforme os dados da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN, 2014), o Território dos Cocais constitui a segunda maior bacia leiteira entre todos os territórios do Estado.

Tabela 5: Valores referentes à utilização das terras (ha) destinadas a agropecuária nos municípios de Batalha, Campo Largo e Esperantina– PI - 2017

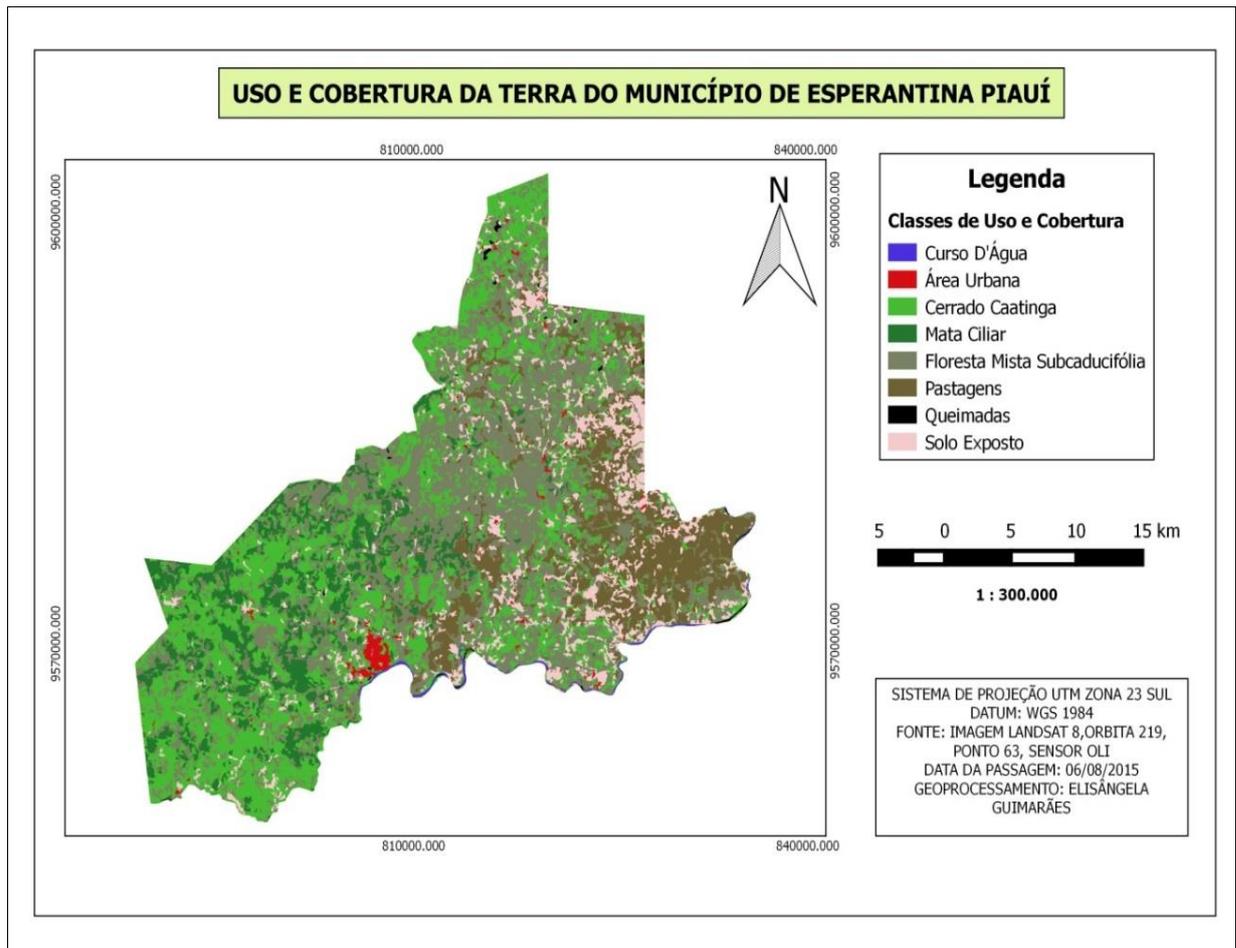
Tipos de uso Área (ha)	Batalha	Campo Largo	Esperantina
Lavouras			
Permanentes	749.088	243.432	995.233
Temporárias	2.199.534	2.118.715	2.975.547
Pastagens Naturais	9.854.381	2.889.704	5.171.897
Pastagens Plantadas e m boas condições	4.010.294	1.309.847	3.515.267
Plantadas em mais condições	2.184.354	375.666	1.214.650
Matas ou florestas Naturais	13.170.989	969.495	4.454.079
Matas ou florestas Naturais destinadas a preservação permanente ou reserva legal	6.177.335	-	1.990.118

Fonte: Organizada por Moura Fé, com base em IBGE- Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares.

Esta pesquisa enfoca com maior verticalidade o município de Esperantina, onde se encontram as comunidades quilombolas Curralinhas, Olho D'Água dos Negros e Vereda dos Anacleto, que se dedicam tanto à agricultura de subsistência quanto ao extrativismo da carnaúba e do babaçu. De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAM, 2017), o município de Esperantina apresentou as maiores receitas totais do Aglomerado 3. O município de Esperantina responde ainda pelo maior orçamento entre os municípios deste aglomerado, tanto em relação aos tributos oriundos de arrecadação municipal como de transferência por parte do Governo Federal. Em 2015, conforme os dados do IBGE, o PIB do município de Esperantina era composto de 36,3% pelo setor de serviços, 6,6% de atividade industrial, 7,40% de arrecadação de impostos e apenas 3,30% relacionado a agropecuária.

No município de Esperantina, a expansão da atividade de piscicultura e a pavimentação de estradas contribuíram para supressão da vegetação. Lima et al (2018, p.1456) evidenciaram que o cercamento das terras pelos fazendeiros continua sendo uma prática utilizada como forma de imobilização da força de trabalho e de acesso as terras. As grandes áreas de babaçuais são arrendadas por terceiros, utilizadas para extração do coco inteiro para ser vendido nas fábricas de sabão e vela na sede do município. Além disso, empreendimentos imobiliários estão realizando loteamento de terras nas áreas de babaçuais próximas às margens das rodovias. O mapa de uso e cobertura da terra (Figura 17) mostra o uso e cobertura da terra no município de Esperantina para o ano de 2015.

Figura 17: Mapa de Uso e Cobertura da terra do Município de Esperantina (PI) – 2015



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018, com base em imagem do satélite Landsat 8, sensor OLI imageadas em 06 de agosto de 2015 processadas no software SPRING 5.2.6.

No mapa de uso e cobertura da terra do município de Esperantina (figura 17), a classe de pastagem abrangeu áreas de culturas temporárias, com maior exposição do solo, e áreas com degradação da vegetação natural. Isto se justifica pela resolução temporal da imagem, datada de agosto de 2015, período seco no município, com incidência de muitas queimadas não controladas natural ou provocadas por pela fase de limpeza do terreno para estabelecimento de agricultura em sistema de roça, realizada por pequenos agricultores. A classe de solo exposto também foi associada a áreas agrícolas que não estão cultivadas. Para a área urbana, foi atribuída também às aglomerações populacionais que formam os povoados da zona rural do município.

Tabela 6: Área ocupada por categorias de uso e cobertura da terra no município de Esperantina (PI) - 2015

Classes	Área/ Km ²	Porcentagem%
Área urbana	8.24 ²	0,90
Água	3.27 ²	0,30
Solo exposto	87.95 ²	9,60
Cerrado/caatinga	276.74 ²	30,49
Floresta subcaducifolia	322.51 ²	35,53
Mata ciliar	90.86 ²	10,00
Pastagens/Área agrícola	116.55 ²	12,84
Queimadas	1.45 ²	0,25
Área Total	907.61 ²	100

Fonte: Elaboração própria, com base em imagem do satélite Landsat 8, processa no software SPRING 5.2.6.

A ação antrópica sobre o espaço relacionando-se aos impactos ambientais locais é fundamental, já que o uso da terra resulta em parte na supressão da vegetação natural. Observou-se que no município de Esperantina, no período mapeado, a vegetação, seja natural ou secundária, somando 76% da área, conforme os dados da tabela 6. Pode-se associar este resultado à relevância do extrativismo da carnaúba e do coco babaçu, bem como a muitas áreas sem uso identificado pelo sensor.

Apesar de não se verificar a expansão de grandes áreas de cultivo agrícola, há uma forte presença de povoados na zona rural. A classe de queimadas representa 0,17%, decorrente da menor intensidade da atividade agrícola para o período mapeado. A menor classe corresponde à água com apenas 0,30% da área total mapeada.

Em consonância com Rivas (2005), a unidade ambiental do município de Esperantina, está em situação de moderada vulnerabilidade natural. Para o supracitado autor, o uso da terra feito por pecuária extensiva de bovinos, caprinos e ovinos provoca alterações significativas do potencial vegetal em longo prazo e do potencial erosivo a médio. Os riscos indicados foram o rareamento da cobertura vegetal, uma significativa compactação do solo e uma erosão laminar moderada. A situação ambiental foi dada como tolerável com considerável interferência na diversidade e densidade vegetal e desfavoráveis condições edáficas e hídricas, decorrentes da exploração vegetal, atividades agrícolas e sistema de exploração animal.

As classes determinam a distribuição dos usos e não usos, permitindo inferir a realidade da área no período analisado. O levantamento dos diferentes tipos de cobertura e uso da terra podem subsidiar o planejamento ambiental integrado e a avaliação das potencialidades e fragilidades do município de Esperantina. Para este município, a partir da

análise dos dados, a classe de vegetação ocupou cerca de 76% da área, caracterizando-se por uma cobertura vegetal de baixo a médio porte, com atividade antrópica reduzida, apresentando um médio grau de ação erosiva.

Quanto aos aspectos sociais, os municípios de Batalha e Campo Largo possuem uma população residente predominantemente rural, enquanto o município de Esperantina apresenta 61% da sua população residente em áreas urbanas, de acordo com a tabela 7.

Tabela 7: População residente, PIB per capita e dos municípios de Batalha, Campo Largo do Piauí e Esperantina

Município	Total	Urbana	Rural	Pib per capita 2015
Batalha	25.774	9.607	16.167	5.678,25
Campo Largo do Piauí	6.803	1.430	5.373	5.012,24
Esperantina	37.767	23.158	14.609	7.442,04

Fonte: IBGE, Sinopse do censo demográfico 2010 – Piauí; IBGE cidades, 2018. <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=22>>.

Desde o ano de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais. Este cadastro se tornou obrigatório para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais.

Conforme o Relatório sobre o Bolsa Família e Cadastro único⁵ disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no ano de 2018 os municípios de Batalha e Esperantina tinham cerca de 81% com renda per capita familiar de até R\$ 85,00. No município de Campo Largo, esse percentual sobe para cerca de 91%.

Observou-se, conforme os dados da tabela 8, que há um número reduzido de famílias quilombolas inscritas no cadastro único, especialmente no município de Batalha, enquanto no município de Campo Largo o número de famílias quilombolas inscritas supera a

⁵ O Cadastro Único para Programas Sociais, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras com renda mensal até meio salário mínimo por pessoas e disponibiliza informações que permitem o governo selecionar as famílias para inclusão em programas sociais. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único.

soma das famílias quilombolas dos municípios de Batalha e Esperantina. Esta situação se constitui um dos entraves para inclusão destas famílias em políticas inclusivas.

Tabela 8: Famílias de Baixa Renda, conforme o Cadastro Único de 2018

Municípios	Famílias inscritas No Cadastro Único	Famílias Beneficiadas Com o Programa Bolsa Família	Famílias quilombolas inscritas n o Cadastro Único	Famílias quilombolas beneficiadas com o Programa Bolsa Família
Batalha	6.430	5.010	36	27
Campo Largo	2.024	1.764	258	230
Esperantina	8.878	6.922	145	133

Fonte: Adaptado do Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único da Secretaria de avaliação e Gestão da Informação/ Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

Dentre os fatores que colaboram para esta situação estão: o baixo nível de instrução dos responsáveis pelas famílias, a dificuldade para deslocar-se para a sede do município para realização do cadastro, documentos incompletos e o não reconhecimento enquanto família quilombola. Ressalta-se que para a inclusão das famílias quilombolas no Cadastro Único não é necessária a apresentação de nenhuma certidão de autodeclaração, sendo suficiente que a família se declare quilombola ao entrevistador.

O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2015) listou algumas dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais e estaduais, dentre elas: a) desconhecimento a respeito do que são comunidades quilombolas; b) desconhecimento sobre a localização das comunidades quilombolas; c) dificuldade de acesso às comunidades devido a distância destas das sedes dos municípios e às características geográficas da região; d) conflitos fundiários que podem interferir no contato com as comunidades e e) falta de documentação civil básica por parte das famílias quilombolas.

Em 2015, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicou o Atlas de Vulnerabilidade Social com o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos municípios brasileiros, elaborado com base no censo demográfico do ano de 2010. O IVS é complementar ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que contempla os indicadores de longevidade, educação e renda. O conceito de vulnerabilidade social foi construído com base no acesso, à ausência ou à insuficiência de dezesseis indicadores sociais agrupados em três dimensões: infraestrutura urbana; capital humano; renda e trabalho.

A Fundação Cepro (2018) apresentou o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) por Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí, com base nos dados do Atlas da

Vulnerabilidade Social do Ipea (2015). Constatou-se que os Territórios de Desenvolvimento que apresentam a maior quantidade de municípios com IVS muito alto são: Planície Litorânea, Cocais, Chapada Vale do Rio Itaim e Entre Rios.

Os municípios do Território dos Cocais, no qual registraram-se a presença de comunidades quilombolas, o IVS⁶ revela a necessidade de um enfrentamento de problemas sociais quanto às condições de vida, à baixa renda per capita média, à elevada proporção de pobres, à alta concentração de renda e à baixa oferta de serviços básicos (água tratada, energia elétrica e coleta de lixo). Neste contexto social se inserem as populações quilombolas do Território dos Cocais, nas quais se somam historicamente problemas fundiários e de discriminação racial.

Tabela 9: Índice de vulnerabilidade Social e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Municípios	IVS		IDHM	
	2000	2010	2000	2010
Batalha	0,670	0,529	0,377	0,545
Campo Largo	0,693	0,619	0,336	0,528
Esperantina	0,567	0,418	0,420	0,650

Fonte: Adaptado pela autora da Plataforma do Atlas da Vulnerabilidade Social – IPEA, 2015. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>.

De acordo com a tabela 9, em 2010 observou-se uma redução no IVS nos três municípios retratados. Apesar de os municípios de Batalha e Campo Largo permanecerem com muito alto índice de vulnerabilidade social entre o ano 2000 e 2010, o município de Esperantina passou de muito alto para alto IVS. Verificou-se um baixo IDH dos municípios com maior população rural e um IDH médio no município de Esperantina.

No contexto social e econômico em que estão inseridas as comunidades quilombolas do Território dos Cocais (Aglomerado 3), registraram-se situações de vulnerabilidades sociais que atingem não apenas as comunidades quilombolas, mas a maior parte da população residente. Diante deste quadro social, a situação das comunidades quilombolas se agrava em função das questões da terra e o preconceito como legado colonial,

⁶ O IVS é um índice que varia entre 0 e 1 obtido da média aritmética das suas três dimensões (tabela 72). Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social de um município, o seja, o zero (0) corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação (CEPRO, 2018). Após calculado o IVS classifica os municípios da seguinte forma: (a) 0 e 0,200 - muito baixa vulnerabilidade social; (b) 0,201 e 0,300 baixa vulnerabilidade social; (c) 0,301 e 0,400 média vulnerabilidade social; (c) 0,401 e 0,500 alta vulnerabilidade social; (d) 0,501 e 1 muito alta vulnerabilidade social.

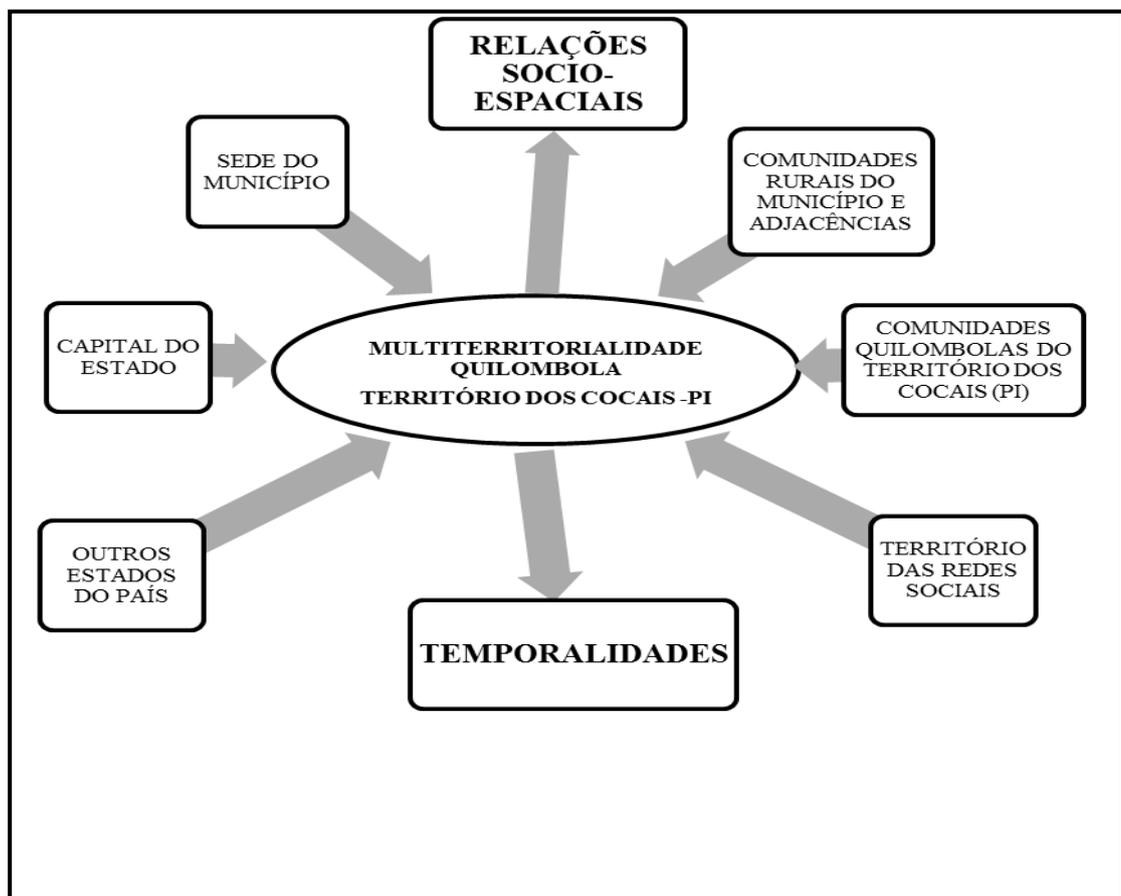
que as exclui de espaços políticos e produtivos que as levem ao desenvolvimento local ao etnodesenvolvimento.

4.2 Comunidades quilombolas: multiterritorialidades, temporalidades e organização socioespacial no Território dos Cocais – PI

Envoltas entre babaçuais e carnaubais, assemelham-se quanto à territorialidade quilombola e ao acesso a terra e na organização socioprodutiva. Estas comunidades historicamente apresentam problemas relacionados ao acesso e à obtenção do título da terra e o sistema de arrendamento marca as relações de trabalho no campo.

A Figura 18 sintetiza as relações socioespaciais e as temporalidades que caracterizam a multiterritorialidade quilombola no Território dos Cocais – PI.

Figura 18: Territorialidades para além das comunidades: múltiplos arranjos sociais e territoriais



Fonte: Elaboração da autora baseada em Haesbaert (2007); Raffestin (2015); Saquet (2015).

Nas Comunidades Quilombolas do Território dos Cocais (PI), existe uma identidade territorial com o lugar por meio do sentimento de pertencimento, evidenciado nas relações de poder que constroem o território e sua territorialidade. A fronteira de territorialidade se estende para além dos limites das comunidades. A territorialidade é construída também por relações com outras comunidades rurais, quilombolas ou não, e por relações econômicas e sociais estabelecidas com a sede dos municípios em que estão situadas e com os municípios adjacentes. Acrescenta-se uma rede de espaços e sujeitos que interagem social e economicamente com as comunidades.

O morador das comunidades quilombolas mantém conexões com outros estados do Brasil. A migração é uma realidade presente nas comunidades, atinge especialmente parte da população masculina, que se ausenta sazonalmente das comunidades em busca de trabalho em direção Centro-Sul do país, em um contínuo processo de (re)territorialização. Estas migrações estendem as relações de parentesco dos moradores da comunidade seja para a capital do Piauí, seja para outros estados da federação.

Em relação à capital do Estado e a sede dos municípios, as comunidades estabelecem relações que definem o território do cotidiano e do território de trocas. A centralidade de serviços presentes na capital do Estado do Piauí demanda a busca de serviços médico-hospitalares em virtude da carência dos mesmos na sede do município no qual estão inseridas. Nos municípios limítrofes, os moradores das comunidades atendem suas necessidades relativas aos serviços bancários, médico-hospitalares de pequena complexidade, serviços educacionais e o comércio local.

Quanto aos serviços educacionais, nas comunidades do Território dos Cocais, é oferecido o ensino fundamental completo. Já para o ensino médio, os estudantes precisam se deslocar diariamente para comunidades rurais vizinhas ou para a sede dos municípios. Na sede dos municípios buscam ainda realizar cursos de capacitação e com menor procura também se busca o ensino superior.

As relações estabelecidas com as comunidades rurais localizadas no entorno de cada comunidade estão em nível de território de referência. São conectadas ao caráter histórico e o território das memórias, presentes na simbologia das falas, especialmente das populações mais velhas, que acompanharam a temporalidade de formação e transformação do espaço.

Quanto ao território sagrado, é predominante a influência da Igreja Católica, herança cultural da colonização do Piauí. No período colonial, os proprietários das terras construam uma capela na qual se festejava um santo. Os festejos eram espaços de devoção e

lazer, que atraíam pessoas das comunidades adjacentes. O catolicismo e contribuiu com restrição espacial relacionado aos terreiros de candomblé e umbanda, sendo que apenas na Comunidade Carnaúba Amarela, município de Batalha, registraram-se manifestações da umbanda. Nestas comunidades, as congregações evangélicas vêm conquistando fieis, porém, ainda não conseguiram se estabelecer enquanto forma espacial no território.

Levando-se em conta o período técnico-científico informacional caracterizado por Santos (2000), é preciso evidenciar o território das redes sociais vivenciado nas comunidades. A presença dos celulares conectados à internet levou a dimensão do território virtual, via redes sociais, e uma nova dimensão de tempo e espaço do território. O acesso a meios de transporte, com destaque para as motocicletas, permitiu uma maior mobilidade espacial. O acesso a estes objetos técnicos possibilita aos moradores uma maior conectividade com outros lugares e com os fluxos de informação disponíveis na rede. Neste sentido, ocorre de fato uma multiterritorialidade, o que Haesbaert (2016, p. 347) chama de “glocalização contemporânea”, ou seja, um conjunto de situações locais que sofrem influência do global.

As 08 comunidades deste Território se assemelham na organização socioprodutiva e compartilham das mesmas dificuldades em relação a inserção no contexto do desenvolvimento rural brasileiro, podendo ser incluídas como “territórios deprimidos”⁷. Em um contraponto, Arturo Escobar (2015) critica a visão dominante de desenvolvimento centrado na globalização e na modernidade, excluindo os grupos sociais que não se inseriram neste projeto de reprodução do capital. Os conceitos de lugar, capital, natureza, desenvolvimento, identidade e rede se entrelaçam em uma complexa relação estabelecida no território.

Para as comunidades quilombolas do Território dos Cocais, concorda-se com Escobar (2015), que defendeu outra dimensão de desenvolvimento, a dimensão da vida, como reação à expansão do neoliberalismo, numa frenética valorização dos mercados e indivíduos. Deste modo, Escobar defendeu a valorização do lugar, em vez do domínio do espaço no contexto da globalização, que reproduz um eurocentrismo contemporâneo.

Ressalta-se que isto não implica classificar os lugares, as culturas locais e as formas diferenciadas de vida como povos “exóticos”, tradicionais e que não podem ser “tocados”. Para compreender as Comunidades Quilombolas do Território dos Cocais no

⁷ A expressão *territórios deprimidos* tem sua origem em documentos da União Europeia na classificação de seus territórios, em especial ao referir-se de políticas de desenvolvimento rural. Ortega (2008) define estes territórios no Brasil como aqueles constituídos por municípios com baixo nível e potencial de desenvolvimento, expressos nos baixos indicadores sociais em relação à média nacional (educação, saúde e mortalidade) e na sua capacidade institucional, avaliada pelo grau de participação local em sua gestão, e na sua capacidade financeira e gerencial.

contexto das neocomunidades (LIFSCHITZ, 2008), considerou-se a dimensão socioespacial e as temporalidades que caracterizam as multiterritorialidades, bem como a formação histórica do território usado como lócus de reprodução e vivência, com relações de poder especializadas, sustentadas na identidade dos que dele participam e mantendo vínculo de pertencimento com o lugar.

As pesquisas científicas têm aumentado a produção de informações sobre diversos aspectos das comunidades quilombolas. São poucas as pesquisas que trataram das comunidades do Território dos Cocais, onde se destaca a Comunidade Olho D'Água dos Negros (MOURA FÉ; ALCOBAÇA, 2014; FRANCO, 2005). Entretanto, a disponibilidade de fontes primárias sobre aspectos da história e do lugar destas comunidades é escasso devido aos poucos ou mesmo nenhum registro escrito. As informações são repassadas principalmente por meio da oralidade, transmitidas entre gerações. Reforça-se a necessidade de utilizar métodos e técnicas de pesquisas que não silenciem ou minimizem o discurso e a percepção dos sujeitos sobre o seu lugar e sua história.

As comunidades quilombolas do Território dos Cocais se formaram no contexto do campesinato, suas territorialidades se estendem por territórios cuja propriedade da terra não lhes pertencem. As lutas diárias pela sobrevivência e a frágil organização social são fatores que as excluem de espaços políticos importantes para conquistas dos seus direitos.

O termo comunidade aplicado nesta pesquisa trata-se do art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que considera remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias e no § 1º traz a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos e será atestada mediante autodefinição da própria comunidade, função reservada à Fundação Cultural Palmares (FCP), que tem a competência de emitir certidão às tais comunidades.

Entre os anos de 2004 a 2007, foram certificadas 08 comunidades pela Fundação Palmares neste território. Este processo converge para o pensamento de Carneiro (2008), considerando como uma (re) afirmação da identidade como território, que o denominou de requilombamento. Segundo Carneiro (2008), é o momento em que a comunidade tem esperança do preconceito e do racismo históricos darem lugar ao orgulho de ser remanescente de um quilombo e orgulho de pertencer ao lugar e a comunidade.

Em 2008, como resultados do convênio firmado entre o Emater/PI e o MDA, processo número 056/2007 – Meta 18, foi executado o Projeto “ATER no Quilombo” em

parceria com a CECOQ-PI. Foram construídos nestas comunidades Planos de Desenvolvimento Sustentável, aplicando a metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), conforme os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

O processo de construção do Diagnóstico Participativo possibilitou às comunidades quilombolas tornarem-se protagonistas no processo de identificação e discussão das suas potencialidades e dificuldades para o desenvolvimento socioprodutivo em seus respectivos territórios. Os Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável permitiram uma análise das relações dos fatores internos e externos que influenciavam a governabilidade da comunidade.

No município de Batalha, as comunidades quilombolas Estreito, Lagoa da Serra, Carnaúba Amarela e Mangas, de acordo com os Planos de Desenvolvimento Sustentável (EMATER/MDA, 2008), tinham suas economias pautadas principalmente na agricultura de subsistência e na criação de animais. A pouca disponibilidade das terras tornava a produção de alimentos insuficiente para atender à demanda das famílias residentes na comunidade. Outro obstáculo é o acesso às linhas de crédito rural, em função de não terem suas terras tituladas, ficando a produção agrícola subordinada ao pagamento de renda para o atual proprietário das terras.

A comunidade Estreito recebeu este nome pelo fato de a comunidade se localizar entre morros e por onde passava o Riacho Estreito. Fundada por volta de 1815, esta foi a data da chegada dos primeiros moradores negros, que foram para trabalhar para o fazendeiro Clarindo Quaresma, neste período a localidade era marcada pela vegetação nativa, fixando sua primeira moradia em baixo de uma árvore. Nesta comunidade os moradores contam histórias sobre o trabalho escravo, dentre elas, o trabalho dos negros na construção da casa grande na fazenda conhecida pelo nome de Brejo, além de transportarem os brancos em redes que, se balançassem demasiadamente, acarretaria em castigos para os negros.

A terra geralmente usada por cada família para fazer seu plantio varia de 1,0 a 1,5 hectares. A posse da terra constitui um dos principais problemas e sua relação com o proprietário é por meio de arrendamento. A cada cinco porções colhidas na terra uma é destinada ao proprietário, reafirmando a produção agrícola atrelada ao pagamento de rendas.

A comunidade Carnaúba Amarela foi fundada por famílias negras por volta do ano de 1910, período em que os negros trabalhavam nos campos agrícolas e de criação de gado das fazendas pertencentes às famílias abastadas da região. Apesar de não existir o registro de negros presos e açoitados por senhores fazendeiros, os moradores mais antigos

relataram a existência de maus tratos relacionados à ampla jornada de trabalho não remunerado. As terras herdadas dos antigos moradores que fundaram a comunidade ainda não possuem documento de título comprovando a posse. As terras da Comunidade Carnaúba Amarela são de uso coletivo e estão em nome da Associação da Comunidade (EMATER, MDA, 2008).

A comunidade Lagoa da Serra tem sua história de formação territorial ligada a um passado de trabalho escravista. A economia local é sustentada pela agricultura de subsistência com o cultivo do milho, feijão, mandioca e o arroz. O extrativismo do babaçu e da carnaúba destaca-se nas terras e nos arredores da comunidade. Ressalta-se a gradativa redução do extrativismo do babaçu nesta comunidade, em função do cercamento das áreas de babaçuais pelos atuais proprietários das terras, dificultando o trabalho de coleta pelas mulheres quebradeiras de coco. Há maior ocorrência de carnaubais tanto na comunidade quanto nos seus arredores. Entretanto, são áreas pertencentes a grandes proprietários e ocupam grande parte da mão de obra masculina da comunidade no processo extrativo.

No município de Campo Largo do Piauí estão as comunidades quilombolas Vila São João da Boa Esperança, Vila Carolina, Vila São Bernardo e Vila São Francisco, das quais apenas a primeira possui certificação quilombola emitida pela Fundação Palmares. A comunidade quilombola Vila Carolina, situada em uma área de assentamento, a exemplo das demais comunidades, tem a agricultura de subsistência e a criação de animais como atividades econômicas predominantes.

A Vila São Francisco localiza-se a aproximadamente 4 km da sede do município de Campo Largo. Ainda assim o acesso se dá por meio de estrada carroçal em más condições de conservação. Esta comunidade ainda não possui certificação da Fundação Palmares e está em uma área de assentamento do INCRA. A economia local é pautada na produção agrícola de subsistência com o aproveitamento da mão de obra familiar, destacando-se um potencial para a produção de arroz, milho, feijão e mandioca, bem como atividade pesqueira.

A Comunidade quilombola Vila São Bernardo também tem a agricultura familiar como principal atividade econômica, com a produção de arroz, milho, feijão e mandioca. Entretanto, enfrenta problemas relacionados ao processo de regularização fundiária e terras insuficientes para aumentar a produção agrícola, além de dificuldades relacionadas ao escoamento da produção devido às péssimas condições de acesso ao lugar.

A Comunidade Rural Quilombola Vila São João da Boa Esperança, Campo Largo (PI), possui uma conflituosa questão fundiária motivada pelo reconhecimento de territorialidades quilombolas pela população residente e ao mesmo tempo a inexistência da

titulação das terras por eles reconhecidas como parte da sua construção territorial. Nesta comunidade, o tamanho dos roçados e a expansão das áreas de cultivos permanentes são condicionados às regras dos proprietários, prejudicando a organização do espaço produtivo da comunidade. Na perspectiva de adquirirem a posse das terras, as famílias organizaram-se politicamente no ano de 2002, e como forma de resistência, resolveram não pagar renda ao proprietário da terra. Neste conflito, o INCRA realizou o Relatório de Identificação e Delimitação, porém, o processo de titulação das terras ainda não se concretizou.

No município de Esperantina encontram-se as Comunidades Curralinhas, Vereda dos Anacleto e Olho D'Água dos Negros. Na comunidade Curralinha, a população tem como principais atividades econômicas basicamente a agricultura de subsistência, cultivando como principais culturas o arroz, feijão, milho e mandioca. Apenas algumas famílias possuem a posse da terra por herança e a grande maioria das famílias trabalha até os dias atuais no sistema de arrendamento.

A Comunidade Vereda dos Anacleto recebeu este nome por se tratar de uma área de difícil acesso e que foi utilizada no passado como refúgio para os negros fugitivos dos capitães do mato. Apesar da compra, as terras são insuficientes para a produção agrícola e seu espaço produtivo é caracterizado pelo arrendamento, deixando os arrendatários submissos às normas estabelecidas pelos proprietários das terras. A Comunidade Olho D'Água dos Negros, dentre as onze comunidades do Território Cocais, é a de maior mobilização social e articulação política e já conseguiu a titulação das terras, que são de uso coletivo.

O Projeto Piauí: pilares de crescimento e inclusão social, resultante do acordo de empréstimo com o Banco Mundial e o governo do Estado do Piauí em 2017, tem, entre outros objetivos, a superação dos obstáculos criados pela adoção da titularidade individual da terra pelos potenciais beneficiários como critério de elegibilidade. A Portaria nº 1.943, de 7 de dezembro de 2018, reconheceu 100 (cem) famílias da Comunidade Olho D'Água dos negros para fins de acesso às políticas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

O conceito de multiterritorialidade é configurado como a vivência concomitante em diversos territórios. Estes multiterritórios e sua multidimensionalidade se sobrepõem. Saquet (2015, p. 81) caracteriza-os pelo “controle e domínio, pela apropriação e pela referência, pela circulação e pela comunicação”, sendo assim relações sociais de poder, com suas materialidades e imaterialidades historicamente construídas. Concorde-se que esta abordagem seja apropriada para aplicação do conceito de território nas comunidades quilombolas do Território Cocais (PI).

Levando-se em conta a questão da terra e a identidade dos quilombolas com o lugar, observou-se que existe um conflito de uso e de propriedade, uma vez que estas comunidades, ao trabalharem nas propriedades que historicamente estão ligadas a suas territorialidades, fazem uso de uma terra que não podem por eles serem de fato apropriadas. Nas comunidades quilombolas, os proprietários das terras arrendadas pelos trabalhadores também estão inseridos em relações de poder, mas se interessam pelo valor da terra como renda e/ou patrimônio. Estas relações de poder são influenciadas e/ou mediadas por Instituições, pelo Estado, pelas Associações de Produtores Rurais e por grupos que se formam no interior de cada comunidade.

No Território dos Cocais (PI), o lugar de referência caracteriza as comunidades que lá vivem, no respeito às formas de convívio e usufruto da terra. Moura Fé e Alcobaça (2015) analisaram a organização espacial e a sociobiodiversidade na comunidade quilombola Olho D'Água dos Negros, localizada do município de Esperantina- PI, constando que a toponímia resgata o sentimento de pertencimento com o lugar, assim como acontece na Comunidade Vereda dos Anacleto, localizada no mesmo município, enquanto na comunidade Currálinhos é mais forte a relação da identidade negra e que historicamente se viu discriminada por questões raciais. Estas comunidades são amostras da heterogeneidade de grupos que se aquilombaram a partir do autorreconhecimento.

No Território Cocais (PI), o fortalecimento da mobilização coletiva das comunidades quilombolas resultou em muitos avanços relacionados às políticas públicas inclusivas de geração de renda e acesso a terra. A organização do espaço produtivo nas comunidades quilombolas do Território Cocais é semelhante sobretudo em relação ao acesso às terras e dinâmica econômica, resultando em dificuldades para que sejam contempladas com linhas de créditos que possam auxiliar a produção agrícola. A permanência do arrendamento para atividade agrícola representa uma barreira para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades quilombolas rurais neste Território.

5 COMUNIDADE VEREDA DOS ANACLETOS: MICROTERRITORIALIDADES E SOCIOBIODIVERSIDADE

A comunidade Vereda dos Anacletos está localizada no município de Esperantina – PI, uma comunidade quilombola do Território dos Cocais, cujas famílias mantêm laços de territorialidades e geograficidade histórica com um lugar marcado pela injusta política fundiária de concentração de terra no Brasil. Tratou-se do território, incluindo a memória histórica, as expressões culturais e relações de poder que desenham na dimensão material e imaterial. Abordou-se da relação entre o geoambiente e a organização socioprodutiva e suas formas próprias de apropriação do espaço por meio da sociobiodiversidade. Considerou-se a importância da dimensão do lugar, no qual os moradores se territorializam, com sentimento de pertencimento e onde suas vivências são especializadas e a territorialidade se constrói.

No Território da Comunidade Vereda dos Anacletos construiu-se uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2008) a partir de relações socioprodutivas territorializadas por pequenos grupos em diferentes áreas, como resultado de uma interação territorial historicamente marcada pelo sentimento de pertencimento e identidade socioespacial. O uso comum da terra, as relações de parentesco e ascendência histórica ligada às relações de trabalho marcadas pela exploração e o sentimento de pertença caracterizam Vereda dos Anacletos como uma comunidade quilombola.

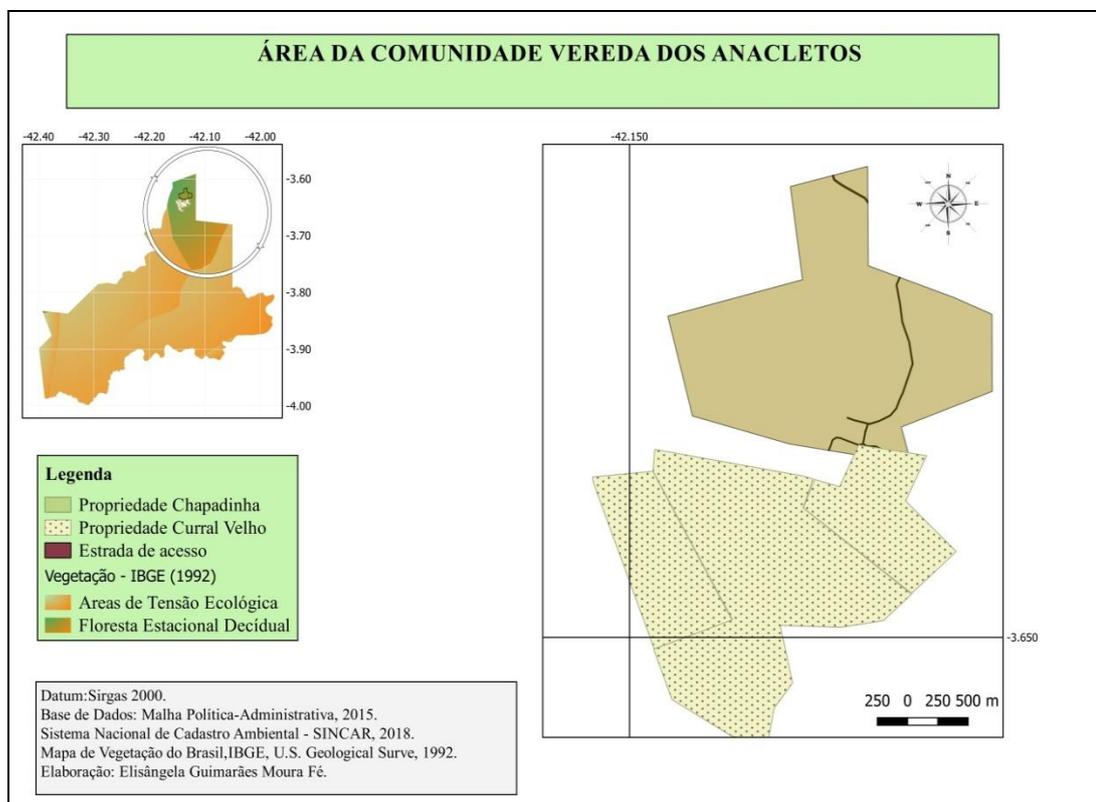
5.1 A história e o território: narrativas da Comunidade Vereda dos Anacletos

Fundamentado no § 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Utilizou-se o termo território nesta pesquisa pautado nas concepções de FERNANDES (2015) HEIDRICH (2015), HAESBAERT (2004; 2007); HOLZER (2013); SACK (1986) SAQUET (2014, 2015); SANTOS (1999; 2002; 2005;).

Neste contexto, o território é considerado como o substrato das relações de poder, espacializadas histórico e socialmente em um espaço de ocupação, uso e vivência, materializado por elementos materiais e simbólicos. A tipologia do nome da Comunidade Vereda dos Anacletos existe enquanto simbologia da história de seu povo e a territorialidade histórica construída com o lugar. Conforme o mapa do Território da Comunidade Vereda dos Anacletos (figura 19), as terras que formam o substrato do território desta comunidade são

divididas em duas propriedades: Chapadinha, com 343 hectares e Curral Velho, com 408 hectares (CAR, 2006).

Figura 19: Mapa do Território da Comunidade Vereda dos Anacleto / Esperantina (PI)



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018.

A Lei de Terras de 1850 sacramentou a concentração histórica de terras no Brasil, dificultando o acesso a terra a todos que não tinham condições de obtê-la por meio de compra. Esta situação marcou as relações de trabalho de um grande contingente de trabalhadores, em especial negros, que continuaram a trabalhar em espaços cedidos pelos proprietários em suas fazendas, em troca de parte de sua produção. Esta forma de trabalho até hoje se perpetua no meio rural brasileiro e, conforme Fiabane (2012, p. 364), “os camponeses negros brasileiros, que não são proprietários de terras que ocupam, são praticamente “invisíveis”, sendo apenas “descobertos” por ocasião dos conflitos fundiários”. Esta é a realidade dos trabalhadores rurais da Comunidade Vereda dos Anacleto.

Neste quadro, Acselrad (2012) destacou que nos anos de 1970 o regime autoritário deu facilidades e incentivos para que grande grupo empresarial se apropriasse de terras e que os atos de grilagem fossem formalmente reconhecidos (pelo chamado “assalto cartorial”). Esta situação se manifestou nas terras da comunidade Vereda dos Anacleto, cuja organização espacial contemporânea guarda marcas temporais do processo histórico de

formação do município de Esperantina, bem como da formação territorial do Estado do Piauí, marcada pela concentração de terra e a pecuária extensiva.

A narrativa dos moradores R. S (50 anos) e A. C. S (51 anos) mostram o “assalto cartorial” evidenciado por Acselrad (2012).

Em Esperantina, no início do século XX, os “homens de bens”, como eram chamados os fazendeiros criadores de gado, buscaram ampliar as áreas das fazendas em função do crescimento do plantel, ocuparam, com o consentimento político e jurídico local, as chamadas “terras soltas” - denominação histórica local, dada para as áreas que ainda não haviam sido demarcadas por proprietários particulares – e, conseguiram se apropriar das terras da comunidade Vereda dos Anacleto. (Fonte: pesquisa direta, 2018).

Estas terras foram registradas com os nomes Chapadinha e Curral Velho (Figura 19) e não consta nenhuma propriedade registrada com o nome de Vereda dos Anacleto. Entretanto, a identidade territorial historicamente pelos moradores construída é representada simbolicamente no nome do lugar. As narrativas do Sr. A. R. de S. (51 anos) revelaram que os Anacleto foram os primeiros negros a estabelecer moradia nesta área.

Conforme histórico da Comunidade registrado no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável da Comunidade Vereda dos Anacleto (EMATER/MDA, 2008, p.24), “[...] o nome Vereda dos Anacleto – família de negros que residiam na área, considerada *terra solta*, ou seja, terra sem dono.” Os Anacleto detentores de conhecimentos do lugar conheciam as veredas, nome dado aos caminhos pedregosos e íngremes de difícil acesso para quem desconhecia o lugar. Nas fazendas de criação de gado, situadas nas adjacências, utilizavam-se mão de obra de trabalhadores negros em condições de escravidão. Estes trabalhadores muitas vezes não suportavam os castigos a que eram submetidos e fugiam, encontrando refúgio nas veredas

Os descendentes dos Anacleto, apesar de continuarem vivendo no mesmo lugar, foram, porém, gradativamente perdendo a posse da terra e passaram a morar e trabalhar nas propriedades que outrora foram ocupadas por seus antepassados. O lugar continuou a ter valor de uso e vivência. As narrativas dos moradores reproduziram histórias que ouviram dos mais velhos, que relatavam os maus tratos e castigos a que eram submetidos por não conseguirem cumprir as regras do patrão, ou seja, o dono da terra.

O morador A. S (51 anos) relatou que ouvia na infância as pessoas mais velhas da comunidade não acreditarem na possibilidade de haver a regularização de terra para os moradores de Vereda dos Anacleto.

Desde menino ouvi meu pai e meu avó dizer que essa história de distribuição de terra nunca ia acontecer. Era melhor a gente trabalhar se quisesse ter terras. Ele mesmo era trabalhava nas terras que foram da bisavó. (Fonte: pesquisa direta, 2018)

A dependência do trabalho nas chamadas terras “alheias”, denominação local, nas quais trabalhavam de 3 a 4 dias para o patrão, apenas para ter o direito de morar e trabalhar nestas propriedades, manteve a situação de pobreza e as dificuldades de sobrevivência para os moradores. Para fortalecer a organização socioprodutiva da comunidade no ano de 1997, os moradores fundaram a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Vereda dos Anacleto. Esta Associação possibilitou um maior envolvimento político e visibilidade dos moradores na contínua trajetória da conquista da terra.

No ano de 2002, a Associação de Produtores Rurais representou os moradores da Comunidade em uma ação judicial reivindicando a propriedade da terra. Nesta ocasião, aconteceram conflitos e alguns moradores enfrentaram ameaças de despejo pelos proprietários da terra. Com apoio da Igreja Católica, por meio da Pastoral da Terra, com sede na Diocese do município de Parnaíba (PI), e outras entidades representativas da sociedade civil, a Associação conseguiu o financiamento de \$6.600, 00 (seis mil e seiscentos dólares) por meio do “Projeto Mandacaru”, proveniente de uma Organização Não-Governamental da Alemanha, destinado à compra de 343 hectares da propriedade Chapadinha. Apesar da união de todos os moradores da Comunidade Vereda dos Anacleto para conquista da terra, os residentes na propriedade Curral Velho continuaram sem o acesso a terra, uma vez que só foram adquiridas as terras da propriedade Chapadinha. A aquisição ocorreu por meio da Associação e apenas quinze famílias residentes foram beneficiadas.

Após a aquisição da propriedade Chapadinha pela Associação dos Produtores Rurais de Vereda dos Anacleto, nome que consta no documento registrado em cartório, segundo as informações disponíveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR), Registro: PI-2203701-CFE2.311B.4B81.4F22.ACA8.08C6.8561.1091 de 25 de abril de 2006, as terras passaram a ser coletivas. Entretanto quatro moradores alegaram a falta de condições de continuar pagando o financiamento e a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade decidiu lotear a terra com treze famílias, de acordo com o valor pago por cada morador.

Para aquelas famílias que não puderam arcar com os custos, a Associação cedeu 02 hectares de terra para que pudessem estabelecer moradia. Se por um lado a decisão de loteamento revelou o receio de perder as terras e voltarem à situação anterior, por outro evidenciou a frágil organização social da Associação de Produtores Rurais, que não conseguiu articular estratégias de custear as parcelas da aquisição da propriedade de forma a não

comprometer a renda das famílias. Esta situação gerou conflitos internos entre os moradores adimplentes e os inadimplentes, fato que comprometeu mais ainda o fortalecimento da identidade territorial e a gestão do território. Apesar da aquisição das terras da propriedade Chapadinha, estas terras são insuficientes para desenvolvimento das atividades agrícolas e não abrangem o território completo da Comunidade. Os trabalhadores continuaram recorrendo ao arrendamento para o trabalho agrícola.

Quanto à propriedade Curral Velho, esta ainda não foi adquirida pela Comunidade Vereda dos Anacleto, e os moradores vivem em terras cedidas pelos proprietários. Apesar de os atuais proprietários estarem dispostos a vendê-las, os mesmos não concordaram com forma de regularização fundiária proposta pelo governo federal por meio do INCRA, devido ao tempo de vinte anos para concluir o pagamento da terra.

Diante desta questão fundiária, o território da comunidade ficou dividido em duas áreas descontínuas, os baixões (Chapadinha) e as terras altas (Curral Velho), e entre elas existe a presença de carnaubais cercados pertencentes a proprietários particulares (fotografia 20).

Figura 20: Mosaico de fotografia da área da Comunidade Vereda dos Anacleto (a) Propriedade Curral Velho; (b) Propriedades Particulares- quintas de carnaubais; (c) Propriedade Chapadinha



Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2018.

A Comunidade Vereda dos Anacleto foi certificada pela Fundação Palmares como comunidade quilombola, processo nº 01420.001186/2005-59 de 03 de 06 de 2005, sob a organização e mobilização dos Movimentos Sociais e da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas no Piauí. Após a certificação, buscam a regularização fundiária e o direito de (re)conquista do seu território de pertencimento por meio do processo de regularização nº 54380.000975/2005 -52 aberto no INCRA, reivindicando uma área de 1.100 hectares

Após a certificação de comunidade quilombola obtida junto à Fundação Palmares em 2006, os proprietários das terras vizinhas, cujos espaços são chamados localmente de

“quintas de carnaubais” (fotografia 20), ficaram receosos de perder suas terras. Segundo o Sr. L.R. (61 anos), presidente da Associação de Produtores Rurais, os moradores sentiram medo de serem despejados. Como consequência, os proprietários passaram a cercar e delimitar os limites de uso da comunidade, consolidando-se no território as fronteiras de acesso e uso da terra.

A certificação quilombola da Comunidade Veredas dos Anacleto foi importante para reelaboração da memória com base nos laços de pertencimento e identidade territorial com o lugar. Segundo Carneiro (2008), é o momento em que a comunidade tem esperança do preconceito e do racismo históricos darem lugar ao orgulho de ser remanescente de um quilombo e orgulho de pertencer ao lugar e a comunidade. Entretanto, esta comunidade em meio ao processo de expropriação do seu território não exalta o título de comunidade quilombola como um retorno às raízes dos seus ancestrais. Eles veem na certificação a necessidade da conquista da terra e garantia para seus descendentes.

Somente no ano de 2019, a Política de Destinação de Terras Públicas do Estado do Piauí, instituída pela Lei Estadual nº 6.709/2015, determinou a destinação das terras públicas estaduais compatibilizada com o Plano Nacional de Reforma Agrária e com a política agrícola, regida pela Constituição Federal e Constituição Estadual. Obedecendo ao art. 2º da Lei Estadual nº 5.595, de 2006, determinou no Art. 1º a instauração de processo de regularização fundiária da Comunidade Quilombola Vereda dos Anacleto, cabendo ao INTERPI identificar, demarcar e arrecadar as terras públicas onde está localizada a Comunidade Quilombola Vereda dos Anacleto, iniciando, se necessário, processo discriminatório de terras devolutas. Esta resolução traz uma esperança de (re)conquista das terras que fazem parte do território, antes não sonhada pelos moradores que vivenciaram o processo de expropriação de suas terras.

As relações de parentesco dos “*nascidos e criados*” na comunidade são marcadas pelos descendentes dos Anacleto que formaram a comunidade. Outros moradores são originários de comunidades rurais próximas que se uniram com membros da comunidade Vereda dos Anacleto e aumentaram o número de famílias residentes. Apenas os moradores mais antigos da comunidade carregavam o sobrenome Anacleto, sendo que o tronco familiar principal assina como “Rodrigues de Sousa”. Este fato foi explicado por L. R. S (58 anos), que relatou que seus bisavôs, por sofrerem racismo, não registraram seus filhos como Anacleto. A negação do sobrenome foi acompanhada do silenciamento da história de formação da comunidade e muitas informações não foram registradas e tampouco repassadas para as novas gerações.

Esta situação evidencia que os descendentes dos Anacleto não queriam reproduzir para seus filhos a situação de exclusão social a que foram submetidos, conforme se afirmou nas palavras de M. S. S: “*as pessoas de “cor” enfrentam mais dificuldades*”. Dos vinte e um formulários aplicados nesta pesquisa, 12 foram respondidos por homens e 09 por mulheres. Apenas 03 homens e 02 mulheres identificaram-se com negros, os demais optaram por declararam-se pardos, adjetivando-se como morenos. Esta situação comprova a história de desigualdade racial e o racismo estrutural enfrentado pelos negros no Brasil e, em consequência, há um silenciamento social de identidade negra.

A religiosidade é manifestada no catolicismo. Não há presença de igrejas evangélicas e de práticas religiosas de matriz africana. Na pequena capela (figura 21) construída em terreno íngreme pelos próprios moradores na propriedade Curral Velho, o único lugar disponibilizado pelo proprietário, as famílias festejam no mês de julho os padroeiros Santa Ana e São Joaquim. A escolha destes santos foi em memória do mais antigo casal de negros da comunidade - Ana e Joaquim - considerados como as raízes dos Anacleto nestas terras. A construção da capela foi com recursos obtidos com produção de mel na comunidade e ajuda da Igreja Católica de Esperantina. Além da religiosidade, na capela são sediadas as reuniões da Associação dos Produtores Rurais de Vereda dos Anacleto.

A formação territorial da Comunidade Vereda dos Anacleto evidenciou a participação paradoxal da Igreja Católica em dois momentos da história. O primeiro momento ligado à formação inicial do território, com a chegada dos Anacleto e o trabalho em situação de escravidão vivenciados nas fazendas. Neste período como forma de capturar os trabalhadores fugitivos, os chamados “capitães do mato”, homens responsáveis pela organização das festas na localidade aproveitavam-se dos momentos de religiosidade e lazer para capturar os negros que fugiam das fazendas (EMATER/ MDA, 2008). No segundo momento, a igreja católica fortaleceu os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária no Piauí e, por meio da Pastoral da Terra, apoiou a Comunidade Vereda dos Anacleto na conquista da área da propriedade Chapadinha. Nas relações de poder estabelecidas na comunidade Vereda dos Anacleto, é relevante a influência da Igreja Católica na identidade territorial do lugar (figura21).

Figura 21: Fotografias dos elementos de religiosidade da Comunidade Vereda dos Anacleto-
(A) Capela (B) pequeno altar simbolizando a devoção pelos santos católicos



Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2018.

Assim como a religiosidade, as festividades assimilaram herança da colonização. As principais festividades locais são relacionadas ao calendário da Igreja Católica nas celebrações marianas e natalinas. A cultura local é representada pelas manifestações folclóricas típicas da cultura piauiense, como a dança do Boi Bumbá. Esta manifestação cultural representa a história de povoamento do Piauí por meio de fazendas de gados.

5.2 Comunidade Vereda dos Anacleto: organização socioespacial e a dimensão do território-lugar

O acesso à comunidade se dá por estradas em más condições de circulação e, no período chuvoso, é difícil o tráfego de carros de pequeno porte. A população desloca-se no interior da comunidade e adjacências por meio de motocicletas, bicicletas, a pé ou sobre um animal. Contam com eletrificação rural, porém a cobertura para comunicação via telefonia ainda é deficitária, restrita apenas pela telefonia rural.

A área de uso das terras pelas famílias da comunidade é relativamente pequena (tabela 10), restrita ao espaço de moradia e da roça. Estes espaços tendem a reduzir à medida que os jovens formam famílias e estabelecem moradia nas terras ocupadas pelos pais.

Tabela 10: Tamanho das áreas de uso das famílias da Comunidade Vereda dos Anacleto

Hectares	Famílias Pesquisadas
Até 10 há	15
11 a 24 há	04
25 a 64 há	-
64 a 97 há	-
Não Informaram	03
TOTAL	22

Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento sustentável da Comunidade Vereda dos Anacleto – EMATER/MDA, 2008 e atualizado em 2018 por meio de pesquisa de campo.

Quanto às residências, esta comunidade não foi contemplada pelo Programa Minha Casa Minha Vida. As residências situadas no chamado baixões, localizado na propriedade Chapadinha, foram construídas com tijolo e telhas pelos moradores com recursos próprios. Já as casas da propriedade Curral Velho foram construídas em locais cedidos pelos proprietários, sendo as paredes de adobe e taipo, teto de telha e palha e o piso cimentado ou terra batida. As residências não contam com banheiro e fossa séptica e o destino do lixo domiciliar em 70% das residências é queimado e nas demais é enterrado. 20% das residências afirmaram também depositar o lixo no quintal.

A Comunidade Vereda dos Anacleto acessou o Programa Luz para Todos, do governo federal, e conquistou a eletrificação. Os moradores contam com um desconto na tarifa social de energia voltado para comunidades quilombolas, por força da Lei nº 12.212/10, regulamentada pelo Decreto nº 7.583 do mesmo ano, que estabelece a inscrição da família no Cadastro Único para Programas Sociais, desde que possuam uma renda familiar de até meio salário mínimo.

Com base nos formulários aplicados, no quesito situação do domicílio, identificou-se que, quanto à infraestrutura de acesso às águas, onze domicílios dispõem de água encanada e os demais utilizam poço tubular e poço cacimbão. A comunidade dispõe de cinco poços tubulares, mas ainda se encontram sem funcionamento. Para diminuir os problemas de água no período mais seco do ano, a comunidade recebeu cisternas (figura 22) para consumo doméstico por meio do “Programa Água para Todos” no semiárido – Programa

Brasil sem Miséria do Governo Federal (Fotografia 4). Para tratar a água para o consumo, os moradores usam filtragem e/ou a coam.

Figura 22: Fotografia de cisterna na Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2018.

A baixa escolaridade é marcante entre os moradores da comunidade. De acordo com os formulários aplicados, 52% da população adulta da comunidade não é alfabetizada e os demais não concluíram o ensino fundamental. Na comunidade verificou-se um grau de escolaridade maior entre os homens. A baixa escolaridade incomoda os moradores da comunidade. Muitos sentiram-se envergonhados de manifestar suas falas e participar de discussões junto a pesquisadores durante as oficinas de mapeamento participativo.

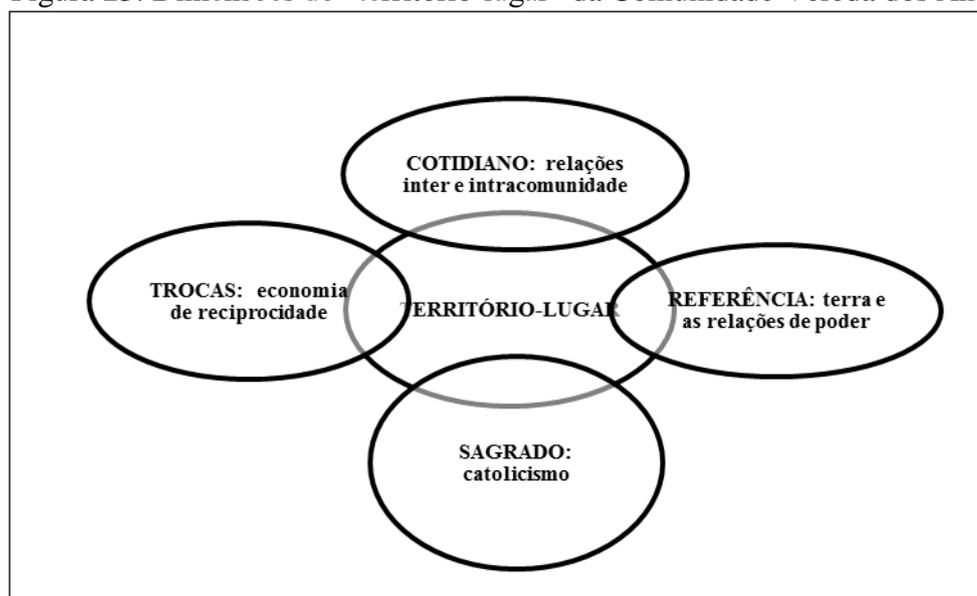
Após a aquisição da propriedade Chapadinha, a Associação reivindicou a construção da escola na comunidade, que atende o ensino fundamental menor. Os estudantes de ensino fundamental maior e ensino médio precisam deslocar-se para as comunidades vizinhas por meio do transporte escolar. Considera-se aqui a escola como forma espacial de poder simbólicos no território da comunidade. Apesar de relevante, a escola não insere as questões relacionadas ao território quilombola e a identidade do lugar na construção do conhecimento.

A principal ocupação da população masculina adulta é a agricultura e o extrativismo vegetal da carnaúba. Do total de formulários aplicados, 50% dos homens afirmaram trabalhar também no extrativismo da carnaúba. Em relação às mulheres, 100% declaram-se agricultoras e 20% identificaram-se também como artesãs e extrativistas. Apesar das limitações enfrentadas quanto ao acesso a terra e condições de produção, o reconhecimento enquanto agricultor ou agricultora, no momento da aplicação dos formulários, pode estar relacionada com o benefício da previdência social, que garante a aposentadoria para o agricultor/agricultora rural.

Cerca de 80% dos homens dedicam de 5 a 6 dias da semana nas atividades agrícolas, enquanto 50% das mulheres seguem esta jornada de trabalho. Esta diferença entre homens e mulheres nos dias dedicados à agricultura se explica pelo acúmulo de tarefas domésticas realizadas pelas mulheres. Não há na comunidade comércio de variedades e alimentos, alguns moradores comercializam combustível em suas residências para abastecer as motocicletas.

As famílias não dispõem de capital para empreender, mesmo que seja em pequenos comércios de gêneros alimentícios. Desta forma, deslocam-se para a sede do município de Esperantina para comprarem o necessário para subsistência. Destaca-se nesta comunidade uma economia de reciprocidade analisada por Saborin (2011) baseada no tripé: dar, receber e retribuir. Esta relação é baseada em laço social com base nas relações de parentesco, estendida ao princípio de hospitalidade que dá identidade simbólica imaterial ao lugar. A economia de reciprocidade é vivenciada no território do cotidiano, quando as famílias colhem e matam um animal para consumo e mantém o hábito de dividir com a vizinhança. A mesma situação se aplica em situações de enfermidade e luto, sendo comum uma preocupação coletiva com o outro.

Figura 23: Dimensões do “território-lugar” da Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: Elaborado pela autora conforme Saquet (2014); Raffestin (2015).

As comunidades quilombolas são marcadas por processos de discriminação e exclusão que imprimem em seu território um quadro socioeconômico de baixo desenvolvimento. A principal fonte de renda na comunidade Vereda dos Anacleto é proveniente do Programa Bolsa Família, que atende 90% das famílias. Em 40% das

residências também há proventos de aposentados. Entretanto, em 70% das residências a renda é de até meio salário mínimo e apenas 30% das famílias afirmaram contar com mais de um salário mínimo.

Neste quadro, reafirma-se a inclusão das comunidades quilombolas nos programas e políticas socioprodutivas inclusivas em prol de um etnodesenvolvimento que lhes assegure reproduzir o modo de vida que lhes é particular. Esta comunidade, bem como as outras 08 situadas no Território dos Cocais, foi historicamente invisível nas políticas de desenvolvimento territorial rural do país. Defende-se aqui que o desenvolvimento não pode ser pensado para esta comunidade na lógica mercantilista de produtivista do capital. A forma de vida nesta comunidade é acompanhada de um tempo e ritmo de fazer, tanto no espaço produtivo quanto no espaço cotidiano, que lhe é próprio.

5.3 Caracterização geoambiental da Comunidade Vereda dos Anacleto

A Comunidade Vereda dos Anacleto está inserida no município de Esperantina, cujas formas de relevo apresentam-se em baixas chapadas. Nestas feições geomorfológicas, as antigas formas de mesas evoluíram para colina, num processo de arredondamento nas vertentes, surgindo daí uma vegetação mais úmida, denominada Floresta Estacional Decidual (fotografia 24), refletindo especialmente o babaçu, caracterizada por uma florística própria dos climas semiáridos, com chuvas intermitentes torrenciais e seguidas por um longo período seco no qual as espécies perdem parcialmente as folhas (IBGE, 2012; CEPRO, 1996).

Figura 24: Feições da Floresta Estacional Decidual e palmeira de carnaúba na Comunidade Vereda dos Anacleto



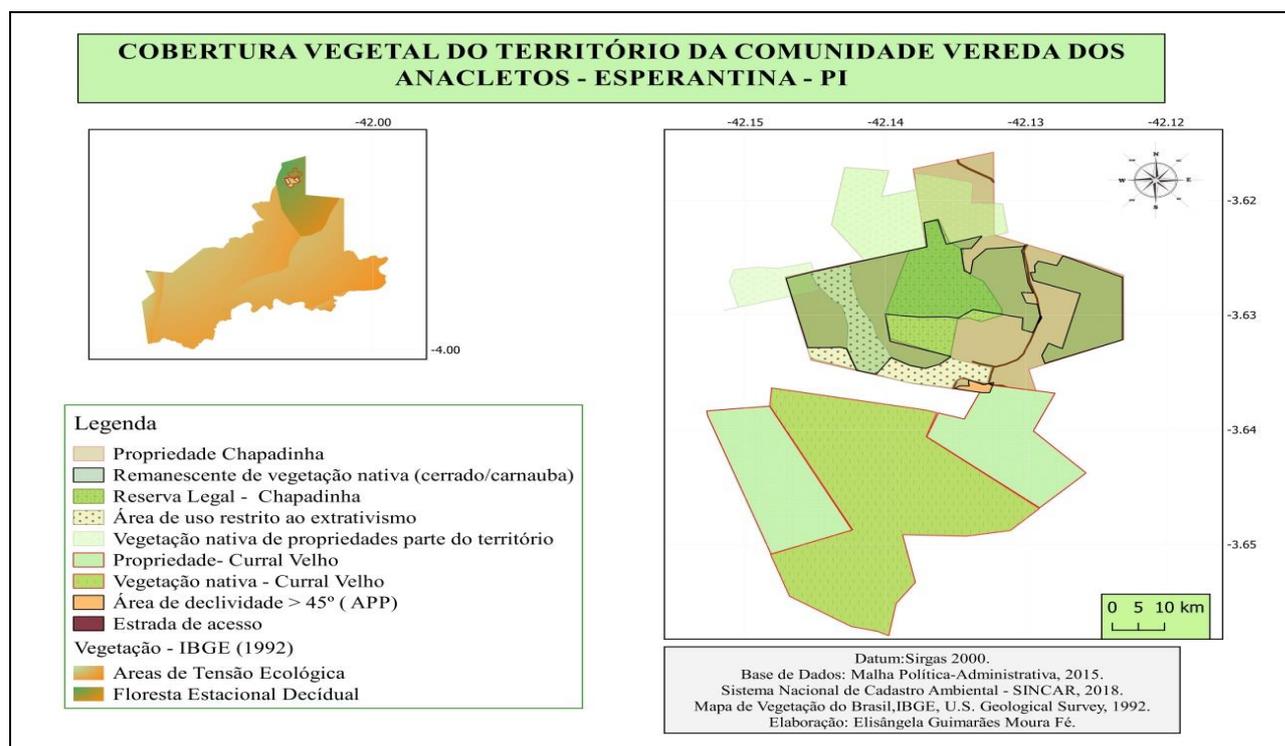
Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2018.

A paisagem vegetal de Vereda dos Anacleto é marcada por carnaubais (*Copernicia prunifera*), componente da sociobiodiversidade e Produto Florestal Não-

Madeireiro (PFNM). Configura-se o mais importante produto de extração vegetal com o qual os moradores estabelecem relações de trabalho. As espécies vegetais da caatinga e do cerrado estão presentes em meio aos carnaubais, destacando-se, de acordo com lista livre citada pelos agricultores locais, o mandacaru (*Cereus jamacaru*), a babosa (*Aloe vera*), o murici (*Byrsonima crassifolia*), o pau d'arco (*Handroanthus serratifolius*), a unha de gato (*Uncaria tomentosa*), o mororó (*Bauhinia forficata*), o croata (*Neoglasiovia variegata*), o jucá (*Caesalpinia férrea*), o jatobá (*Hymenaea courbaril*) e a quina (Cinchona), dentre outras espécies. A diversidade de espécies conhecidas e utilizadas pelos moradores como plantas curativas e/ou outros usos domésticos denotam o grande conhecimento dos moradores do geoambiente. Não foi objetivo desta pesquisa identificar as formas de manejo e uso das espécies vegetais, porém, foi possível relacionar a distribuição da paisagem vegetal e as possibilidades de uso e conservação da paisagem.

O mapa da cobertura vegetal do território da Comunidade Vereda dos Anacleto (figura 25) representa a reserva legal da propriedade Chapadinha. Abrange 64, 8 hectares e a área de remanescentes da vegetação nativa concentra-se em 187,50 hectares da propriedade. Na reserva legal, encontram-se carnaubais e espécies do cerrado e da caatinga nas quais a população pratica o extrativismo de coleta.

Figura 25: Mapa da Espacialização do zoneamento da vegetação nativa do Território da Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018, com base nas informações dos CAR (2006) das propriedades Chapadinha e Curral Velho.

As narrativas dos agricultores da comunidade relatam que a palmeira do tucum (*Bactris setosa* Mart) já foi bastante abundante no território. Os moradores a utilizavam para extrair óleo, consumir *in natura*, fazer artefatos de uso doméstico e vendiam o fruto no comércio do município. Esta palmeira foi gradativamente suprimida para liberar espaço para a criação de gado. Os agricultores relacionaram o surgimento da espécie “unha de gato (*Uncaria tomentosa*)” como uma sucessão de espécies vegetais de potencial madeireiro que foram extraídas pelos proprietários.

Segundo o Novo Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012), as áreas de inclinação entre 25° e 45° são consideradas de uso restrito. Nestas áreas são permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício das atividades socioprodutivas, desde que haja a conservação do solo e da água, sendo vedadas novas supressões de vegetação nativa, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.

Neste contexto, os moradores da comunidade fazem uso de 44,69 hectares da propriedade Chapadinha para desenvolver apicultura em pequena escala e agricultura orgânica. Nesta propriedade, destinou-se 64,80 hectares e 1,94, respectivamente, à reserva legal e à área de preservação permanente. As áreas de vegetação remanescentes de outras propriedades particulares se sobrepõem às áreas da propriedade Curralinho. Estas áreas são demarcadas por cercas de arames formando as “quintas de carnaubais”, denominação local, evidenciando a apropriação particular da vegetação remanescente (Fotografia 26).

Figura 26: Fotografia das Quintas de carnaubais nas propriedades particulares inseridas no território da Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: MOURA FÉ, E. G, pesquisa de campo .2018.

Na propriedade Curral Velho (figura25), foram mensurados 247,23 hectares de áreas remanescentes da vegetação nativa, sendo que destas ainda serão identificadas a área de reserva legal e a área de uso restrito. Nestas áreas a principal atividade é a extração da palha da carnaúba e a agricultura de subsistência com destaque para as experiências da

agroecologia. Neste geoambiente, *os solos latossolos vermelho-amarelo*⁸ são identificados como franco-arenoso e pedregoso (EMATER/MDA, 2008), distribuindo-se por terrenos pouco ondulados com a ocorrência também de solos argilosos.

Lima *et al* (2010) realizaram estudos na Comunidade Vereda dos Anacleto com objetivo de avaliar o estoque de serapilheira acumulada e quantificar os teores de nitrogênio (N), fósforo (P), potássio (K), cálcio (Ca) e magnésio (Mg) em sistemas agrofloretais em áreas de agricultura de corte e queima (ACQ) e floresta nativa (FN). A pesquisa foi motivada por esta comunidade ser pioneira na experiência com agroflorestal conduzida em unidades de produção familiar no ano de 1997, com a permanência do sistema agroflorestal em razão da maior produtividade, fato que despertou a atenção para outros agricultores que praticavam a agricultura de corte e de queima.

Considerando o conceito de qualidade de solo, baseado no princípio de que o manejo pode degradar, estabilizar ou aumentar as funções do ecossistema (FRANSLUEBBERS, 2002), o agricultor R. A (64 anos), ao fazer referência sobre a qualidade da terra para plantio na Comunidade Vereda dos Anacleto, afirmou:

Toda terra é boa, as melhores terras são de tabuleiro, chapada e carrasco, ela precisa ser bem tratada, terra é vida e se ela não produz é porque está doente, desmatada e queimada.” (R. S, morador da Comunidade Vereda dos Anacleto, agosto de 2018).

A narrativa demonstra a topofilia (TUAN, 1986), construída com a imersão dos moradores na totalidade do seu meio ambiente. Os moradores percebem o meio como fonte de riquezas naturais e que não precisam ser totalmente exploradas para que possam trazer benefícios ao lugar. Outra narrativa segue na mesma direção de práticas de conservação:

A terra é viva como nós, se adoecemos precisamos de cura. A terra também tem que ser tratada e curada das feridas que nós mesmos causamos.” R. S, morador da Comunidade Vereda dos Anacleto, agosto de 2017).

Esta relação da comunidade com o ambiente possibilita de uma agricultura orgânica como alternativa de produção de alimentos no lugar. Mas para que isto ocorra é preciso que as famílias tenham acesso a terra e meios para desenvolver o cooperativismo e a gestão territorial, de acordo com a identidade territorial da comunidade.

⁸ Os Latossolos Vermelho-Amarelos são identificados em extensas áreas dispersas em todo o território nacional associados aos relevos, plano, suave ondulado ou ondulado. Ocorrem em ambientes bem drenados, sendo muito profundos e uniformes em características de cor, textura e estrutura em profundidade (EMBRAPA, 2018).

O clima do local é caracterizado por um período chuvoso (janeiro a junho) e um período seco (julho a dezembro). Registraram-se na Comunidade Vereda dos Anacleto, pelas narrativas dos agricultores, na oficina de mapeamento participativo (setembro/2018), variações climáticas. Os agricultores observaram no decorrer dos anos, uma variação no regime de chuvas e o aumento da temperatura local. As variações climáticas os agricultores atribuem à redução da cobertura vegetal em Esperantina e municípios vizinhos.

Em Vereda dos Anacleto há uma boa disponibilidade de recursos hídricos, com a presença de nascentes (olho d'água), cacimbas, lagoas, riachos e açudes, caracterizando-se como uma potencialidade para atividades agrícolas e piscicultura na comunidade (Figura 27). Entretanto, há necessidade de proteção às nascentes tendo em vista a fragmentação das propriedades que formam o território da Comunidade Vereda dos Anacleto.

Figura 27: Fotografia do açude natural localizado território da Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2018.

Os agricultores perceberam localmente as variações climáticas evidenciadas na diminuição do volume de água e na alteração da dinâmica das atividades produtivas.

5. 4 Espacialização do uso da terra no Território da Comunidade Vereda dos Anacleto

A Comunidade Vereda dos Anacleto participou de experiência de diagnóstico participativo rural, promovido no ano de 2007 pelo EMATER/MDA para elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável. Neste processo, diagnosticaram as potencialidades, fragilidades e fatores delimitantes de desenvolvimento rural, levando em conta as dimensões econômicas, ambientais, socioculturais e político-organizacionais da comunidade.

O quadro da Dimensão Econômica (figura 28) sintetiza a dimensão econômica publicada no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e atualizada em 2017 por meio do mapeamento participativo.

Figura 28: Quadro da Dimensão Econômica da Comunidade Vereda dos Anacleto

Potencialidades	Fraquezas Internas	limitantes	Visão de futuro
A boa qualidade da terra Criação de animais; Roça orgânica Os roçados Apicultura; As nascentes de água; Piscicultura Áreas de Carnaubais	Inexistência de beneficiadoras para o arroz e a mandioca; Estradas dificultam o transporte; Necessidade de qualificação e trabalhadores para segmentos do artesanato e reciclagem Dificuldade de acesso à terra.	Normas do Proprietário Latifundiário que interferem no processo produtivo; Baixa escolaridade; Frac organização da Associação de Produtores Rurais.	- Acesso a terra de forma regulamentada para todas as famílias; - Acesso a moradia digna para todos; - Saneamento básico domiciliar para todas as residências; - Posto de Saúde - Estradas de acesso à comunidade, trafegável durante todo o ano - Expansão da agricultura orgânica;

Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, EMATER/MDA, 2008 e atualizado em pesquisa de campo 2017.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, a comunidade Vereda dos Anacleto, apesar de apresentar um bom potencial para a apicultura, ovinocaprinocultura, fruticultura e contar ainda com grande força de trabalho entre seus moradores, mostrava-se com entraves limitantes para o rural. O motivo das dificuldades de fortalecimento do espaço produtivo estava pautado, principalmente, na questão da terra. A expansão das áreas de cultivo era condicionada ao arrendamento. A mesma situação se manteve dez anos após a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável na comunidade.

As políticas públicas de combate à pobreza rural possibilitaram à comunidade o acesso à eletrificação. A escola que atende às crianças do ensino fundamental menor e o posto de saúde foram implantados na comunidade. A estrada de acesso recebeu uma pequena melhoria, por meio da Prefeitura Municipal de Esperantina, e já é possível a circulação de veículos de pequeno porte. Questões básicas e urgentes foram resolvidas em Vereda dos Anacleto, porém outras se configuraram no território da comunidade.

A atividade agrícola é a principal atividade produtiva na Comunidade Vereda dos Anacleto. Os principais produtos cultivados são o arroz, o milho, o feijão e a mandioca. O plantio ocorre entre os meses de janeiro a março, configurando-se o período chuvoso, e sofre

variações em função da dinâmica climática do ano. O período de maio a agosto é o de colheita e de setembro a dezembro os agricultores preparam o terreno para iniciarem o plantio (figura 28).

A Comunidade Vereda dos Anacleto se projetou no Território dos Cocais pela inserção da agroecologia no processo produtivo. Apesar disso, observa-se no quadro que a técnica empregada é agricultura de corte e queima. Dos 20 de formulários aplicados, as práticas de desmatamento e queimada foram identificadas por 80% dos agricultores. Deste universo, 50% afirmaram também desenvolver experiência com agroecologia. Os demais (20%) produtores optaram e mantiveram a agricultura orgânica.

A experiência com agroecologia (fotografia 8) iniciou no final da década de 1990 após um curso de capacitação oferecido pelo governo do estado a agricultores do Território dos Cocais. Apesar de reconhecerem os benefícios da agroecologia, especialmente para a alimentação saudável, os agricultores identificaram como os principais entraves para sua expansão a baixa produtividade tendo em vista a pouca disponibilidade de terra e o maior tempo de produção, bem como o preço mais elevado, não atrativo para o comprador que, em sua maioria, é formado da população de menor renda, que compra nas feiras e pequenos comércios do município de Esperantina.

Figura 29: Fotografias da Roça orgânica na Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: MOURA FÉ, E. G, setembro de 2018.

Figura 30: Quadro do Calendário sazonal das principais atividades agrícolas na Comunidade Vereda dos Anacleto

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	PERÍODO CHUVOSO					PERÍODO SECO						
Arroz	Plantio		-	-	Colheita			-	Broca	Derruba	Corte	Cerca
Feijão	Plantio	Plantio/ Colheita	Colheita/ Capina	Plantio/ Colheita			Colheita	Roço				
Milho	Plantio		Capina		-		Colheita	Colheita/ broca	Derruba	Corte	Roço	
Mandio ca	Plantio	-	-	-	-		Colheita	Broca	Derruba	Corte	Cerca	

Fonte: Adaptado Plano de Desenvolvimento sustentável da Comunidade Vereda dos Anacleto – EMATER/MDA, 2008, atualizado em setembro de 2018, pesquisa de campo.

Um dos maiores problemas para atividade agrícola é o acesso a terra, uma vez que o arrendamento se destaca como uma das maiores relações de trabalho. Do total de agricultores, 40% trabalham em terras arrendadas. Apenas 50% dos moradores da propriedade Chapadinha trabalha em terras próprias. As áreas de cultivo compreendem até dois hectares de terra. 75% dos agricultores da comunidade trabalham em outras comunidades rurais, por meio de recebimento de diária (R\$ 60,00) e dentro da comunidade revezam os dias trabalhados nas roças de outros agricultores, num contínuo ciclo de reciprocidade.

Sobre o arrendamento de terras, o agricultor R. A (62 anos) descreveu como como injusto

Com a divisão de cinco cargas por uma, só ganha é aquele que diz que é dono” (R. A, 62 anos – agricultor da Comunidade Vereda dos Anacleto – oficina de mapeamento participativo, setembro de 2018).

Na concepção dos agricultores arrendatários seria mais justo negociar também os demais serviços realizados por eles. Reclamam que a forragem e a cerca construída pelos trabalhadores ficam para o proprietário da terra. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Esperantina e a Associação de Produtores Rurais da Comunidade afirmaram não ter influência para interferirem nas negociações de arrendamento e nas condições impostas pelo proprietário da terra.

Além da questão fundiária, os agricultores elencaram como os principais problemas na produção a falta de assistência técnica rural e o abastecimento de água para irrigação, listados na tabela 11.

Tabela 11: Problemas enfrentados na produção agrícola na Comunidade Vereda dos Anacleto

Problema	Frequência
Assistência Técnica	18
Abastecimento de água	10
Falta de Sementes	09
Problemas Climáticos	03
Organização/ Associação	02

Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2018.

Apesar do baixo grau de escolaridade, os agricultores da Comunidade Vereda dos Anacleto demonstram interesse para participação em projetos de capacitação e acompanhamento técnico das atividades produtivas. Foi desta forma que desenvolveram experiência com agroecologia e a produção de mel na comunidade.

Os agricultores acumulam muito conhecimento sobre o geoambiente local. Apesar de não elencarem a qualidade da terra como um problema para a produção, ressaltaram que as terras de “tabuleiros” onde há a presença de espécies da caatinga como o jucá (*Libidibia ferrea*), a umburana (*Commiphora leptophloeos*) e o pereira (*Aspidosperma pyrifolium Mart*) não são muito produtivas, logo o preço da terra é mais baixo. O agricultor R. A (62 anos), que trabalha com a roça orgânica, afirmou não haver problemas com as terras de *tabuleiros*, *chapada*, *carrasco*, *teso duro*, desde que não a maltratem com queimadas e desmatamento.

A produção agrícola é destinada principalmente para o consumo das famílias e o pequeno excedente é comercializado nas feiras do município e nas localidades mais próximas. O acondicionamento dos grãos é feito em sacos e armazenados nas residências, onde as famílias compartilham o pequeno espaço com estoque de grãos que vai suprir as necessidades da família no decorrer do ano (figura 31).

Figura 31: Fotografia do estoque de arroz em residência de agricultor na Comunidade Vereda dos Anacleto.



Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2017.

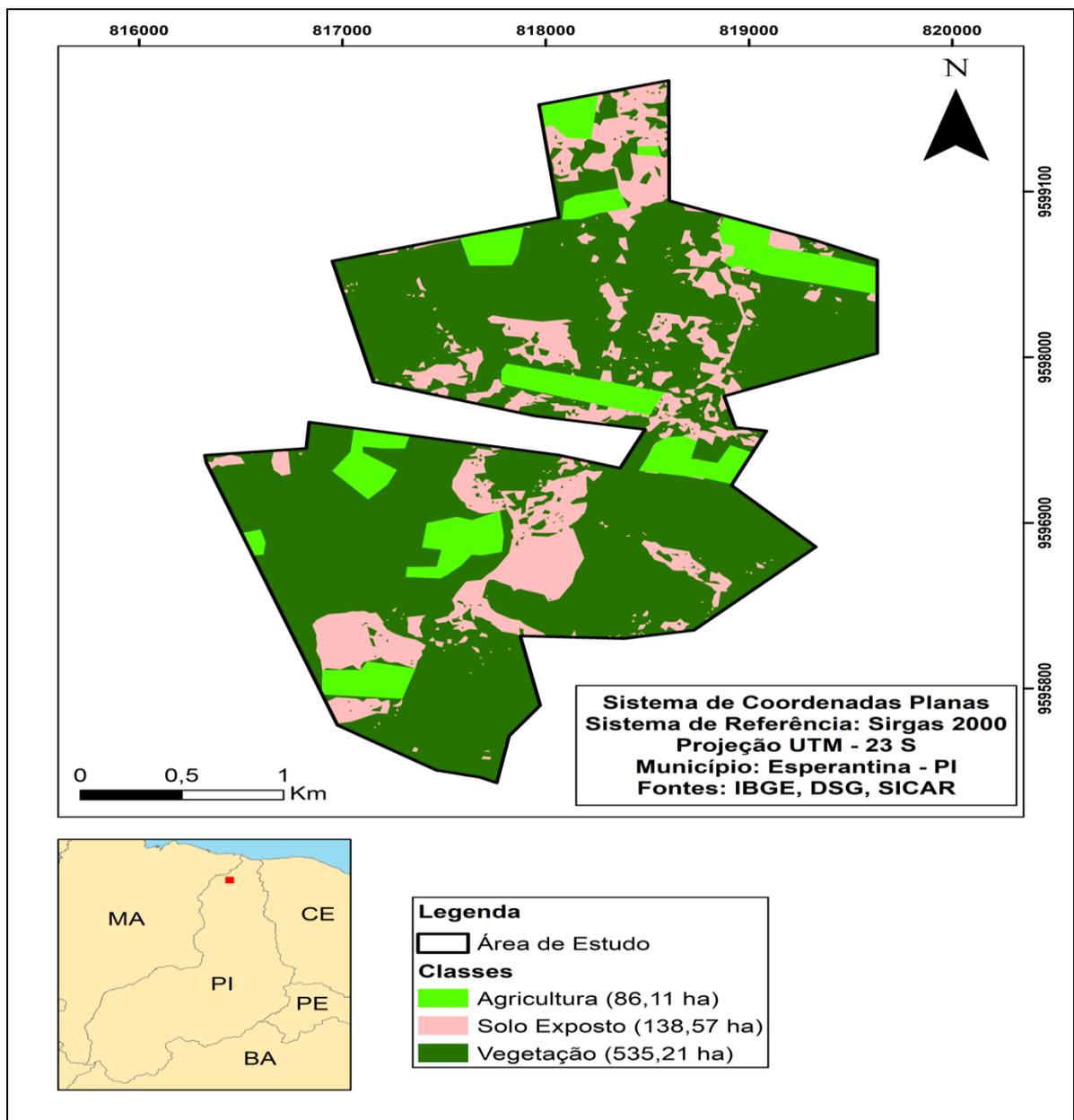
Apesar das dificuldades de escoamento da produção em função das precárias condições da estrada, os agricultores consideram que são os baixos preços que desestimulam a produção. Segundo os mesmos, o Estado não desenvolve mecanismos para melhorar a produção e inserir o pequeno produtor no mercado. Desta forma eles não tem como competir com médios e grandes produtores. Acreditam que se tivessem acesso a terra, projeto de irrigação, máquinas e equipamentos, bem como capacitação técnica, aumentariam a produtividade e melhoraria a qualidade de vida das suas famílias.

Na organização espacial da Comunidade Vereda dos Anacleto, as áreas residenciais coexistem no espaço produtivo. Esta integração casa-roça fortalece os laços dos moradores com a terra e reforça a necessidade de assegurar o território destas comunidades quilombolas por meio do processo de regularização fundiária, de forma a criarem condições para o desenvolvimento socioprodutivo. A regularização fundiária não garante o aumento da produção de alimentos, mas possibilita a inserção desta comunidade em projetos de desenvolvimento rural, que, aliado ao conhecimento local dos geoambientes, podem projetar um futuro melhor para as próximas gerações.

O extrativismo é uma atividade produtiva baseada na coleta de produtos naturais não cultivados e consiste na exploração dos recursos vegetais nativos através da coleta ou apanha, o que permite a produção sustentada ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, apenas uma única produção (IBGE, 2006). As práticas – extrativistas e ecologicamente sustentáveis – usadas para explorar os recursos naturais, de acordo com Reis (1999, p. 164), dependem do “nível de desenvolvimento das forças produtivas e das formas de organização social, embora influenciadas por elementos culturais”.

As imagens de satélites (figura 32) realçam o padrão de organização espacial da Comunidade Vereda dos Anacleto. Entre o ano de 1990 e 2000, não houve mudanças significativas no padrão da paisagem, evidenciando o ritmo lento de transformação da paisagem. Os fatores que justificaram este padrão foram o caráter de subsistência da economia do lugar, a indisponibilidade de objetos técnicos de manejo da terra e invisibilidade nos programas de desenvolvimento rural. Destaca-se o modo de vida da comunidade, que guarda uma relação de pertencimento e cuidados com o lugar.

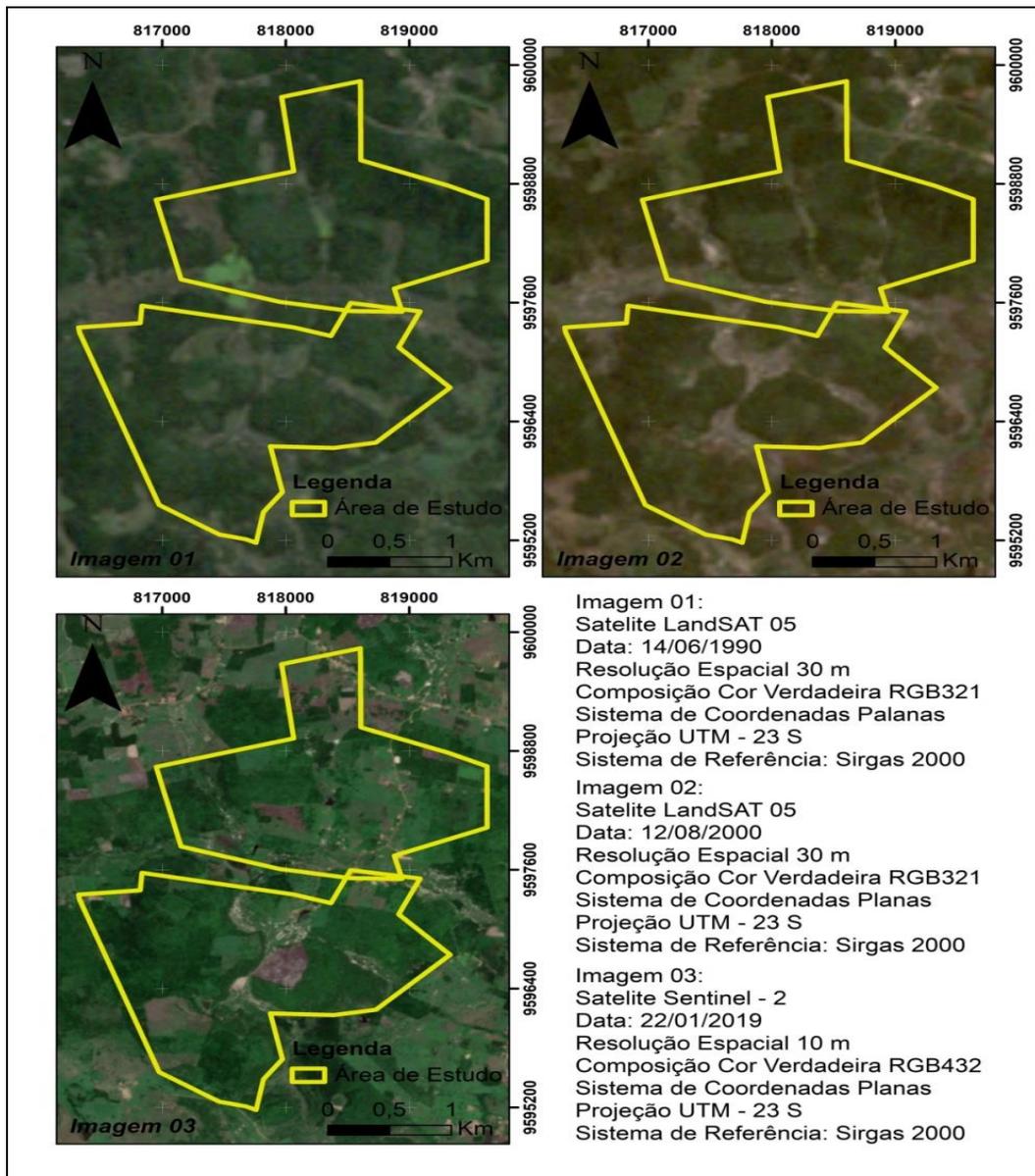
Figura 32: Uso da terra na Comunidade Vereda dos Anacleto – 2019.



Fonte: MOURA, FÉ, 2019, processamento digital da imagem Sentinel 2, no Qgis.

O mapa de uso da terra da Comunidade Vereda dos Anacleto (figura 32) evidenciou a ocupação da terra por residências, na classe solo exposto, cujo fluxo de povoamento seguiu os caminhos abertos, nas veredas, tanto na propriedade Chapadinha, quanto na propriedade Curral Velho. Nesta última, conforme a figura 33, na imagem de 2019, a exposição do solo é maior, por conta de uma maior dinâmica agrícola e menor ocupação por residências.

Figura 33: Evolução multitemporal da configuração espacial na Comunidade Vereda dos Anacleto, 1990, 2000, 2019.



Fonte: Elisângela Moura Fé, 2019, composição de imagens Landast 05 e Sentinel 2, no Qgis.

Em função da organização territorial e a estrutura fundiária, o extrativismo é limitado na Comunidade Vereda dos Anacleto. Esta dedica-se especialmente ao extrativismo

de coleta, consorciado com as atividades agrícolas e possui um relevante conhecimento do uso de ervas medicinais. Na sociobiodiversidade, o destaque é a extração da carnaúba. Os carnaubais predominam nos geoambientes da comunidade Vereda dos Anacleto e no seu entorno. A relação do extrativismo com a palmeira da carnaúba se aplica aos homens da comunidade, pois são eles que se submetem ao trabalho nos carnaubais, seja arrendando para extrair o pó e a palha ou trabalhando por meio de contrato de trabalho para terceiros.

A maior parte do território é ocupada por vegetação nativa e/ou secundária. A palha da carnaúba é extraída pelos moradores da comunidade das áreas de preservação e das áreas de vegetação nativa, uma vez que se mistura com as espécies da caatinga e do cerrado. Da palha da carnaúba (figura 34), os moradores produzem vassouras, comercializada nos comércios na sede de Esperantina, e produzem peças de artesanato.

Figura 34: Fotografia do processo de secagem da palha de carnaúba na Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2017.

O pó da carnaúba (figura 34) é o produto mais valorizado e a atividade mais rentável na comunidade, o “*ouro branco*”, como foi chamado por alguns trabalhadores. A extração acontece tanto nas áreas de reserva quanto no arrendamento das “quintas de carnaubais” particulares no entorno da comunidade. De acordo com as informações do Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade, os proprietários evitam arrendar os carnaubais para moradores da comunidade por receio de que esta prática possa fortalecer os laços com o lugar e a luta pela conquista da terra. O arrendamento é feito para terceiros, e estes arrendam para os moradores da comunidade interessados. Surge outro personagem nas relações de poder no território da comunidade, que é a figura do atravessador no arrendamento das áreas de carnaubais. Tal fato diminui o rendimento dos moradores no extrativismo da carnaúba.

Historicamente os trabalhadores da comunidade se deslocam para carnaubais localizados em outros municípios. No trabalho de extração da palha da carnaúba, a

remuneração se dava de acordo com a produtividade. Corroborando com esta situação, Carvalho e Gomes (2016) ressaltaram que “a atividade de extração do pó cerífero da carnaúba historicamente foi realizada no Piauí de maneira informal, por meio de acordos verbais.” As difíceis condições de trabalho nos carnaubais não se diferenciavam do trabalho agrícola nas propriedades particulares arrendadas.

Seguindo as inferências de Carvalho e Gomes (2016), observou-se que os trabalhadores da Comunidade Vereda dos Anacleto inseridos no extrativismo da carnaúba, enfrentam um conflito entre os direitos trabalhistas conquistados com as Convenções Coletivas do Extrativismo da Carnaúba e a necessidade de obter trabalho e renda. As atividades nos carnaubais foram submetidas a rigorosos critérios de legalização e garantia dos direitos trabalhistas.

Antes das Convenções Coletivas, um trabalhador arrendava uma área de carnaubal, reunia um grupo de trabalhadores e extraía o pó e, após pagar a renda ao proprietário, dividiam o lucro. A palha da carnaúba era deixada para o proprietário, como parte do acordo. Agora, para continuarem a trabalhar na extração do pó e da palha da carnaúba, os trabalhadores devem ser inseridos em categorias de trabalho: trabalhador familiar, contrato de arrendamento e trabalhador assalariado.

Na categoria de trabalhador familiar, o trabalho somente pode ser realizado por um grupo formado por até sete pessoas, comprovado o vínculo familiar. Nesta categoria, os trabalhadores queixam-se da burocracia de inclusão de trabalhadores, não conseguindo cadastrar o número suficiente de trabalhadores para o arrendamento. Na categoria de trabalhador assalariado, podem dedicar-se por um período de até 120 dias.

Os trabalhadores argumentaram que, ao saírem da categoria de agricultores familiares, não poderiam acessar políticas públicas inclusivas de geração de renda, a exemplo do benefício do Programa Bolsa Família. Na categoria de contrato de arrendamento, o responsável pelo arrendamento deve garantir as condições de trabalho, inclusive o registro na carteira de trabalho. Para o responsável pelo arrendamento, na condição de pequeno produtor rural, recai uma série de custos que não conseguem arcar, inviabilizando a continuidade da atividade.

Neste contexto, as situações que condicionaram o extrativismo da carnaúba para os trabalhadores da comunidade Vereda dos Anacleto acabou por fortalecer o discurso de agente que critica o rigor das ações do Ministério Público voltadas para combater as condições de trabalho análoga à escravidão.

A Comunidade até os anos 2010 foi um centro de referência na apicultura em Esperantina e municípios próximos. A produção de mel orgânico foi iniciada na década de 1990, por meio de projetos de capacitação promovida pela Igreja Católica – Diocese de Parnaíba. O manejo dos apiários era acompanhado por um técnico, que repassava as orientações de manejo das abelhas e acompanhava a cadeia produtiva do mel. O conhecimento dos moradores sobre o geoambiente local contribuiu para que assimilassem e adaptassem as técnicas de manejo nos apiários e aumentassem a produção de mel, sem alterar o modo de vida da comunidade.

A produção de mel era revendida a uma cooperativa, localizada em Esperantina. Posteriormente, com o aumento da produção, passaram a revender para a Central de Cooperativas Apícolas do Semi-Árido Brasileiro - CASA APIS – localizado no município de Picos – PI. O morador G. R. S (63 anos) relatou as conquistas da comunidade neste período, que foram desde a aquisição de decantadores e apiários à melhoria da renda dos moradores, que viviam em condições de extrema pobreza. Esta atividade econômica se configurou como uma alternativa de etnodesenvolvimento e deu uma visibilidade à comunidade.

Entretanto, na última década a produção de mel entrou em declínio e as famílias passaram a produzir apenas para o consumo e para comercializar em feiras locais (figura 35). Os moradores identificaram como os principais fatores para redução da produção a supressão da vegetação natural e as variações climáticas locais, que alterou o ciclo de deslocamento das abelhas e descontrolou a florada. Nos relatos dos moradores, F. S (63 anos):

as abelha se descolam até 2000 metros para se alimentar, indo até a localidade Lagoa do Cajueiro e retornavam, que fica no município de Joaquim Pires e, em devido das alterações de temperatura elas não voltavam mais para a área da comunidade.

Este relato mais uma vez evidenciou o conhecimento dos moradores com o geoambiente, bem como as transformações que nele são impressas por fatores exógenos e que comprometem diretamente a organização social e produtiva na comunidade. Segundo o agricultor A. R. S (51 anos):

o “cercamento das propriedades” particulares e a expansão do carnaubal contribuíram para alterar as condições climáticas no território resultando na alteração do sistema natural das abelhas que alimentavam a atividade de produção de mel. (oficina de mapeamento participativo, setembro de 2018).

Outro importante fator foi a perda do acompanhamento técnico e o fechamento da cooperativa no município de Esperantina. A Comunidade Vereda dos Anacleto é receptiva a

novos conhecimentos. Porém, não consegue alavancar o desenvolvimento local nos moldes do mercado. Para um etnodesenvolvimento baseado na sociobiodiversidade local, também requer o apoio e acompanhamento do poder público, visto que o baixo grau de escolaridade, a baixa renda e a pouca inserção nos espaços políticos os distanciam do mercado.

Figura 35: Fotografia de Apiário para produção do mel na Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: MOURA FÉ, setembro de 2017.

Quanto à questão produtiva na comunidade, não houve incremento da produção e de certa forma retrocederam em atividades relacionadas à apicultura e piscicultura. A questão da terra é um grande entrave no (etno)desenvolvimento; Entretanto, consideramos que a capacitação e o acompanhamento técnico dos trabalhadores e trabalhadoras, bem com o acesso ao crédito e equipamentos, poderia fortalecer a organização político-organizacional direcionando a uma produção coletiva de forma a ganhar mercado consumidor e melhorar as relações de trabalho e renda na comunidade.

5.5 Geograficidade quilombola evidenciada no mapeamento participativo na Comunidade Quilombola Vereda dos Anacleto

A geograficidade faz referência às maneiras de reconhecer os geoambientes as formas de se relacionar com o lugar produzido no cotidiano, baseada nas relações de trabalho e afetividade, de circulação e lócus vivência (HOLZER,2013; DARDEL,2011; CORREIA, 2007; PORTO, 2006; NOGUEIRA, 2005).

O mapeamento participativo nesta pesquisa refere-se ao conjunto de métodos utilizados para obter dados espaciais, em parceria com os moradores da comunidade. O

desafio metodológico é alinhar o discurso científico com as ideias e práticas cotidianas dos sujeitos da pesquisa.

Para análise do território da comunidade Vereda dos Anacleto, reportamo-nos a Santos (1999), que traz o conceito de “território usado”, numa interação entre o “chão e a identidade”. Corroborando com este autor, Eric Dardel afirma que é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural.

A imersão na Comunidade Vereda dos Anacleto iniciou em julho de 2018, quando foi apresentada a proposta da pesquisa e o percurso metodológico do mapeamento participativo (Fotografia 36). Na ocasião contou-se com o apoio do representante da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas no Território dos Cocais, o Sr. Cláudio Henrique Sousa – morador da comunidade quilombola Olho D’Água dos Negros – Esperantina (PI) – que reforçou a importância das pesquisas nas comunidades quilombolas, uma vez que percebe que em grande parte das comunidades quilombolas do Piauí há um enfraquecimento da identidade quilombola e da articulação política que reforcem a luta coletiva pelos direitos quilombolas.

Dentro das comunidades, o processo de mapeamento participativo revela relações de poder interna a esses grupos, que envolvem muitas vezes conflitos de gêneros e ou entre gerações. A mobilização e seleção dos moradores para participação das etapas do mapeamento foi feita pelo presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade, que direcionou o convite principalmente aos homens. Este fato demonstrou as relações de poder na comunidade, baseadas em gênero, com o controle masculino sobre as famílias e pequena participação feminina. As mulheres acumulavam diversas tarefas, desde os afazeres domésticos, em especial o preparo da alimentação para os trabalhadores das roças, cuidados com criação dos animais, sendo ainda mão de obra na agricultura no período da colheita.

Figura 36: Apresentação da proposta da pesquisa aos moradores da Comunidade Vereda dos Anacleto



O processo de produção dos mapas é mais importante que o mapa em si, porque representa um momento político, onde é possível fortalecer as discussões entre os grupos sociais e suas demandas. Os diálogos coletivos nos direcionaram às formas de conhecimento e apropriação do território e a representação cartográfica. A fotografia 13 mostra momentos de escuta na comunidade, nos quais os participantes falaram do lugar, do cotidiano, do trabalho e da terra.

Na Comunidade Vereda dos Anacleto, os moradores mais antigos eram os que contavam a história de vida e exploração a que foram submetidos. Muitos deles que participaram da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável em 2007, já haviam falecidos. Para os moradores da comunidade, a história dos Anacleto precisa ser registrada, caso contrário, corre o risco de ser esquecida, uma vez que os jovens e as crianças da comunidade dela pouco sabem.

No momento de escuta (figura 37), os moradores da comunidade nos colocaram em sintonia com suas memórias, a afetividade e com o cotidiano e as dificuldades do trabalho. Percebeu-se que, mesmo com a perda de terras para terceiros, os moradores da Comunidade Vereda dos Anacleto ainda percebem o território como se não existissem fronteiras estabelecidas nos limites da propriedade.

Figura37: Fotografias do momento de discussão escuta na oficina de mapeamento participativo na Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: Acervo de MOURA FÉ, E. G, setembro de 2017.

As narrativas sobre o uso do território convergiam para o cercamento das propriedades que, mesmo sem não lhes pertencerem, fazem parte da territorialidade dos moradores. O cercamento destas terras, desde o ano de 2006, os excluiu de espaços de formas

simbólicas importantes, cuja mais citada foi o cemitério onde estão enterrados seus entes. Neste sentido, observou-se que mais do que valor de renda a terra tem um valor simbólico material e imaterial que os integram como parte do lugar. O sentimento de pertencimento reforça a territorialidade e a geograficidade construídas historicamente.

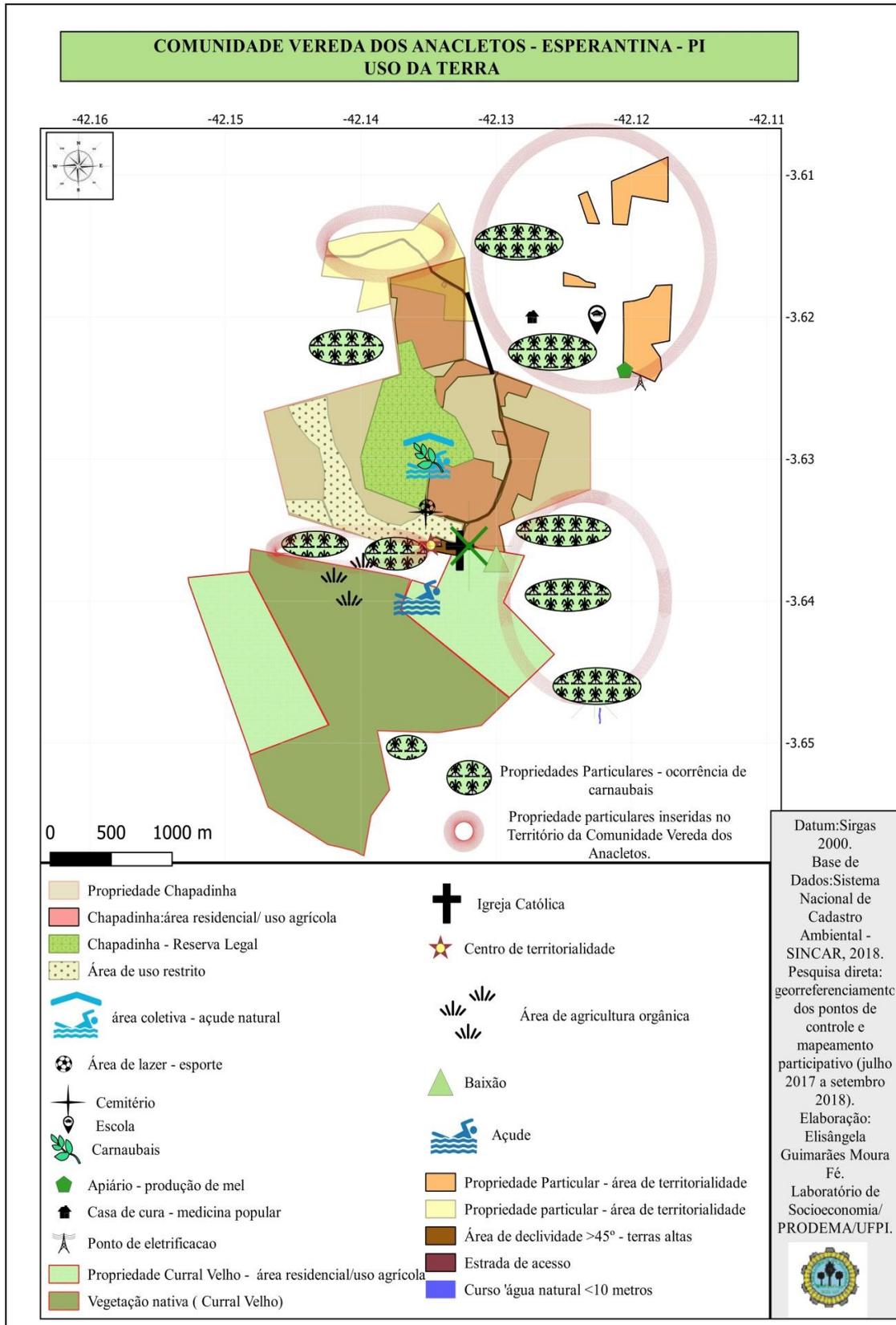
Na etapa de análise da carta-imagem (Figura 38), apesar do conhecimento sobre o lugar, os participantes mostraram-se tímidos em manusear o mapa. Isto reflete o baixo índice de escolaridade e o fato de perceberem o saber acadêmico como algo superior em relação ao saber local. Para evitar situação de constrangimento de alguns participantes, optou-se por analisar a carta-imagem sem que os participantes fizessem registro escrito. Nesta etapa, registrou-se sobre a carta imagem, os pontos reconhecidos pelos participantes e gravou-se as narrativas com o uso da ferramenta de gravação disponível nos *smartphones*.

Figura 38: Fotografia do momento de reconhecimento de formas espaciais nas imagens de satélites na oficina de mapeamento-



Nesta etapa os participantes fizeram referência à riqueza natural do lugar. Segundo eles, a área de formação inicial da comunidade era caracterizada por haver uma maior disponibilidade de água, cujos córregos corriam o ano inteiro pelas áreas que chamam localmente de baixão. O mapa da espacialização do território (figura 39) apresenta resultados do mapeamento participativo na Comunidade Vereda dos Anacleto.

Figura 39: Mapa da Espacialização do Território da Comunidade Vereda dos Anacleto – territorialidade e uso da terra

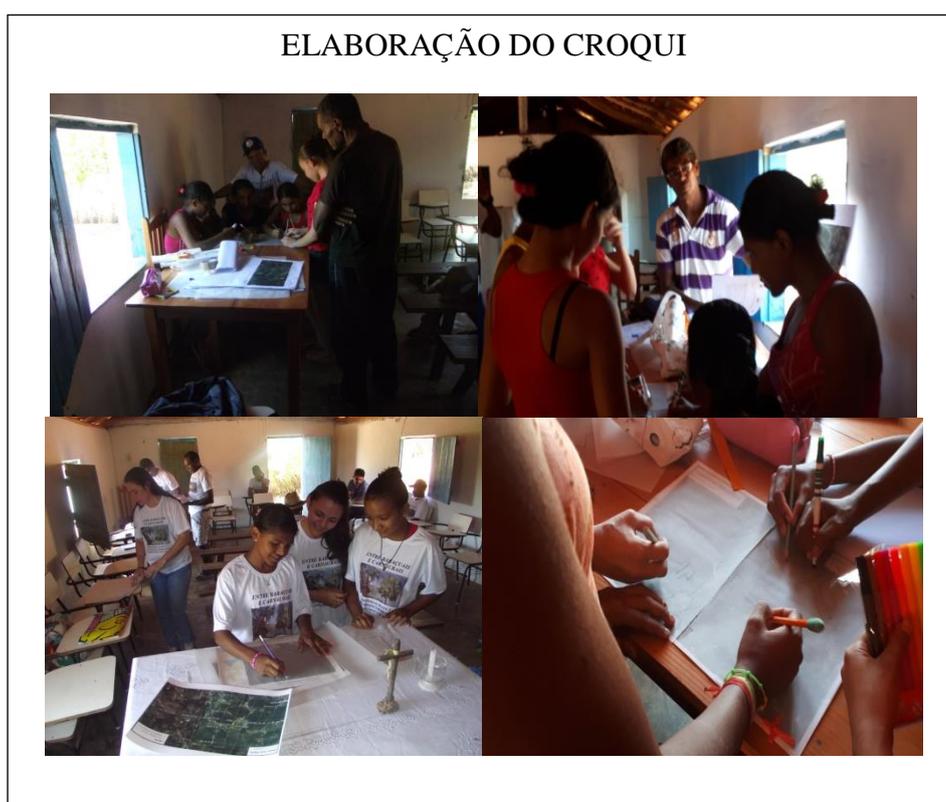


Fonte: Organizado e elaborado por MOURA FÉ, 2018.

Neste momento, as relações econômicas foram representadas nas formas de uso das relações de trabalho baseadas em laços de parentesco. As relações de territorialidade simbólico-culturais se confrontaram com a histórica questão fundiária do lugar. Nesta etapa os participantes identificaram como pontos importantes os cemitérios, os campinhos de futebol, a casa dos rezadores, os açudes, a área de preservação, a igreja e os carnaubais. Os participantes da pesquisa apontaram como o centro de formação da Comunidade a propriedade Curral Velho, lugar onde construíram a capela. De lá, segundo eles, os Anacletos se dispersaram pelos arredores utilizando a terra como morada, subsistência e construíram territorialidades expressas nos objetos espaciais que revelam as relações sociais e produtivas que dão o sentimento de pertencimento com o lugar.

Para elaboração do croqui os agricultores convidaram os jovens (figura 40). As meninas se mostraram mais disponíveis para participar. Porém, não interferiam nas informações repassadas pelos adultos.

Figura 40: Análise da carta-imagem pelos participantes da pesquisa



Fonte: Acervo de MOURA FÉ, setembro de 2017.

Os participantes não identificaram objetos e formas espaciais que fizessem alusão à escravidão. Porém, nas memórias recorreram à localidade vizinha chamada Boa Vista dos Cariocas, cujos moradores eram brancos. Nesta localidade, os moradores da comunidade Vereda dos Anacleto frequentavam as festas e festejos que lá aconteciam. Alguns participantes que lá estavam confirmaram ter enfrentado forte preconceito nesta localidade, conforme o relato;

Lá nas festa da Boa Vista dos Cariocas, tinha um cordão de isolamento, para impedir os negros dançar com os brancos (Narrativas de participantes da oficina de mapeamento participativo, setembro de 2018).

Esta segregação racial se reproduziu em outras situações históricas. Este fato contribuiu para que os moradores da Comunidade Vereda dos Anacleto, de alguma forma, silenciassem a sua identidade quilombola.

No momento da caminhada transversal (figura 41), os participantes se entusiasmaram em mostrar as roças e a produção do pó da carnaúba. Identificaram a casa de farinha como um importante símbolo produtivo e cultural na comunidade.

Figura 41: Fotografia da Caminhada transversal na Comunidade Vereda dos Anacleto



Fonte: Acervo de MOURA FÉ, 2018.

Uma das formas espaciais que simboliza a história, a memória e o pertencimento ao lugar é o cemitério. Na comunidade Vereda dos Anacleto, de acordo com os relatos, os cemitérios nos quais estão enterrados os moradores mais antigos hoje encontram-se dentro de propriedades cercadas por arame. Os moradores não têm acesso, a não ser que pulem a cerca. Eles relataram que muitas sepulturas foram arrastadas pela água, outras foram tomadas pela vegetação e outras destruídas pelos proprietários das terras.

6 CONCLUSÃO

Nesta investigação, deu-se visibilidade às comunidades quilombolas do Território dos Cocais – PI, que, em meio a babaçuais e carnaubais, vislumbram nas políticas quilombolas a possibilidade de dinamizar o espaço socioprodutivo de forma a gerar renda e melhorar a qualidade de vida da população residente. As comunidades levantam a bandeira quilombola não só como a identidade étnica, mas como um meio conquistarem o reconhecimento da sua importância social enquanto cidadãos de direitos.

Esta tese mostra resultados de um olhar interdisciplinar voltado para apreender a geograficidade e a configuração espacial dos elementos que dão identidades territorial à Comunidade Vereda dos Anacleto, em um constante processo dialógico entre pesquisadora e sujeitos em oficinas de mapeamento participativo, o qual evidenciou a relação de territorialidade frente à questão agrária e a perpetuação das desigualdades sociais e raciais neste país.

Foram as políticas públicas dirigidas às comunidades quilombolas em âmbito federal que impulsionaram o processo de autorreconhecimento étnico destas comunidades no Território dos Cocais – PI. Constatou-se que as questões da terra, tanto de conquista quanto de ampliação da propriedade do território, são as principais demandas das comunidades quilombolas do Território dos Cocais. Ressalta-se que somente a propriedade da terra não é suficiente para dinamizar as atividades econômicas na comunidade, porém esta é um importante elemento da territorialidade, seja quilombola ou não, e um pilar para acessar políticas públicas de desenvolvimento rural.

As comunidades quilombolas do Território dos Cocais obtiveram algumas melhorias relacionadas à infraestrutura do espaço, com destaque para a eletrificação rural, programa de cisterna e programas pontuais de geração de renda. Tais melhorias revelam uma ausência assistida do Estado, uma vez que estas comunidades têm direitos garantidos por lei, mas na prática não são de fato materializados.

Quanto à organização do espaço socioprodutivo nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI), há dificuldades de organização social coletiva direcionadas ao fortalecimento das atividades econômicas. As associações presentes nestas comunidades não conseguiram fortalecer lideranças locais, no sentido de reivindicar sua representação em espaços políticos que os dessem visibilidade a este grupo social de direito. É comum a

cooptação de lideranças comunitárias a serviço de grupos políticos que assegure os interesses e a influência nas comunidades.

A relação destas comunidades com o geoambiente por meio da sociobiodiversidade da palmeira do babaçu e da carnaúba é fonte de trabalho. O extrativismo do babaçu reúne mulheres que reproduzem técnicas de manejo e quebra do coco da palmeira herdadas de outras gerações. Apesar da inclusão de uma parte destas mulheres no MIQCB, tal atividade tem gerado pouca renda nas comunidades. O extrativismo da carnaúba tem o maior destaque em função da sua relevância na economia do Estado. Porém, nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI), a dificuldades de acesso a terra condicionam aos moradores trabalharem na extração do pó e da palha da carnaúba em propriedades particulares.

Especificamente, a Comunidade Vereda dos Anacleto existe enquanto comunidade quilombola simbólica, certificada pela FCP, baseada nas relações de pertencimento, autorreconhecimento com a história e a memória do lugar, ao que podemos denominar de geograficidade. Estes quilombolas perderam a propriedade da terra para os interesses de latifundiários, apesar de ainda fazerem uso dela. Neste processo, os moradores perderam referências territoriais simbolicamente importantes.

Esta pesquisa enfocou a dimensão espacial construída a partir da territorialidade e o uso da terra. Na Comunidade Vereda dos Anacleto, a espacialidade se sobrepõe à temporalidade, práticas cotidianas que produzem os territórios. Especificamente infere-se que a organização socioprodutiva da Comunidade Vereda dos Anacleto esbarra nas limitações de acesso e uso da terra.

A microterritorialidade da Comunidade Vereda dos Anacleto é marcada por relações de poder, que envolve o proprietário de terras que não se identifica culturalmente com o lugar e a população advinda do tronco familiar dos Anacleto. Nesta relação, o proprietário de terras direciona as possibilidades de uso e organização do espaço socioprodutivo. Neste sentido, assinala-se que as dificuldades de acesso a propriedade das terras e a frágil organização social dos quilombolas da Comunidade Vereda dos Anacleto são fatores que a excluem de espaços políticos importantes para conquistas dos seus direitos, especialmente territoriais.

Em função de fatores relacionados à operacionalização e à logística do trabalho de coleta de dados primários, a pesquisa apresentou limitações por não apresentar dados sobre as questões territoriais e socioprodutivas que particularizam cada uma das comunidades do território dos Cocais (PI). Diante disso, abre-se uma agenda de pesquisas posteriores nestas

comunidades que não foram contempladas nesta tese: as relações de gênero no extrativismo e na organização social, a importância econômica e simbólica-cultural das feiras e festejos na rede de multiterritorialidade quilombola, a dinâmica de configuração do espaço e análise das paisagens nestas comunidades; a avaliação dos resultados a implantação de projetos sociais e econômicos dentre outras.

É fato que o território das comunidades quilombolas do Território dos Cocais tem sua territorialidade construída sob uma história marcada pelas injustas relações fundiárias no Piauí. Todavia, pode-se inferir que estas comunidades recontam seu passado, apontando a necessidade de um futuro com melhores condições de vida, com a garantia de seus direitos territoriais.

Ressalta-se que a multiterritorialidade vivenciada pelas comunidades quilombolas no Território dos Cocais revela a inserção desse grupo nas diferentes dimensões do espaço geográfico e reforça a resignificação do conceito de comunidades quilombolas na contemporaneidade. É preciso sim, exaltar a história de pertencimento quilombola, porém, urge reparar injustiças sociais, combater a discriminação e valorizar os povos quilombolas como parte da sociedade contemporânea que busca ter mais futuro do que passado.

É fato que as comunidades quilombolas do Território dos Cocais no Piauí forma historicamente silenciadas e por uma estrutura de poder que lhes negou os seus direitos e deu continuidade ao racismo estrutural que reclama igualdade de direitos, omitindo a exclusão social destes povos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf Acesso em: 22 de out. 2017.
- ACSELRAD, H. Mapeamento, identidades e território. *In: ACSELRAD, HENRI (Org.). Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisas Urbana e Planejamento Urbano e Regional, 2012 p. 09-46. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais; n. 2).
- ACSELRAD, H. Sobre os usos sociais da cartografia. *In: ACSELRAD, HENRI (Org.). Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisas Urbana e Planejamento Urbano e Regional, 2012 p. 09-46. (Coleção território, ambiente e conflitos sociais; n. 2). Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/ACSELRAD_enri_-_Sobre_os_usos_sociais_da_cartografia.pdf. Acesso em: 15 de jul.2017
- AGUDELO, C. IGREJA, R. L.; Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos caminhos, novas perspectivas em um contexto global multicultural. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as América**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 13-28, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/11502/8128>. Acesso em: 18 out. 2017.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Nas Bordas da Política Étnica: os quilombos e as políticas sociais. “Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras”. **Boletim informativo do Nuer/Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas**. v. 2; n. 2. Florianópolis: NUER/UFSC, 2005. p. 15 – 45. Disponível em: http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/w-wsptjzruz_boletim_nuer__2.pdf. Acesso 15 de jul.2017.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des) caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. **I Conferência Nacional de Políticas contra a Pobreza e a Desigualdade**. Natal, 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos>. Acesso em 20 de out. 2017.
- ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ANJOS, R.S.A. Geografia, Cartografia e o Brasil Africano: Algumas Representações. **Revista do Departamento de Geografia – USP**. Volume Especial Cartogeo, 2014, p.332-350. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85558/88347> Acesso em 12 de mai. de 2017.
- ANJOS, R.S.A. Cartografia e Quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil. **Africana Studia**, Porto, n. 9, 2006, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP). Disponível em: http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS09_337.pdf. Acesso em 12 de mai. 2017.

ANJOS, R. . A. dos . Cartografia da Diáspora África – Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 261-274, out. 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/162/RAE22>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

ANJOS, R.S.A. **O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial** -Brasília: Mapa Editora & Consultoria, 2005.

ARAÚJO, F. E.; ANJOS, R. S.; ROCHA-FILHO, G.; BRANDÃO, G. Mapeamento participativo: conceitos, métodos e aplicações. **Bol. Geogr..Maringá**, v. 35, n. 2. p. 128-140. 2017 Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/31673>. Acesso em: 06 de mai. 2018.

ARRUTI, J.M. A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, Out., 1997 Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 de Jan. 2018.

ARRUTI, J.M. **MOCAMBO** - História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS. 2006, 368 p.

ATAIDE, M. S.; MARTINS, A. L. U. **A Etnocartografia como ferramenta de gestão**. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA E SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS PARA PETRÓLEO, 22, 2005, Macaé-RJ, *Anais...*2005.

BARGAS, J. de K. R; CARDOSO, L. F. C. e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 469-488, maio-ago. 2015. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200013>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v10n2/2178-2547-bgoeldi-10-02-00469.pdf>. Acesso em: 20 de abr. de 2017.

BARREIRA-BARSSOLS, N.; FLORIANI, N. **Saberes, paisagens e territórios rurais na América Latina** (Org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2016. 342 p. (Coleção Semeando Novos Rumos- Colectión Sembreando Nuevos Senderos).

BARROS, J. S. Associação entre solos e vegetação nas áreas de transição cerrado-caatinga-floresta na bacia do Parnaíba: sub-bacia do rio Longá-PI. 2012, 142 f. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília: Doutorado em Ecologia, 2012.

BERNARD. E.; BARBOSA L. CARVALHO R. Unidades de Conservação Brasileira: exemplos de adoção de Sistemas de Informações Geográficas Participativos (SIGPs). **Conservação da Biodiversidade com SIG**, São Paulo: Oficina de Textos, 2012. p. 91-106.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan./jul., 2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> Acesso em: 23 de jun. 2020.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2013, p. 221-232, v. 2.

BRANDÃO, T. Para Além dos Engenhos: A Escravidão na Colonização do Piauí. *In*: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Escravidão Negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 151 -170.

BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRANDÃO, T. M. O. Para Além dos Engenhos: a Escravidão na Colonização do Piauí. *In*: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Escravidão Negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 151 -170.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102408>. Acesso em: 30 de mai. 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm. Acesso em: 10 de mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 10 de mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003**. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.678.htm. Acesso em: 10 de mai. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 20 de mai. 2015.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007.** Regulamenta um novo procedimento para o auto-reconhecimento de remanescentes de quilombo Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2372> . Acesso em: 26 de mar. 2017

BRASIL. **Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6261.htm. Acesso em: 20 de mai. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.660, de 01 de janeiro de 2019.** Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta. **Diário Oficial da União.** Publicado em: 01/01/2019 | Seção: 1 - Especial | Página: 13 Disponível em: [ov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/01/2019&jornal=701&pagina=13&totalArquivos=15](http://www.planalto.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/01/2019&jornal=701&pagina=13&totalArquivos=15). Acesso em: 02 de jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 10 de jan. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010.** Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e 8.029, de 12 de abril de 1990; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm. Acesso em: 15 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 .** Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Comunidades Tradicionais. **Cartilha de Povos e Comunidades de Matriz Africana. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial** Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-seppir/cartilha-2.pdf/view>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referência para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: MDA, 2003. Disponível em: http://ieham.org/html/docs/Referencias_para_desenvolvimento_rural_sustentavel.pdf> Acesso em: 09 de jan.2016.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). **Portaria nº146/2017**, publicada no Diário Oficial da União de 25/04/2017. Brasília: DF. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp->

content/uploads/2017/05/certid% c3% 95es-expedidas-% c3% 80s-comunidades-remanescentes-de-quilombos-25-04-2017.pdf. Acesso em: 20 de mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Plano Nacional de Promoção de Cadeias De Produtos da Sociobiodiversidade**. Plano de ação 2009. MDA; MMA; MDS. Brasília (DF), 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planonacionaldepromoodosprodutosdasociobiodiversidade>. Acesso em: 07 de abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Plano Nacional de Promoção de Cadeias De Produtos Da Sociobiodiversidade**. Plano de ação 2009. MDA; MMA; MDS. Brasília (DF), 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/planonacionaldepromoodosprodutosdasociobiodiversidade>. Acesso em: 07 de abr. 2011.

BRASIL. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm> Acesso em: 05 de set. 2018.

BRASIL. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros** / Editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015. 77 p.: gráfs., mapas color. Disponível: em http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf.

BRASIL. Secretaria de políticas para comunidades tradicionais. **Guia de Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas. Brasília: Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial**; Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em: 10 de ago.2018.

BRASIL. Fundação Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CQRs)atualizada até a portaria nº 104/2016, publicada no dou de 20/05/2016**. <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>. em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em: 10 de ago.2018

BUTTNER, A. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. Tradução do texto “Home, Reach, and the Sense of Place”, **Geograficidade**, Niterói, v.5, n.1, Verão 2015. <http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/214>. Acesso em: 10 de maio, 2016.

CÁCERES, L. S. R. Direitos Territoriais e mapeamento participativo na América Latina. *In*: ACSELRAD, HENRI (Org.). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisas Urbana e Planejamento Urbano e Regional, 2012 p. 09-46. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais; n. 2).

CHAGAS, M. de F. Reconhecimento de direitos quilombolas como promoção da cidadania pluriétnica. *In: Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas*. Brasil. **Ministério Público Federal**. Brasília: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais; MPF, 2018. p. 33-53 (Série manual de atuação 2) Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/02_18_manual_de_atuacao_quilombolas.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2018.

CHAMBERS, R. (2006) 'Participatory mapping and geographic information systems: Whose map? Who is empowered and who disempowered? Who gains and who loses?' **Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries**, v. 25, n. 2, p. 1–11.

CHAPIN, M.; LAMB, Z.; THRELKELD, B. Mapping Indigenous Lands. **Annual Review of Anthropology**, v. 34, p.619-639, 2005. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.anthro.34.081804.120429> . Acesso 22 de jul.2015.

CARRAZZA, L.R; SILVA, M. L. da; ÁVILA, J. C. C. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto Babacu**. Brasília, DF: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012. Disponível em: http://www.ispn.org.br/arquivos/Mont_babacu006.pdf. Acesso em: 12 de Jan. 2018.

CARRIL, L. de F. B. Quilombo, território e geografia. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 3, p. 156-171, dez., 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/92>. Acesso em: 12 de Jul., 2018.

CARNEIRO, L. **Requilombar-se São Pedro dos Crioulos: magia e religião em São Pedro de Cima**. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/sao.pdf> Acesso em: 15 abril de 2020.

CARVALHO, J. J.; DORIA, S. Z.; OLIVEIRA JR, A. N. (Org.). **O Quilombo do Rio das Rãs. Histórias, tradições, lutas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

CLAVAL. P. Etnogeografias – conclusão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 07, jan./jun. de 1999. p. 69-74. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6995/4944>. Acesso em: 10 de maio, 2019.

COELHO, R.F.G. Aos sons do Batuque. *In: LIMA, Solimar Oliveira; FABIANI, Ademir (Org.). Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí*. Teresina: EDFUPI, 2017, p. 135-159.

CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales dos Rios São Francisco e do Parnaíba. **PLANAP: Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba: Livro 2 – Síntese Executiva Território dos Cocais**, 2006.

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850 - 1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREIA, C.S. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no Estado do Acre**. 2007,

431 f. Tese de Doutorado (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília), Universidade de Brasília, 2007.

CRUZ, V. do C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento dos territórios: uma nova gramática das lutas sociais? *In*: ACSELRAD, HENRI (Org.). **Cartografia Social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisas Urbana e Planejamento Urbano e Regional, 2013 p. 15-40. (Coleção Território, Ambiente e Conflitos Social n. 3).

DARDEL, É. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

SAQUET, A. A. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério Sposito (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Consequência, 2015, p. 69-90.

DIEGUES, A.C.; Arruda, R. S. V. (Org.) **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP (NUPAUB); PROBIO, MMA; CNPQ. 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2020.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, 2007, v. 12, n. 23, p. 100 - 122 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em: 02 de out., 2017.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Estreio**. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Lagoa da Serra**. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Carnaúba Amarela**. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vila São João da Boa Esperança**. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Estreio**. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. **Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Lagoa da Serra**. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Carnaúba Amarela. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vila São João da Boa Esperança. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vila São Francisco. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vila Caraolina. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008. EMATER.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Estreio. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Lagoa da Serra. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Carnaúba Amarela. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vila São João da Boa Esperança. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vila São Bernardo. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Currálinhos. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Vereda dos Anacleto. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMATER. Plano de desenvolvimento sustentável da Comunidade Negra Rural Quilombola Olho D'Água dos Negros. Projeto Ater no Quilombo. Esperantina: Emater / MDA / nº 056/2007 / meta 18.2008.

EMBRAPA. Planos e Solos: definição e características gerais. 2017. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_14_2212200611542.html Acesso em: 15 abril de 2020.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Colección Sur Sur, CLACSO, set., 2005. P.133-168. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

FALCI, Miridan Britto Knox. Fronteiras de Liberdade: ser escravo no Sertão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, ano 162, n. 413, p. 77-86, out./dez. 2001. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/136-volume-413.html>. Acesso em: 15 de jun., 2017.

FERREIRA, Patrícia Macedo. **Avaliação da política de regularização fundiária de territórios quilombolas no Estado do Piauí: o caso da Comunidade Contente**. 2018. 191f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S (Org.). **Território e Territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 195 – 214.

FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 432 p.

FLORIANI, N.; THER RIOS, F.; FLORIANI, Dimas. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. **Polis**, Santiago, v. 12, n. 34, p. 73-94, abr., 2013. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718. Acesso 15 jun.2017.

FOUILLEUX, E. Analisar a mudança: políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2011, p. 88-125. Disponível em: < https://agritrop.prod.cirad.fr/562389/1/document_562389.pdf > Acesso 15 de jan. de 2016.

FRANCO, E. Á. P. **A Diversidade etnobotânica no quilombo Olho D'água dos Pires**, Esperantina, Piauí. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), 2005, 104f. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2005.

FRANZLUEBBERS, A. J. Soil organic matter stratification ratio as an indicator of soil quality. **Soil & Tillage Research**, Amsterdam, v. 66, n. 2, p. 95-106, 2002.

GERALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, n. 39 ,2012. Brasília: IPEA. p.155-185. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/318/278>. Acesso jan.2016.

GERALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas – PPP**, Brasília, IPEA, n. 39, 2012,

p.155-185. Disponível em:

<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/318/278>> Acesso jan.2016.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**. V. 10, n. 18, abr., 2011, p. 133 – 154. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/19037/17537>. Acesso em: 20 de jan.2018.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro do Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda Brasileira), 235 p.

GOLDSTEIN, Roberta Argento *et al.* A experiência de mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a ESF. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 2013, v.18, n.1, p.45-56.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Lei Complementar Nº 87 de 22/08/2007. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências**. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13144>. Acesso em: 15 de out., 2017.

GRISA, C. E.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>. Acesso em: 10 de jan.2016.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2013, p. 233-244.

HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. *In*: SAQUET, M.A; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 91 -118.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/> Acesso em: 23 de maio de 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins Online**, Brasília, n. 24, abr., 2009.p. 1-24. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>. Acesso em: 10 de Jan., 2016.

HEIDRICH, A. L. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. *In*: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letral, 2016, p. 15-33.

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. *In*: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e Territorialidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 269 - 288.

HERLIHI, Peter H.; GREGORY, Knapp. Maps of, by and for the Peoples of Latin America. Human Organization. **Journal of the Society for Applied Anthropology**. V.. 62, n. 4, 2003.

HOBBSAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. *In*: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 7-24.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Cidades**. São Paulo, v.10, n. 17, 2013. Disponível em: [http:// revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3232](http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/3232). Acesso em: 10 de abr. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia. Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor de atividade em 2012. **Atualização do VAB por município e setor de atividade**: serviços, administração pública, indústria, valor impostos e agropecuária em 2012: Disponível ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/base/bas.. Acesso em: 05 mai. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Tabela de população por município. Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_piaui.pdf. Acesso em: 05 mai. 2017.

IBGE, **Manual técnico da vegetação brasileira : sistema fitogeográfico : inventário das formações florestais e campestres** : técnicas e manejo de coleções botânicas : procedimentos para mapeamentos. Rio de Janeiro: IBGE Ano: 2012, Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ManuaisdeGeociencias/Manual%20Tecnico%20da%20Vegetacao%20Brasileira%20n.1.pdf> Acesso em: 15 ago. de 2020.

IBGE. Cidades. **Esperantina**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 de jan. 2016.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ). **Instrução Normativa nº 57 de 20 de outubro de 2009**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/in_57_2009_quilombolas.pdf. Acesso em: 22 abr. 2017.

ISOLDI, I. A.; SILVA, C. L. da. O espaço territorial como referência para a construção da cidadania: uma reflexão geográfica introdutória sobre o problema das demarcações de terras de populações "remanescentes". **Ateliê Geográfico**, [S.l.], v. 3, n. 1, p. 30-43, maio 2009. ISSN 1982-1956. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/6253/4745>. Acesso em: 18 out. 2018.

KANINDÉ. Metodologia de Diagnóstico Etnoambiental Participativo e Etnozoneamento em Terras Indígenas Brasília: ACT Brasil. Mapeamento, Manejo e Proteção n. 3, 84p. Disponível em:http://www.kaninde.org.br/wpcontent/uploads/sites/4/2015/11/metodologia_diagnostico_1355253550.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965, set. 2008. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015/9189> . Acesso em: 12 jul. 2018.

LEITE, I.B. “Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. **Etnográfica Lisboa**, v. 04, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, I.B. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 16, p. 985-977, 2009.

LEITE, I. B. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos Quilombos. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al* (Org.). **Caderno de Debates Nova Cartografia Social: Territórios Quilombolas e Conflitos**. v. 1, n. 02, UEA Edições, p. 20-21, 2010. Texto disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/livro_territorios_quilombolas_conflitos.pdf Acesso em: 17 de janeiro de 2016

LIFSCHITZ, J. A. Neocomunidades: reconstrução de saberes na América Latina. **Estudos Históricos**, n. 38, jul./dez. 2006, p. 67-85.

LIFSCHITZ, J. A. Percurso de um neocomunidade quilombola: entre a "modernidade afro" e a "tradição" petencostal. **Afro-Ásia. Revista da Universidade Federal da Bahia**, n. 37, 2008. P. 153-173. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.ou?id=77013085006> Acesso em: 02 de ago. 2020.

LIMA, S. S. de *et al*. Serapilheira e teores de nutrientes em argissolo sob diferentes manejos no norte do Piauí. **Rev. Árvore**, Viçosa, Minas Gerais, 2010, v. 34, n.1, p.75-84. ISSN 0100 6762. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-67622010000100009>.

LIMA, M. V. da C; COSTA, S. M. G. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. **Geografares**, [S.l.], p. 76-113, jun. 2012. ISSN 2175-3709. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/3189>. Acesso em: 02 ago. 2018.

LIMA, H. V. C. Negro & Quilombola: a identidade étnica em questão na comunidade remanescente de quilombos de Caiana dos Crioulos-PB. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, p. 496-520, out. 2016. ISSN 2237-8871. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n27p496>. Acesso em: 01 jan. 2018.

LIMA, S. O. Sertão Quilombola: comunidades negras rurais no Piauí. **Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas Universidade Estadual do Piauí**, 5, Piauí, *Anais V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas Universidade Estadual do Piauí – UESPI* ISBN: 978-85-8320-162-5...2015. Disponível em: https://silo.tips/queue/sertao-quilombola-comunidades-negras-rurais-no-piaui?&queue_. Acesso jan. 2019.

LIMA, S. O. **Fazendas: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)**. Teresina: EDUFPI, 2016. 167p.

- LITTLE, P. Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. *In:* _____(Org.). **Conhecimentos Tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 09-31.
- LINHARES, T. DOS S.; SANTOS, L. F. U. Mapeamento participativo: subsídio à gestão participativa e ao mapeamento sustentável de recursos naturais de comunidades tradicionais. **Sociedade e Território**, Natal. v. 29, n. 1, p. 50-70. Jan/ Jun. de 2017.
- LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.
- MAINARDES, Jefferson. Pesquisa etnográfica: elementos essenciais. *In:* BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Pesquisa Social: Reflexões teóricas e metodológicas.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 99-124.
- MARQUES, C. E; GOMES, L. A Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n..81, fev, 2013, p.137-255. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>. Acesso 17 de out. 2017.
- MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In:* MATTOS, C. L. G; CASTRO, P.A.(Org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso 17 de out. 2017.
- MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In:* MATTOS, C. L. G; CASTRO, P.A., (Org.). **Etnografia e educação: conceitos e usos.** Campina Grande: EDUEPB., P. 49-83. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 17 de out. 2017.
- MATTOSO. K. M. de Q. **Ser escravo no Brasil.** Tradução James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003. 267 p.
- MCCALL, M. k. Mapeando el territorio: paisaje local, conocimiento local, poder local. *Haciendo Geografía.* *In:* MORELIA, C. **Geografía y Ambiente en América Latina.** Edition: Proceedings CIGA Symposium, 2011. p. 221-246. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/274383141_Mapeando_el_territorio_Paisaje_local_conocimiento_local_poder_local> Acesso em: 05 de Ago., 2018
- MILAGRES, C. S. F. O Uso da Cartografia Social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de Reforma Agrária. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 43, p. 1-2, fev. 2015. ISSN 2318-2962. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7938>>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- MIRANDA, C. A. Comunidades Quilombolas do Brasil: desafios e perspectivas. **Cordis.** *Revoluções, cultura e política na América Latina*, São Paulo, n. 11, p. 253-279, jul./dez. 2013. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/19805/14713>> Acesso jun.2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, M. D. C de. MATOS, S de O. Territorialidade Quilombola: atores, processos, e sentidos populações negras rurais e ordenamento territorial em Lagoas, Piauí, NE do Brasil. **29. CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA**, 2013, disponível em: <
http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT7/GT7_CarvalhodeMoraes_OliveiraMatos. Acesso em: 15 abr. 2020.

MOREIRA, R. J. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 3, n. 1. 4, Jul. 1995, p- 89-111. Disponível em: < <https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.0-1/index.php/esa/issue/view/5>> Acesso em: 10 de Jun. 2018.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dez., 2001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 de dez. 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em Construção. In: ALMEIDA, A.W.B de (Org.) *et al.* **Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA Edições, 2010. p. 42-49.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, p. 275-300, Jun., 2007 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 de Nov., 2018.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. IICA: Ministério de Desenvolvimento Agrário, do Brasil, 2009. Disponível em < http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Identidade_e_Territ%C3%B3rio_no_Brasil.pdf. Acesso 20 de mar. 2016.

PIAUI. **O Índice de Vulnerabilidade Social no Piauí por Territórios de Desenvolvimento**. Teresina, Fundação CEPRO, 2018. 51 p. – (Série Inclusão Social; n. 2). Disponível: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201802/CEPRO08_365efb6de8.pdf> Acesso em: 20 de mar. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. (Série: Geografia e Política. v. 29).

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p.13-32.

RISLER, J; ARES, P. Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para processos territoriales de creación colaborativa. **Tinta Limón**, Buenos Aires, 2013, 80 p..

RODRIGUES, M.H. da S. G. *et al.* Cartografia social no território do Parque Nacional Serra da Capivara – PI: mapeamento participativo para retomada da territorialidade. **Revista CPC**, São Paulo, n. 24, p. 56-77, dec. 2017. ISSN 1980-4466. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/140707>. Acesso em: 01 ago. 2018.

SACK, Robert David. **Territorialidade humana: teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHR, C. L. L; SAHR, W-D. Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. *In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S (Org.). Território e Territorialidades*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 141 – 171.

SANTOS. C. A.B. P. dos. **Negros do Tapuío: estudo etnográfico de uma comunidade quilombola no semi-arido piauiense**. Prêmio Territórios Quilombolas. 2. Ed. Brasília: MDA, 2007 (Nead Especial; 5).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Edusp, 2002.

SANTOS, D. M.; LIMA, S. O. Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. **Revista. Espacialidades**, Natal, 2013, v. 6, n. 5. ISSN 1984-817 . Disponível em: http://cchla.ufrn.br/espacialidades/v6n5/Espacialidades_v6n5_10.pdf. p-197-215. Acesso em: 12 de set. 2017.

SANTOS, C. A. B. P. dos. **Quilombo Tapuío (PI): terra de memória e identidade**. 2006. 278 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/513>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino; Superior e na Pesquisa (INCTI); Universidade de Brasília (UnB); Programa Institutos Nacionais Ciência e Tecnologia ; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), 2015, 149 p. Disponível em http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2017.

SANTOS, Milton. **Da Territorialidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP, 2014.169 p.

SAQUET. M. A. Por uma abordagem territorial. *In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S (Org.). Território e Territorialidades*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 69 – 90.

SILVA. C. B.; SCHNEIDER S. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. *In: GRISA. C. E.; SCHNEIDER. S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.443-463. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>. Acesso em: 05 de jan.2016.

SILVA, C. N. DA; VERBICARO C. C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Scientia Plena**. v. 12, n. 06, 2016 Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/303600066_O_mapeamento_participativo_como_metodologia_de_analise_do_territorio/download. Acesso em: 12 de set. 2018.

SILVA, A. R. F. DA. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política & Trabalho**, Revista de Ciências Sociais, n. 48, jan./jun., 2018, p. 115-128. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/27650/2048> . Acesso nov.2018.

SILVA, Simone Rezende da; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. Negros e territórios quilombolas no Brasil.2012. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/viewFile/2339/1962> Acesso em: 16 de ago. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 461 p.

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente. soc.**, Campinas, n. 10, jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em :17 mai. 2017.

SLETTO, B.; BRYAN, J.; TORRADO, M.; HALE, C.; BARRY, D. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. In: **Cuadernos de Geografía**, Revista Colombiana de Geografía. v. 22; n. 2, Jul/dez, 2013. Bogotá: Colômbia, p. 193-209. Disponível em:
https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/37014/pdf_279 nov. 2017. Acesso em: 17 de maio de 2019.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 84, 1985, p.11-44.

TEMPESTA, G. A.; FERREIRA, I. N. R.; NOLETO, J. A. (Org.). **Orientações básicas para a caracterização ambiental de terras indígenas em estudo**: leitura recomendada para todos membros do grupo técnico. Brasília, FUNAI/GIZ, 2013. 55p. (Séria Indigenismo em Campo, n. 1) Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Series/Manual-CGID/Manual-DPT-CGID.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

TINOCO, L. N. A Fundação Cultural Palmares: Certificação de autoatribuição. Finalidade. Efeitos. In: **Reconhecimento de direitos territoriais de comunidades quilombolas. Brasil**: Ministério Público Federal. Brasília: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais; MPF, 2018. p. 106-108 (Série manual de atuação 2) Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de_atuacao/docs/02_18_manual_de_atuacao_quilombolas.pdf> Acesso em: 10 de mai. 2018.

TRECCANI, G. D. Os diferentes caminhos para o regate dos territórios quilombolas. “Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras”. **Boletim informativo do Nuer/Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Inter étnicas**. v. 2; n. 2. Florianópolis: NUER; UFSC, 2005. p.111 - 122 . Disponível em: <http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/w-wsptjzrurz_boletim_nuer__2.pdf. Acesso jul.2017.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1986.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Programa de Pós-Graduação e Política na Amazônia. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu**. UEMA: São Luís, 2015. Disponível em: http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/mapa_babacu_10.pdf. Acesso em: 10 de out., 2017.

WANDERLEY, M. de N. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires**, Argentina. 2001. Disponível em:<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso out.2017.

VEIGA, J. E. Territórios para um desenvolvimento sustentável. **Ciência Cultura**. v. 58. n. 1. São Paulo, Jan/Mar., 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n1/a12v58n1.pdf>. Acesso em: 05 de out. 2017.

VEIGA, C. K.; LEIVAS, P. G. C. Comunidades tradicionais negras e a proteção da Convenção 169 da OIT. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 04, 2017, p. 2599-2628.

VIEIRA, I, *et. al.* Políticas de Desenvolvimento Rural: uma análise com Foco sobre as Regiões Norte e Nordeste. **Internacional Policy Centrefor Inclusive Growth**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2015, p. 310-311. Disponível em:http://portalsemiar.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/OP310PT_Políticas_Desenvolvimento_Rural_Analise_Foco_sobre_Regioes_Norte_Nordeste.pdf. Acesso em: 15 de out. 2017.

INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH (IPC-IG). **Políticas de Desenvolvimento Rural: uma Análise com Foco sobre as Regiões Norte e Nordeste**. Brasília: Ipea, 2015, p. 310-311. Disponível em:http://portalsemiar.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/OP310PT_Políticas_Desenvolvimento_Rural_Analise_Foco_sobre_Regioes_Norte_Nordeste.pdf. Acesso 20 de out. 2017.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional: uma abordagem conceitual. Trama Design. 2013. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf> Acesso em: 10 de jul., 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de Oficina de Mapeamento Participativo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Jaíra Maria Alcobaça Gomes; Giovana Mira de Espindola; Elisângela Guimarães Moura Fé.

PESQUISA DE CAMPO

ROTEIRO DE OFICINA DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

COMUNIDADE: <hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; margin-top: 10px;"/>
DATA: ____/____/____

1. Fase preparatória: Realização de uma reunião, com o consentimento da Comunidade e da autorização da Associação de Produtores Rurais para:

- Esclarecimento da natureza do trabalho;
- Fornecer informações sobre as etapas de trabalho e formas de participação;
- Definir com a Comunidade a área a ser representadas e os aspectos a serem identificados no mapa participativo;

- Selecionar voluntariamente os colaboradores da Comunidades;

2. Primeira Oficina de Mapeamento Participativo

- Será apresentado uma imagem de satélite *RapidEye*, disponibilizada gratuitamente pelo Ministério do Meio Ambiente.
- *Formação de grupos de voluntários para identificar na imagem de satélite as feições a serem representada no mapa.*
- *Na ocasião, os grupos descreverão as características e as mudanças na paisagem;*
- *Cada grupo receberá uma folha de papel vegetal, na qual, irá sobrepor a imagem de satélite, impressa em papel fotográfico A3, e a partir desta base realizar representações cartográficas de espaços de suas vivências.*
- *Em seguida, cada grupo irá representar em cada espaço suas percepções acerca da paisagem, territorialidade e meio ambiente.*

3. Segunda Oficina de Mapeamento Participativo

- Apresentar a comunidade os dados coletados na primeira oficina para serem avaliados;
- Realização do trabalho de campo: georreferenciamento de pontos; reconhecimento de áreas de dúvida, identificação de falhas e omissões do mapa elaborado.

4. Fase de encerramento: Reunião para Socialização e discussão do mapeamento final

- Apresentação da versão impressa dos mapas elaborados e identificar possíveis erros cometidos durante o trabalho de escritório;
- ## **5. Entrega dos mapas produzidos em versão impressa e digital a Associação de Produtores Rurais das Comunidades.**

APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação

Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN)

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)

Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Jaíra Maria Alcobaça Gomes; Giovana Mira de Espindola; Elisângela Guimarães Moura Fé.

PESQUISA DE CAMPO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista:
Cargo exercido na Associação de Produtores Rurais: _____
Data: ____/____/____

1. Qual a história de formação territorial de desta Comunidade quilombola?
2. Por que a Comunidade busca o reconhecimento de Comunidade Quilombola?
3. O que motivou a criação da Associação de Produtores Rurais?
4. Qual a forma de acesso à terra na Comunidade?
5. Como ocorre a participação da população local na gestão territorial e aplicação dos recursos oriundos de programas e políticas públicas que beneficiam a comunidade?
6. Existe algum conflito pela posse/propriedade da terra envolvendo nesta comunidade quilombola?
7. Quais as perspectivas da população local o desenvolvimento local nos próximos anos na Comunidade?
8. Quais as dificuldades para o desenvolvimento local associado a agricultura familiar na Comunidade?

9. O que fortalece a identidade quilombola na Comunidade?
10. Como são tratadas as questões relacionadas ao meio ambiente?
11. Quais as estratégias adotadas pela Associação para conservar os recursos naturais?
12. Quais as políticas e programas de governo que atendem a comunidades?
13. Quais os principais usos que são feitos das terras na Comunidade?

APÊNDICE C: Roteiro de História Oral



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
Núcleo de Referências em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Jaíra Maria Alcobaça Gomes; Giovana Mira de Espindola; Elisângela Guimarães Moura Fé.

ROTEIRO DE HISTÓRIA ORAL

ROTEIRO DA HISTÓRIA ORAL

NOME DO VOLUNTÁRIO: _____
IDADE: _____
DATA: ____/____/____

1. Qual a história de ocupação das terras desta Comunidade?
2. Quais as principais mudanças no modo de vida da população local Senhor (a) observa?
3. Como se caracterizava o espaço da Comunidade no passado?
4. Aconteceram conflitos de acesso à terra na Comunidade?
5. Quais são as suas memórias culturais relacionadas a identidade quilombola?
6. Quais os produtos retirados da vegetação atualmente não existem mais na Comunidade?
7. Como eram utilizados os recursos do extrativismo vegetal no passado?
8. Quais as dificuldades a população local enfrentou no passado para a produção de alimentos?
9. Houve mudança na forma de produção agrícola quando comparado com o passado?
10. Quais alterações podem ser percebida na paisagem em relação ao passado da comunidade?

APÊNDICE D: Formulário de Pesquisa de Campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)

Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Jaíra Maria Alcobaça Gomes; Dra. Giovanna Mira de Espíndola; Elisângela Guimarães Moura Fé

FORMULÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MORADOR	
<p>1.1. Qual a sua idade?</p> <p><input type="checkbox"/> Até 18 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 19 a 30 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 31 a 50 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 51 a 60 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 60 anos</p>	<p>1.2. Qual o seu gênero?</p> <p><input type="checkbox"/> Masculino</p> <p><input type="checkbox"/> Feminino</p> <p><input type="checkbox"/> Outro</p> <p>_____</p> <p>—</p>
<p>1.3. Qual a sua cor/raça?</p> <p><input type="checkbox"/> Branca</p> <p><input type="checkbox"/> Preta</p> <p><input type="checkbox"/> Amarela</p> <p><input type="checkbox"/> Parda</p> <p><input type="checkbox"/> Indígena</p> <p><input type="checkbox"/> Sem declaração</p>	<p>1.4. Qual sua origem?</p> <p><input type="checkbox"/> Própria Comunidade</p> <p><input type="checkbox"/> Comunidade Rural de Esperantina</p> <p><input type="checkbox"/> Zona urbana de Esperantina</p> <p><input type="checkbox"/> Outro município</p>
<p>1.5. Quanto tempo mora na comunidade?</p> <p><input type="checkbox"/> Até 5 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 6 a 10 anos</p> <p><input type="checkbox"/> De 11 a 15 anos</p> <p><input type="checkbox"/> Mais de 15 anos</p>	

1.6. ESCOLARIDADE	
1.6.1. O(A) Sr(a) frequenta escola?	1.6.2. Qual a sua escolaridade?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo
1.7. SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	
1.7.1. Qual o número de pessoas na sua família?	1.7.2. Qual a situação do domicílio?
<input type="checkbox"/> Até 3 pessoas <input type="checkbox"/> De 4 a 5 pessoas <input type="checkbox"/> De 6 a 8 pessoas <input type="checkbox"/> Mais de 8 pessoas	<input type="checkbox"/> Casa própria <input type="checkbox"/> Casa alugada <input type="checkbox"/> Casa cedida pela Associação <input type="checkbox"/> Casa de parentes <input type="checkbox"/> Casa própria, terreno cedido <input type="checkbox"/> Outra
1.7.3. Na sua moradia tem:	1.7.4. Qual a forma de iluminação na sua moradia?
<input type="checkbox"/> Água encanada <input type="checkbox"/> Sistema de esgoto <input type="checkbox"/> Calçamento <input type="checkbox"/> Fossas sépticas <input type="checkbox"/> Telefone <input type="checkbox"/> Luz elétrica <input type="checkbox"/> Nenhum dos serviços citados.	<input type="checkbox"/> Gerador <input type="checkbox"/> Elétrica <input type="checkbox"/> Lamparina/Querosene <input type="checkbox"/> Gás de botijão <input type="checkbox"/> Outro
1.7.5. Qual a origem da água na sua moradia?	1.7.6. Qual o tratamento dado à água na sua moradia?
<input type="checkbox"/> Encanada <input type="checkbox"/> Poço Tubular <input type="checkbox"/> Poço Cacimbão <input type="checkbox"/> Outro	<input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Filtrada <input type="checkbox"/> Fervida <input type="checkbox"/> Clorada <input type="checkbox"/> Coadada <input type="checkbox"/> Outro
1.7.7. Qual o destino dado ao seu lixo domiciliar?	
<input type="checkbox"/> Coletado diretamente <input type="checkbox"/> Enterrado <input type="checkbox"/> Queimado <input type="checkbox"/> Jogado em terreno baldio/no mato <input type="checkbox"/> Jogado em rio ou lago <input type="checkbox"/> Outro	

2 POLÍTICAS PÚBLICAS	
<p>2.1. Você faz parte de alguma Associação ou Cooperativa?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Qual? _____</p>	<p>2.2 Você participa das reuniões que deliberam a implementação de política públicas na Comunidade?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>2.3. As políticas públicas executadas na Comunidade modificaram o modo de vida e a economia do lugar?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>	<p>2.4. Em caso positivo, cite uma mudança no seu modo de organização e desenvolvimento mediante a influência de políticas públicas.</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

3. PRODUÇÃO E RENDA	
<p>3.1. Qual a sua ocupação?</p> <p><input type="checkbox"/> Agricultor/lavrador <input type="checkbox"/> Piscicultor <input type="checkbox"/> Artesão <input type="checkbox"/> Pecuarista <input type="checkbox"/> Extrativista <input type="checkbox"/> Artesão <input type="checkbox"/> Comerciante <input type="checkbox"/> Professor <input type="checkbox"/> Funcionário público <input type="checkbox"/> Outra</p>	<p>3.2 Quantos dias da semana são ocupados pela(s) atividade(s)?</p> <p><input type="checkbox"/> Até 2 dias <input type="checkbox"/> De 3 a 4 dias <input type="checkbox"/> De 5 a 6 dias <input type="checkbox"/> 7 dias</p>
<p>3.3 Qual o valor de sua renda?</p> <p><input type="checkbox"/> Até R\$ 468,50 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 468,50 e 937,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 937,00 e 1.874,00 <input type="checkbox"/> Entre R\$ 1.874,00 e 3.748,00 <input type="checkbox"/> Mais de R\$ 3.748,00</p>	<p>3.4 Qual a principal fonte de renda da família?</p> <p><input type="checkbox"/> Ocupação (de acordo com o item 4.1) <input type="checkbox"/> Previdência social (aposentadoria / pensão) <input type="checkbox"/> Bolsa Família <input type="checkbox"/> Outros</p>
4 PRODUÇÃO AGRÍCOLA	
<p>4.1 Quais os principais problemas enfrentados durante a produção agrícola?</p> <p><input type="checkbox"/> Assistência Técnica <input type="checkbox"/> Qualidade da terra</p>	<p>4.2 A produção tem como destino?</p> <p><input type="checkbox"/> Direto para o consumidor, incluindo vizinhos, parentes e amigos. <input type="checkbox"/> PAA (Programa de Aquisição de</p>

<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Falta de Sementes <input type="checkbox"/> Abastecimento de água <input type="checkbox"/> Fonte de energia <input type="checkbox"/> Mão de obra qualificada <input type="checkbox"/> Organização/Associação <input type="checkbox"/> Insuficiência de terras <input type="checkbox"/> Problemas climáticos <input type="checkbox"/> Outros 	<p>Alimentos)</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) <input type="checkbox"/> Outras comunidades <input type="checkbox"/> Feiras e mercados <input type="checkbox"/> Municípios vizinhos <input type="checkbox"/> Atravessador <input type="checkbox"/> Outros
<p>4.3 Dificuldades para a comercialização da produção:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Escoamento da produção (estradas e transportes) <input type="checkbox"/> Preço baixo <input type="checkbox"/> Falta de Incentivos do Estado <input type="checkbox"/> Falta de comprador <input type="checkbox"/> Qualidade do produto <input type="checkbox"/> Outros 	<p>5.5 Qual o tamanho da (s) área (s) de uso da família? Marque a quantidade (hectare).</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Até 2 hectares <input type="checkbox"/> De 2 a 5 hectares <input type="checkbox"/> Mais de 5 hectares
<p>4.6 Quais as culturas desenvolvidas na agricultura?</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Feijão <input type="checkbox"/> Mandioca <input type="checkbox"/> Arroz <input type="checkbox"/> Milho <input type="checkbox"/> Outro 	<p>4.7 Alguém da família é contratado ou trabalha por diária em áreas de roças de outras famílias?</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <p>Em caso afirmativo, identificar o local de trabalho</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>4.8. O que poderia contribuir para estimular a agricultura familiar?</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>4.9 Qual a periodicidade para que ocorra a mudança da área de cultivo?</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Máximo 3 anos <input type="checkbox"/> Entre 4 e 5 anos <input type="checkbox"/> Entre 6 e 7 anos <input type="checkbox"/> Mais de 8 anos
<p>4.10 São adotadas quais técnicas e/ou práticas agrícolas?</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Desmatamento <input type="checkbox"/> Arado <input type="checkbox"/> Rotação de culturas <input type="checkbox"/> Plantio direto 	<p>4.11 Você realiza a produção agroecológica?</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <p>Em caso negativo, identificar os motivos:</p>

<input type="checkbox"/> Roça itinerante <input type="checkbox"/> Queimadas <input type="checkbox"/> Uso de Fertilizantes <input type="checkbox"/> Uso de Defensivos <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Natural <input type="checkbox"/> Químico <input type="checkbox"/> Outro 	<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
4.12 Qual a situação da terra cultivada <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Arrendada <input type="checkbox"/> Doadada <input type="checkbox"/> Cedida <input type="checkbox"/> Própria <input type="checkbox"/> Outro 	4.13 Você faz uso produtivo do quintal? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso positivo o que você produz no quintal? <hr/> <hr/> <hr/>
5. EXTRATIVISMO VEGETAL	
5.1 Quais produtos vegetais são coletados na mata? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Babaçu <input type="checkbox"/> Carnaúba <input type="checkbox"/> Buriti <input type="checkbox"/> Tucum <input type="checkbox"/> Pequi <input type="checkbox"/> Outro 	5.2 Qual a distância da área de coleta de produtos extrativos para a Comunidade? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Até 250 metros <input type="checkbox"/> Entre 250 e 500 metros <input type="checkbox"/> Entre 500 e 750 metros <input type="checkbox"/> Entre 750 e 1000 metros <input type="checkbox"/> Acima de 1000 metros
6. MEIO AMBIENTE	
6.1 Há preocupação com a manutenção da vegetação nativa e dos corpos d'águas? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não 	6.2. A Comunidade adota estratégias de conservação dos recursos naturais? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso afirmativo, quais são estas estratégias? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
6.3. Você acha importante a manutenção de áreas de preservação ambiental na Comunidade? <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim 	6.4. Em sua opinião qual o principal problema ambiental que atinge a

<input type="checkbox"/> Não	Comunidade? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
7. DADOS CULTURAIS	
7.1 Qual a sua religião? <input type="checkbox"/> Católico <input type="checkbox"/> Protestante <input type="checkbox"/> Culto Afro <input type="checkbox"/> Ateu <input type="checkbox"/> Outros	7.2 Você participa de alguma manifestação cultural na Comunidade? Em caso positivo, especifique-a <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

AUTENTICAÇÃO

NOME DO SUPERVISOR:

NOME DO ENTREVISTADOR:

LOCAL E DATA: _____, ____/____/____.

APÊNDICE E: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação
Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)
Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA)

Pesquisador(es): Elisângela Guimarães Moura Fé e Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, Dra. Giovanna Mira de Espíndola

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a), como voluntário, a participar do projeto de pesquisa de doutorado intitulado **“Entre Babaçuais e Carnaubais: Sociobiodiversidade e Territorialidades nas Comunidades Quilombolas do município Esperantina – PI”**, de responsabilidade dos pesquisadores Elisângela Guimarães Moura Fé e Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes, Dra. Giovanna Mira de Espíndola, podendo manter contato pelos telefones (086)988021667; (86) 99988-1579; (86) 98849-9212.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender as territorialidades construídas no espaço das comunidades Currealinhos e Vereda dos Anacleto levando em conta o processo histórico de acesso à terra e construção da identidade quilombola e o etnodesenvolvimento no uso e conservação dos recursos da sociobiodiversidade local.

Sua participação não é obrigatória e não receberá nenhum pagamento pela mesma, podendo desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, fato que não acarretará prejuízo ou ônus a sua pessoa. Os dados fornecidos serão tornados públicos nos meios acadêmicos e científicos, porém será respeitada a privacidade do participante que não terá nenhum dado ou elemento que possa lhe identificar divulgado.

Sua participação, nesta pesquisa, consistirá em responder um formulário sobre a produção agrícola, o extrativismo vegetal e o meio ambiente e, se for de seu interesse, participar voluntariamente da realização do mapeamento participativo da Comunidade em que você.

Os possíveis riscos no envolvimento dos participantes da pesquisa serão prováveis desconfortos em responder ao formulário e constrangimento em fornecer informações socioeconômicas pessoais e sobre suas atividades rotineiras, caso isso ocorra, a mesma será interrompida, a fim de evitar o incômodo aos participantes da pesquisa.

Os benefícios relacionados com a sua participação são o esclarecimento sobre o uso e conservação dos recursos naturais, a produção agrícola e o extrativismo vegetal, bem com o uso da terra de forma a subsidiar o planejamento e a gestão territorial da Comunidade pesquisada.

Esclarecimentos contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da UFPI, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Bairro Ininga, Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ, CEP. 64.049-550, Teresina, PI. E-mail: cep.ufpi@ufpi.br - Telefone: (086) 3237-2332.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa, assinando este TCLE em duas vias, uma via do participante e outra do pesquisador.

Data:

Assinatura do Participante da Pesquisa

Elisângela Guimarães Moura Fé

Assinatura do Pesquisador Responsável

Dra. Jaíra Maria Alcobaça Gomes

Assinatura do Orientador